



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE**



PELLIPE CUNHA DA SILVA



EXPANSÃO URBANA E CENTRALIDADES LOCAIS EM ITABAIANA-SE

São Cristóvão, Sergipe

2019

PHELLIPE CUNHA DA SILVA

Expansão urbana e centralidades locais em Itabaiana-SE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Maria José Nascimento Soares

Coorientador: César Henriques Matos e Silva

São Cristóvão, Sergipe

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586e Silva, Phellipe Cunha da
Expansão urbana e centralidades locais em Itabaiana-SE /
Phellipe Cunha da Silva ; orientadora Maria José Nascimento
Soares. – São Cristóvão, 2019.
195 f. : il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Meio ambiente. 2. Empreendedorismo. 3. Expansão
urbana. 4. Itabaiana (SE). I. Soares, Maria José Nascimento,
orient. II. Título

CDU: 502.15:71

PELLIPE CUNHA DA SILVA

Expansão urbana e centralidades locais em Itabaiana-SE

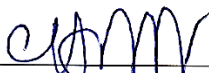
Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito final para obtenção do título em Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 05 de fevereiro de 2019

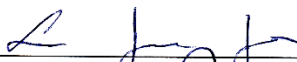
BANCA EXAMINADORA



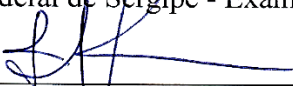
Dra. Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe - Orientadora



Dr. César Henriques Matos e Silva
Universidade Federal de Sergipe - Coorientador



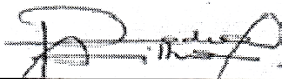
Dra. Laura Jane Gomes
Universidade Federal de Sergipe - Examinador Interno



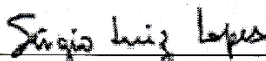
Dr. Hélio Mario de Araújo
Universidade Federal de Sergipe - Examinador Externo



Dra. Daniela Venceslau Bitencourt
Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA/UFS



Dr. Pedro Alves da Silva Filho
Universidade Federal de Roraima - Examinador Externo

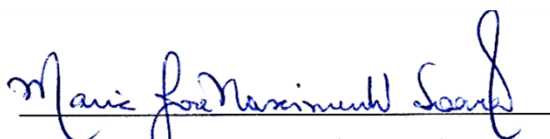


Dr. Sérgio Luiz Lopes
Universidade Federal de Roraima - Examinador Externo

São Cristóvão, Sergipe

2019

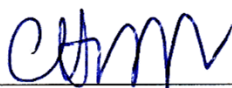
Este exemplar corresponde à versão da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Dra. Maria José Nascimento Soares

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.



Dr. César Henriques Matos e Silva

Coorientador

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU
Universidade Federal de Sergipe.

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.

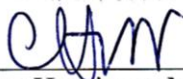


Phellipe Cunha da Silva
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.



Dra. Maria José Nascimento Soares
Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe.



Dr. César Henriques Matos e Silva
Coorientador
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU
Universidade Federal de Sergipe.

Dedico este trabalho às pessoas que
sempre torceram por mim ao longo da vida,
em especial, à minha mãe, Mauricéa, meu amor maior.

AGRADECIMENTOS

Início me dirigindo aos professores. Profissão linda e honrosa a qual também escolhi para trilhar o meu caminho no trabalho e na vida. Agradeço aos que passaram em meu caminho e que foram essenciais para que eu chegasse até aqui, compartilhando comigo os seus conhecimentos, me instigando no sentido de aprender cada vez mais. Em especial aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, os quais contribuíram para que eu obtivesse os títulos acadêmicos de Mestre e agora de Doutor.

À minha família que sempre esteve presente no apoio e no incentivo de que eu venceria mais esta etapa, além de superar os obstáculos que se puseram à minha frente ao longo desse processo de aprendizagem, contornando-os com sabedoria e serenidade. Obrigado por serem tão maravilhosos comigo!

Agradeço também ao meu companheiro Jadson por ser meu escudo e me proteger do perigo. Essa conquista é tão minha quanto sua. Obrigado por ser meu cúmplice e meu maior incentivador nos últimos anos de luta e superação. Só nós sabemos o que passamos para chegar até aqui. Amo você.

Aos amigos por emanarem energias positivas, no sentido de contribuir com a minha vitória pessoal, que se torna por tabela a vitória de todos eles que estiveram comigo nesses anos envolvido com a pesquisa científica. Obrigado pelo apoio.

Por fim, agradeço ao financiamento parcial obtido para realização da pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Phellipe Cunha da Silva

*“Quando a vida decepciona, qual é a solução?
Continue a nadar! Continue a nadar!
Continue a nadar, nadar, nadar!
Para achar a solução, nadar, nadar!”*

Dory – Procurando Nemo

RESUMO

A cidade de Itabaiana, localizada no agreste central sergipano, apresenta características muito peculiares. No estado de Sergipe a mesma já se destaca há algum tempo frente as demais cidades que se localizam no interior sergipano. No entanto, além de ganhar evidência a nível local, a cidade serrana ganha notoriedade a nível regional e nacional. Conhecida como a Capital Nacional do Caminhão, dentre outros adjetivos, Itabaiana destaca-se na esfera econômica quanto ao seu potencial de empreendimentos urbanísticos evidenciados na expansão da cidade nos últimos anos, pois exerce influência nas cidades circunvizinhas como também estabelece uma relação direta com a capital Aracaju. Desse modo, para desenvolvermos a pesquisa utilizamos técnicas de análises qualitativas e quantitativas, com base no uso do recurso da bibliometria para nos auxiliar na construção do nosso marco bibliográfico e conceitual, valorizando a produção intelectual/científica local, subsidiados pelas teses, dissertações, monografias, artigos científicos, capítulos de livros e outros que foram complementados pelos clássicos da literatura vinculados a temática urbana. A partir daí, desenvolvemos a tese com o auxílio da análise de paisagem, da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental, da observação não-estruturada e da análise de conjuntura. Para nortear a pesquisa e organizar os caminhos da tese, tivemos como objetivo geral: analisar as interferências que a expansão urbana provoca no aspecto socioambiental de Itabaiana-SE e para tanto defendemos a tese de que os impactos socioambientais de Itabaiana-SE advém da expansão urbana fomentada pelo empreendedorismo local. Desse modo, ficou evidente de que os espaços urbanos influenciados pela expansão urbana, no âmbito da cidade de Itabaiana, e que são orientados pelo empreendedorismo itabaianense geram impactos socioambientais, pois as atividades relacionadas com a expansão urbana da cidade, apesar de estarem balizadas por Leis específicas que tratam do uso do solo, de políticas ambientais entre outros, geram impactos sociais por menores que sejam, desde a expropriação dos espaços mais nobres da área urbana, até mesmo impactos ambientais, como a supressão da cobertura vegetal, impermeabilização do solo ou mesmo a poluição dos mananciais. E que os espaços citadinos geram centralidades, atraindo para si características muito próprias, polarizando funções e interferindo na teia urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão Urbana; Empreendedorismo; Impactos Socioambientais.

ABSTRACT

The city of Itabaiana, located in the hilly central sergipano, presents very peculiar characteristics. In the state of Sergipe it has stood out for some time in front of the other cities that are located in the interior of Sergipe. However, in addition to gaining evidence at the local level, the mountain city gains regional and national renown. Known as the National Capital of the Truck, among other adjectives, Itabaiana stands out in the economic sphere as to its potential urban developments evidenced in the expansion of the city in recent years, as it exerts influence in the surrounding cities as well as establishing a direct relationship with the capital Aracaju. Thus, to develop the research, we use qualitative and quantitative analysis techniques, based on the use of the bibliometrics resource to help us build our bibliographical and conceptual framework, valuing the local intellectual / scientific production, supported by the theses, dissertations, monographs, scientific articles, book chapters and others that have been complemented by the literature classics linked to urban themes. From then on, we developed the thesis with the aid of landscape analysis, bibliographical research, documentary research, unstructured observation and conjuncture analysis. To guide the research and to organize the paths of the thesis, we had as general objective: to analyze the interferences that the urban expansion provokes in the socio-environmental aspect of Itabaiana-SE and for that reason we defend the thesis that the socio-environmental impacts of Itabaiana-SE comes from the fomented urban expansion local entrepreneurship. Thus, it was evident that the urban spaces influenced by the urban expansion in the city of Itabaiana, and that are guided by Itamarian entrepreneurship, generate social and environmental impacts, since the activities related to the urban expansion of the city, although they are marked by Laws environmental policies, among others, generate social impacts for minors ranging from the expropriation of the most noble spaces in the urban area, even environmental impacts, such as suppression of vegetation cover, waterproofing of the soil or even pollution of water sources. And that the city spaces generate centralities, attracting to themselves characteristics very own, polarizing functions and interfering in the urban web.

KEYWORDS: Urban Expansion; Entrepreneurship; Social and Environmental Impacts.

RESUMEN

La ciudad de Itabaiana, ubicada en el agreste central sergipano, presenta características muy peculiares. En el estado de Sergipe la misma ya se destaca desde hace algún tiempo frente a las demás ciudades que se ubican en el interior sergipano. Sin embargo, además de ganar evidencia a nivel local, la ciudad serrana gana notoriedad a nivel regional y nacional. Conocida como la Capital Nacional del Camión, entre otros adjetivos, Itabaiana se destaca en la esfera económica en cuanto a su potencial de emprendimientos urbanísticos evidenciados en la expansión de la ciudad en los últimos años, pues ejerce influencia en las ciudades circundantes como también establece una relación directa con la capital Aracaju. De este modo, para desarrollar la investigación utilizamos técnicas de análisis cualitativas y cuantitativas, con base en el uso del recurso de la bibliometría para ayudarnos en la construcción de nuestro marco bibliográfico y conceptual, valorizando la producción intelectual / científica local, subsidiados por las tesis, disertaciones, monografías, artículos científicos, capítulos de libros y otros que fueron complementados por los clásicos de la literatura vinculados a la temática urbana. A partir de ahí, desarrollamos la tesis con el auxilio del análisis de paisaje, de la investigación bibliográfica, de la investigación documental, de la observación no estructurada y del análisis de coyuntura. Para orientar la investigación y organizar los caminos de la tesis, tuvimos como objetivo general: analizar las interferencias que la expansión urbana provoca en el aspecto socioambiental de Itabaiana-SE y para tanto defendemos la tesis de que los impactos socioambientales de Itabaiana-SE provienen de la expansión urbana fomentada por el emprendimiento local. De este modo, quedó evidente que los espacios urbanos influenciados por la expansión urbana, en el ámbito de la ciudad de Itabaiana, y que son orientados por el emprendedorismo itabaianense generan impactos socioambientales, pues las actividades relacionadas con la expansión urbana de la ciudad, a pesar de estar balizadas por Leyes que se refiere al uso del suelo, de políticas ambientales entre otros, generan impactos sociales por menores que, desde la expropiación de los espacios más nobles del área urbana, incluso impactos ambientales, como la supresión de la cobertura vegetal, impermeabilización del suelo o incluso la contaminación de los manantiales. Y que los espacios urbanos generan centralidades, atrayendo para sí características muy propias, polarizando funciones e interfiriendo en la red urbana.

PALABRAS CLAVE: Expansión Urbana; la iniciativa empresarial; Impactos Socioambientales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. (CAPA) Vista aérea de Itabaiana. Foto: Itabaiana Como Eu Vejo.....	1
Figura 2. Agricultura Familiar.....	21
Figura 3. Sergipe: área de estudo	23
Figura 4. Gráfico de frequência de tipo de publicação.....	26
Figura 5. Gráfico de frequência de publicação nos últimos 10 anos.....	27
Figura 6. Gráfico de frequência de termos em palavras-chave	27
Figura 7. Gráfico de frequência de publicação por estado nos últimos 10 anos	28
Figura 8. Chiara Lubich.....	35
Figura 9. Imagem de Santo Antônio no início da Avenida Manoel Antônio dos Santos	38
Figura 10. Muralha Fernandina, Porto, Portugal.....	44
Figura 11. Pórtico de Itabaiana.....	66
Figura 12. Mapa das capitanias hereditárias do Brasil, com destaque às capitanias de Bahía e de Ciriri.....	68
Figura 13. Rua do Sol, hoje Rua General Valadão, Festa de Reis no início do século XX	72
Figura 14. Rua do Cisco, Hoje Treze de Maio, no início do século XX.....	73
Figura 15. Carta do Império do Brasil de 1875, com destaque à Província de Sergipe Del Rey a qual consta a Vila de Itabaiana.....	75
Figura 16. Vista parcial de Itabaiana em 1938 a partir da torre da Igreja Matriz de Santo Antônio	77
Figura 17. Rua da Vitória, hoje rua General Siqueira, primeiros anos do século XX	78
Figura 18. Da esquerda para direita: casas residenciais; uma das palmeiras que continuou erguida; a igreja da Matriz; a Casa Paroquial com o Jenipapeiro à frente	79
Figura 19. Itabaiana: limites municipais	81
Figura 20. Itabaiana: mancha urbana e áreas verdes	82
Figura 21. Itabaiana: área de influência	83
Figura 22. Aves no Parque dos Falcões	85
Figura 23. Trilha no Parque Nacional Serra de Itabaiana	85
Figura 24. Itabaiana-SE: Evolução da Mancha Urbana	87
Figura 25. Filarmônica Nossa senhora da Conceição, na Rua do Sol em meados de 1901	93

Figura 26. Largo da Gente Sergipana, nesse espaço estão representados os principais movimentos folclórico e culturais do estado de Sergipe, dentre eles a Chegança (terceiro monumento da direita para esquerda).....	94
Figura 27. Estátua no Largo da Gente Sergipana representando a Chegança.....	95
Figura 28. Chegança nos festejos natalinos na praça da matriz na década de 1920.....	96
Figura 29. Trabalhador executando reparos em lona de caminhão	97
Figura 30. Monumento em homenagem aos caminhoneiros.....	98
Figura 31. Alvorada festiva – Mega carreata – Realizada durante a Festa dos Caminhoneiros em Itabaiana-SE.....	99
Figura 32. Escola Rosas de Ouro homenageia Itabaiana no carnaval de São Paulo em 2018.....	100
Figura 33. Ponto comercial tradicional na cidade de Itabaiana-SE onde se produz e comercializa iguarias gastronômicas locais.....	102
Figura 34. Mercado Municipal, na Praça da Feira, hoje Largo Santo Antônio na primeira década do século XX.....	106
Figura 35. Itabaiana: setorização da feira livre	108
Figura 36. Setor de eletrônicos na Feira de Itabaiana, na rua São Paulo	109
Figura 37. Setor de roupas e calçados da Feira de Itabaiana.....	110
Figura 38. Setor de utensílios para o lar na Feira de Itabaiana	110
Figura 39. Setor de panelas da Feira de Itabaiana	111
Figura 40. Setor utensílios de palha e madeira na Feira de Itabaiana	111
Figura 41. Setor de móveis de madeira da Feira de Itabaiana.....	112
Figura 42. Setor de artefatos de cerâmica na Feira de Itabaiana	112
Figura 43. Setor de Hortifrutis da Feira de Itabaiana, na rua Benjamin Constant	114
Figura 44. Mercado Municipal Zezé de Benevuto	115
Figura 45. Interior do Mercado de Carne João do Volta, Itabaiana-SE	116
Figura 46. Audiência pública sobre padronização da feira livre	117
Figura 47. Agricultura familiar praticada em Itabaiana-SE	118
Figura 48. Serra de Itabaiana.....	121
Figura 49. Área do Parque Nacional Serra de Itabaiana	123
Figura 50. Entrada principal do Parque Nacional Serra de Itabaiana.....	125
Figura 51. Serra de Itabaiana na década de 1910	127
Figura 52. Lagartinho-do-Abaeté	129
Figura 53. Olaria localizada no bairro Marianga.....	130

Figura 54. Entrada do Parque dos Falcões	134
Figura 55. Alexandre Correia (de camisa branca) apresentando as aves nos viveiros do Parque dos Falcões	136
Figura 56. José Percílio (de camisa amarela) orientando os visitantes no Parque dos Falcões.....	136
Figura 57. Grupo armado invade Parque dos Falcões	137
Figura 58. Monumento em homenagem ao urubu branco.....	138
Figura 59. Visita ostensiva da polícia militar nas dependências do Parque dos Falcões	139
Figura 60. Estátua de Chiara Lubich na praça de mesmo nome, em primeiro plano, e pórtico do Condomínio Chiara Lubich, em segundo plano	141
Figura 61. Pórtico do Condomínio Zilda Arns	142
Figura 62. Pórtico do Condomínio Heitor Villa Lobos.....	143
Figura 63. Pórtico do condomínio residencial Jardim Santo Antônio.....	144
Figura 64. Crescimento urbano ligado aos empreendimentos da ETHOS	146
Figura 65. Loteamentos e condomínios fechados	147
Figura 66. Loteamento Oscar Niemeyer, Itabaiana-Se	147
Figura 67. Expansão urbana no Loteamento Oscar Niemeyer, Itabaiana-Se	148
Figura 68. Vista aérea da canalização do córrego nas obras do loteamento Oscar Niemeyer.....	149
Figura 69. Riacho sob influência da antropização em loteamento na cidade de Itabaiana ...	150
Figura 70. Área verde prevista em projeto ao longo de riacho localizado no loteamento Oscar Niemeyer, em Itabaiana-SE.....	151
Figura 71. Shopping Peixoto em primeiro plano, em segundo plano a principal área de expansão de Itabaiana.....	152
Figura 72. Corte de árvores em Itabaiana.....	153
Figura 73. Prefeitura de Itabaiana diz não cometer crime ambiental	154
Figura 74. Reestruturação do canteiro central da avenida Otoniel Dórea.....	155
Figura 75. Projeto Coleta Seletiva em Itabaiana-SE	156
Figura 76. 6ª conferência municipal das cidades.....	157
Figura 77. Semana do Meio Ambiente em Itabaiana-SE	158
Figura 78. Comércio de joias e semijoias atrai vendedores para Itabaiana.....	160
Figura 79. Loja do ramo de joias e semijoias “O Garimpo”	161
Figura 80. Feira livre e lojas no centro de Itabaiana	162
Figura 81. Rua comercial na cidade de Itabaiana em dia de feira livre.....	162
Figura 82. Rua no centro de Itabaiana dividindo espaço com a feira livre	163

Figura 83. Construção do Shopping Peixoto.....	164
Figura 84. Shopping Peixoto em funcionamento, Natal de 2018.....	164
Figura 85. Praça Fausto Cardoso.....	166
Figura 86. Praça João Pessoa.....	167
Figura 87. Praça Chiara Lubich.....	168
Figura 88. Praça Luiz Gonzaga	169
Figura 89. Totem “Eu Amo Itabaiana”	169
Figura 90. Campus da Universidade Tiradentes – UNIT em Itabaiana-SE	170
Figura 91. Campus Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe-UFS	172
Figura 92. Campus do Instituto Federal de Sergipe – IFS em Itabaiana.....	173
Figura 93. Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.....	174
Figura 94. Frutas da Feira de Itabaiana	176
Figura 95. Parque dos Falcões.....	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Espécies ameaçadas de extinção no PARNA Serra de Itabaiana.....	128
Quadro 2. Detecção de conflitos na área do PARNA Serra de Itabaiana	132

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a. C.	Antes de Cristo
APA	Área de Proteção Ambiental
Art.	Artigo
CAIC	Centro Integral de Assistência à Infância e ao Adolescente
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
d. C.	Depois de Cristo
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DF	Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
DQO	Demanda Química de Oxigênio
EaD	Educação a Distância
<i>et al.</i>	E outros (<i>latim</i>)
etc.	E outras coisas mais (<i>latim</i>)
Fig.	Figura
hab/Km ²	Habitantes por quilômetro quadrado
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFS	Instituto Federal de Sergipe
INE	Instituto Nacional de Estatística de Portugal
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
km	Quilômetro
km ²	Quilômetro quadrado
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
m	Metro
m ²	Metro quadrado
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MP	Ministério Público
nº	Número
Org.	Organização
p.	Página
PARNA	Parque Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PRODEMA	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
s/n	Sem número
sec.	Século
SE	Sergipe
SIC	Assim (<i>latim</i>)
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNIP	Universidade Paulista
UNIT	Universidade Tiradentes
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - A PESQUISA E SUA TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA	21
1. Introdução: as questões foco da pesquisa.....	22
2. A Tese e os Objetivos Geral e Específicos	24
3. Referencial teórico	25
4. Técnicas de análise da pesquisa	29
5. Apresentação da Tese.....	33
 CAPÍTULO 2 - DESAFIOS NAS CIDADES: AÇÕES DO HOMEM NA NATUREZA	35
1. Desafios nas Cidades.....	36
2. Expansão urbana nas cidades	42
3. Governança urbana: desafios para a cidade	50
4. O Estatuto da Cidade e o desenvolvimento local.....	55
 CAPÍTULO 3 - A CIDADE DE ITABAIANA: DA FUNDAÇÃO À CAPITAL NACIONAL DO CAMINHÃO	66
1. Panorama histórico-geográfico	67
2. Cenários econômicos e culturais	88
 CAPÍTULO 4 - O AMBIENTE EM DESTAQUE: VIVÊNCIAS E INFORMAÇÕES	121
1. O Parque Nacional Serra de Itabaiana.....	122
2. O Parque dos Falcões	133
3. Ações e reações: a expansão urbana e o meio ambiente em foco na cidade de Itabaiana-SE.....	140
4. Centralidades urbanas de Itabaiana	159
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
 ANEXOS	191

Figura 2. Agricultura familiar. Foto: Phellipe C. Silva



CAPÍTULO I

A PESQUISA E SUA TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

CAPÍTULO 1: A PESQUISA E SUA TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

1. Introdução: as questões foco da pesquisa

A cidade de Itabaiana/Sergipe tem ganhado destaque no cenário regional e nacional, principalmente, quanto ao potencial de desenvolvimento econômico que ela representa para a região.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o fenômeno da mobilidade populacional vem apresentando transformações significativas no seu comportamento desde as últimas décadas do Século XX, bem como no início do século XXI não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Em outras palavras, está havendo uma reversão do fluxo migratório, que anteriormente acontecia em direção aos grandes centros urbanos e agora ocorre em sentido às cidades consideradas de médio porte no âmbito de seus estados.

Neste contexto de alteração e mobilidade populacional, averiguar as relações existentes entre a expansão urbana e os impactos ambientais, foi o que me motivou a entender as vivências e interações ocorridas em Itabaiana com o meio ambiente, seus aspectos socioeconômicos e o desenvolvimento, apregoados entre seus governantes, e mais ainda, compreender como o empreendedorismo local interfere no aspecto socioambiental da referida cidade.

A motivação para a execução dessa pesquisa parte do potencial que a mesma representa para os estudos relacionados ao crescimento das cidades e a consequente urbanização, destacando o protagonismo das pessoas em sociedade e a sua interação com o meio ambiente. Em vivências no campo empírico foram feitas observações, nesse processo de intercâmbio entre idas e vindas à Itabaiana, acerca da temática ambiental aliada ao potencial dos estudos referentes às cidades, frente ao crescimento urbano e as problemáticas trazidas por esta expansão da cidade, como é o caso dos impactos socioambientais.

Neste cenário acadêmico em que a pós-graduação proporciona, tive a satisfação de poder ministrar minicursos, palestras, disciplinas em turmas de graduação, além de publicar

artigos em periódicos, bem como publicar e/ou organizar livros voltados à temática da geografia e meio ambiente. Desta vez no doutorado, fez-se necessário mergulhar com mais profundidade nas leituras acerca das urbanidades e nas (inter)ações entre o homem e a natureza, na perspectiva de compreender como essas relações, por vezes tão conflituosa, se dá frente a dinâmica complexa da cidade de Itabaiana.

A pesquisa desenvolveu-se no Estado de Sergipe, tendo como área específica para estudo a cidade de Itabaiana, conforme Figura 3.



Figura 3. Sergipe: área de estudo.
Fonte: Base cartográfica - IBGE.

A escolha pela cidade de Itabaiana deveu-se pelo fato de a mesma representar, no contexto sergipano, uma cidade protagonista em desenvolver o seu empreendedorismo. Esta característica além de ser valorizada pelos que vivem do comércio e da prestação de serviços à população é reconhecida também por quem é de fora da cidade. O itabaianense é conhecido

por sua garra e perseverança para o trabalho, pois a qualidade de seus produtos é reconhecida em nível local, estadual, regional ou nacional.

Itabaiana possui localização geográfica privilegiada na área central do Estado de Sergipe. Sua proximidade e interação com o Parque Nacional Serra de Itabaiana torna a cidade um espaço geográfico repleto de nuances e atributos muito peculiares, pois estabelece de forma direta ou indireta uma relação entre o homem e os elementos da natureza presentes no contexto local.

Essas características geográficas por vezes determina a forma como a população interage com o seu meio ambiente, a partir das potencialidades econômicas ou mediante as territorialidades locais quando estabelece relação direta com a dimensão espacial da cidade e seu envolvimento com as questões ligadas ao meio ambiente.

2. A Tese e os Objetivos Geral e Específicos

A pesquisa consiste em analisar a relação entre expansão urbana e impactos socioambientais na cidade de Itabaiana. Tendo como recorte temporal da pesquisa desde a sua fundação até o ano de 2018, de modo a expor uma trajetória de estudos e análises da expansão urbana da cidade com base em dados coletados pelo IBGE.

A vida e o cotidiano das pessoas que vivem na cidade às vezes parecem estar distantes dos elementos que compõem o meio ambiente em que vivemos, pois estes aparentam estar cada vez mais afastados da realidade de um ambiente natural em decorrência do intenso uso do concreto e da vasta impermeabilização do solo presentes no ambiente urbano e que aparentemente se distancia do ambiente natural.

As pessoas interagem com o meio ambiente que as circundam, pois é neste espaço (espaço geográfico) que elas vivem e se relacionam umas com as outras, bem como estabelecem este contato com os elementos da natureza por meio do lazer. Contudo, as cidades perdem espaços naturais para a construção de grandes e pequenos empreendimentos para a satisfação de governantes ou empresários que buscam implantar condomínios e conjuntos habitacionais com base nas políticas de investimentos socioeconômicos.

Por conseguinte, temos como tese de que **os impactos socioambientais de Itabaiana-SE advém da expansão urbana fomentada pelo empreendedorismo local**. Pois, como consequência desse crescimento, na maioria das vezes, o respeito ao meio ambiente não é assegurado pela referida expansão urbana, ampliando-se as problemáticas socioambientais. Com base nesse argumento, a questão central desse estudo é: De que modo a expansão urbana interfere nos aspectos socioambientais?

Para responder a essa questão, o objetivo geral dessa tese é analisar as interferências que a expansão urbana provoca no aspecto socioambiental de Itabaiana-SE. E como objetivos específicos:

- explicitar os conceitos que norteiam o debate acerca do urbano, do social e do ambiental da cidade de Itabaiana/SE;
- apresentar as territorialidades da cidade de Itabaiana mediante o empreendedorismo itabaianense e seus reflexos no âmbito socioambiental;
- expor como o aspecto socioambiental deve ser considerado essencial nas políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano e as centralidades para o beneficiamento da população.

O estudo contribuirá para chamar a atenção dos gestores públicos quanto ao planejamento urbano e seu respeito à natureza (meio ambiente) e às pessoas. Pois, o crescimento da cidade não deve se distanciar das questões ambientais e sociais, bem como em relação ao crescimento econômico e populacional repercutindo na expansão urbana de modo a gerar centralidades.

3. Referencial teórico

Para nos auxiliar na confirmação dessa tese, foi realizada uma análise sobre as produções acadêmicas dos últimos anos através de uma bibliometria por meio das bases: Scopus, Google Scholar, Web Of Science e Thomson Reuters, nos termos correspondentes a Itabaiana e Expansão Urbana. Foram encontrados 93 (noventa e três)

produções entre os anos de 2005 a 2018, os quais incluem: Trabalhos de Conclusão de Curso, Capítulos em Livros, Dissertações e Teses vinculadas a uma dessas bases. A figura 4 demonstra a distribuição das produções de acordo com o tipo de publicação.

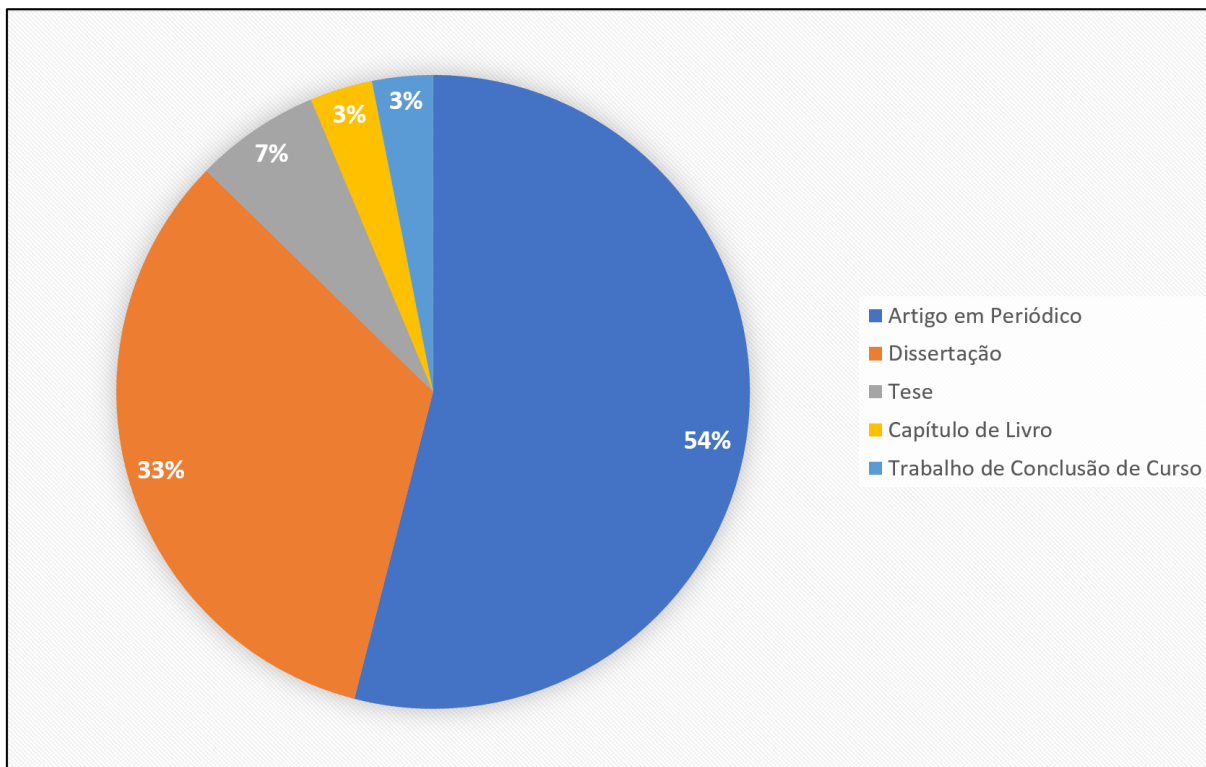


Figura 4. **Gráfico de frequência de tipo de publicação.**

Fontes: Scopus/Google Scholar/Web Of Science/Thomson Reuters (Organizado pelo autor)

Da totalidade de publicações encontradas, nota-se que mais da metade, 54%, representam artigos publicados em periódicos; 33% das publicações, são pesquisas vinculadas as dissertações; 7% das publicações sobre as temáticas pesquisadas são relacionadas às teses e, por fim, com a mesma porcentagem, de 3% cada, estão as publicações em capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso.

Quando observamos o ano de publicação dos trabalhos percebemos que houve momentos de maior produção e publicação desses trabalhos e outros de queda na produção científica. Nos últimos 10 anos os períodos de maior publicação foram nos anos de 2011 e 2014, com o total de 12 (doze) trabalhos.

O ano de 2018 foi o ano com menor índice de publicação nas temáticas pesquisadas durante a bibliometria, com apenas 2 (dois) trabalho publicado, conforme ilustrado na Figura 5.

Com relação aos termos utilizados com as palavras-chave nesses trabalhos publicados, foi elaborado um gráfico de nuvem com as frequências dos termos encontrados, resultado apresentado na Figura 6.



Figura 6. **Gráfico de frequência de termos em palavras-chave.**
Fontes: Scopus/Google Scholar/Web Of Science/Thomson Reuters (Organizado pelo autor).

Com a síntese desses dados obtidos mediante a bibliometria, foi possível, a partir do gráfico de nuvem, visualizarmos de maneira mais prática os termos por meio do uso do recurso visual, as palavras mais utilizadas pelos autores desses trabalhos com a temática cidade de Itabaiana e ao tema da Expansão Urbana. Dentre as palavras-chave que mais aparecem são: urbana, urbano, desenvolvimento, educação, rural, ambiental, itabaiana, qualidade, identidade, percepção entre outras.

Nota-se que os estudos sobre Itabaiana estão centrados em temáticas que refletem o que a cidade representa. Uma cidade com sua urbanidade bem demarcada e reconhecida, bem como uma cidade rural, com suas potencialidades agrícolas. Campos e Krahll destacam que “[...] torna-se cada vez mais nítido que o rural está impregnado de urbano e vice-versa [...]” (2006, p. 83). É nesse misto de urbanidades e ruralidades que se encontra a cidade de Itabaiana-SE, portanto faz-se necessário que reconheçamos as partes para compreendermos o todo.

A pesquisa envolvendo Itabaiana e a expansão urbana teve um alcance importante a nível nacional, porém grande parte dela concentra-se no estado de Sergipe. Observando a Figura 7, podemos ver como essas publicações feitas nos últimos 10 anos se espacializaram pelo Brasil.

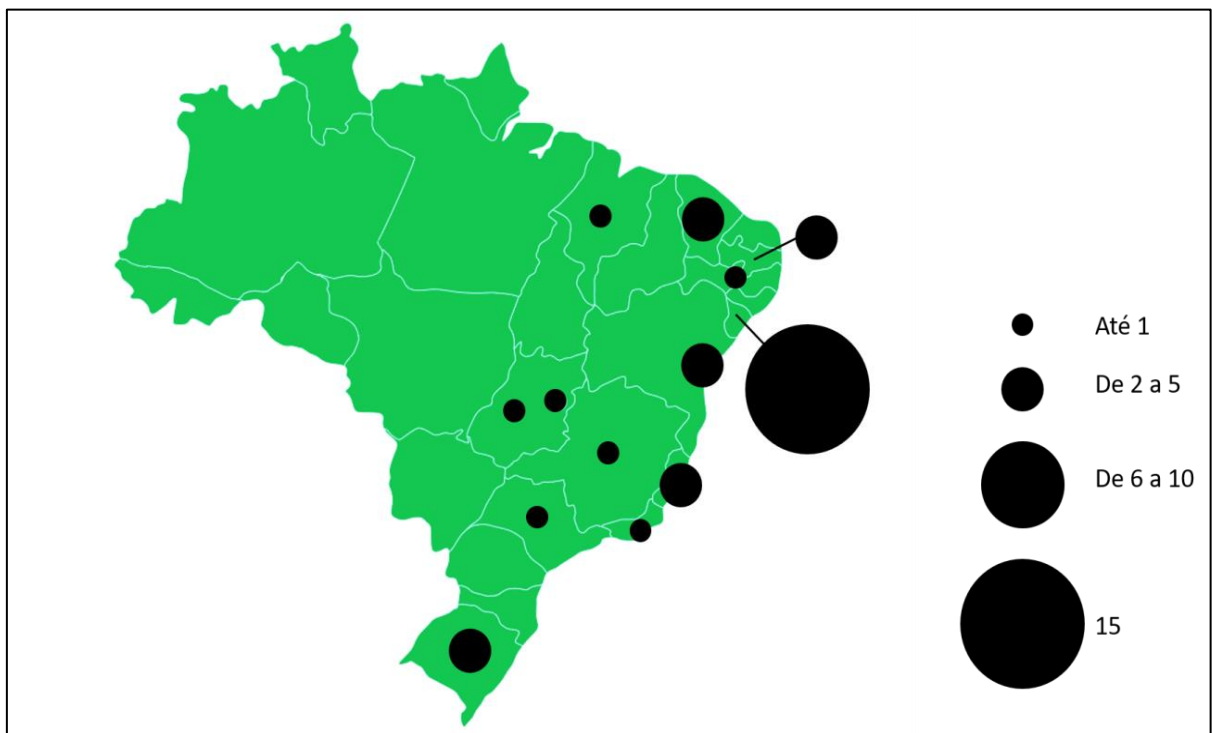


Figura 7. Gráfico de frequência de publicação por estado nos últimos 10 anos.
Fontes: Scopus/Google Scholar/Web Of Science/Thomson Reuters (Organizado pelo autor).

As publicações concentraram-se principalmente na região nordeste, havendo trabalhos publicados nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão. Na região sudeste houve publicação em todos os estados: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. No sul do Brasil, houveram publicações no estado do Rio Grande do Sul. Já no centro-oeste houve publicação no estado de Goiás e Distrito Federal.

Boa parte desses trabalhos se deve a contribuição das publicações feitas por alunos dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. Essas produções em sua maioria são vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), os quais ancoraram na construção desta tese.

4. Técnicas de análise da pesquisa

As metodologias adotadas na pesquisa são de natureza qualitativa e quantitativa. Trabalhamos com as duas metodologias, pois as mesmas foram fundamentais para fazermos as análises necessárias, tanto no âmbito socioambiental quanto de expansão urbana. Haguete (2007) ao abordar sobre a metodologia qualitativa em detrimento da quantitativa afirma que para os pesquisadores que utilizam a referida abordagem:

Os qualitativistas afirmam seja a superioridade do método que fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face a configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos (HAGUETE, 2007, p. 63).

Existem diferenças fundamentais em relação à metodologia qualitativa e quantitativa. Rosental e Frémontier-Murphy (2002) exemplifica muito bem essas variáveis de uma em relação à outra da seguinte forma:

Entre as diferentes características ou variáveis que podemos estudar, distinguimos usualmente as características qualitativas das características quantitativas. Uma característica qualitativa é uma propriedade que não é passível de ser medida numa escala numérica (por exemplo, a categoria socioprofissional, a nacionalidade). Enquanto uma característica quantitativa o é (como o salário medido em milhares de francos por mês, a idade dos franceses) (ROSENTAL; FRÉMONTIER-MURPHY, 2002, p. 17).

Assim, o estudo aqui apresentado aborda questões relativas a sociedade, por meio dos fenômenos decorrentes da ação humana em seu espaço de interação com o meio ambiente e sua relação com a natureza, imbuídos da complexidade que advém desta interação homem-natureza.

O desenvolvimento do referido estudo deu-se principalmente pelas vivências *in loco* no município que abrange a pesquisa, com base nos mecanismos de buscas nas referências bibliográficas e documentais, coleta de dados no campo empírico, mediante a observação não-estruturada, análise de conjuntura e da análise de paisagem.

Neste aspecto, a utilização da pesquisa bibliográfica foi fundamental para dar suporte teórico antes e durante a etapa da pesquisa de campo, fase esta que necessitou de amadurecimento teórico do pesquisador para compreender algumas questões primordiais para a análise e sistematização dos dados.

Lima e Miotto (2007) fazem uma ressalva quanto a uma confusão conceitual que se faz entre a pesquisa bibliográfica e a revisão bibliográfica, esclarecendo da seguinte maneira:

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38).

Portanto, exige-se um esforço maior do pesquisador quando se utiliza a pesquisa bibliográfica, pois é através dela que é feita a interlocução de teoria *versus* prática. Destarte, a pesquisa documental se configura como ferramenta metodológica que está em acordo com os

objetivos propostos pela pesquisa, em que o autor faz uma relação entre bibliografia e o objeto do estudo em questão.

Em relação à pesquisa documental foi de suma importância para este estudo, por meio das informações relevantes que nos serviram de base para compreender as particularidades locais da área de estudo. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) ao se reportar ao documento esclarecem que:

Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos. Cartas, diários pessoais, jornais, revistas, também podem muito úteis para a compreensão de um processo ainda em curso ou para a reconstituição de uma situação passada. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 169).

E ainda a inclusão nessa listagem de documentos, o acesso aos sites de domínio público e de páginas da internet que contém informações relevantes para o referido estudo, a exemplo do banco de dados e/ou notícias referentes a cidade pesquisada neste estudo. Além dos referentes à consulta de dados de cunho demográfico e econômico, pois é uma ferramenta metodológica que favorece a análise e interpretação dos dados. Sá-Silva *et al.* (2009) ressaltam a importância da pesquisa documental no seguinte excerto:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA *et al.* 2009, p. 2).

A pesquisa documental é normalmente utilizada nos estudos que envolvem as ciências humanas e sociais, pois a depender do objeto de estudo pode se tornar a principal fonte de informação que o pesquisador terá ou ao menos ela poderá vir a ser um recurso metodológico adicional (SÁ-SILVA *et al.* 2009), como ocorreu no período da realização desse estudo.

Quanto às observações não-estruturada *in loco* na cidade de Itabaiana ocorreram durante um período de sete anos, além de participações em eventos, cursos, entre outros, de modo que pude compreender a dinâmica comportamental da população local em relação ao meio ambiente natural, pois, essa se adequa melhor ao objetivo deste estudo que pode ser chamada de: assistemática, antropológica ou livre.

Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998) destacam algumas vantagens referentes à metodologia da observação, realçando que:

a) independente do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite ‘checar’, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para ‘causar boa impressão’; c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; e d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZAJDER, 1998, p. 164).

Na observação não-estruturada, se detalha os comportamentos e/ou situações expressadas pelas pessoas, observados de modo livre, da forma como eles ocorrem, com a finalidade de compreender e descrever a situação observada tal como ela ocorre em determinado lugar e situação, como por exemplo: hábitos locais, costumes cotidianos e outros. Vale ressaltar que a observação não-estruturada ocorreu na cidade pesquisada considerando as particularidades existentes no contexto local. Fato este que nos auxiliou no processo de análise dos dados obtidos no decorrer da pesquisa.

Em relação à análise de conjuntura, as relações sociais e as nuances políticas nos auxiliaram na análise das territorialidades locais, observando como as estruturas de poder se especializam na cidade e como elas influenciam na dinâmica da mesma. Além de verificar a espacialização da expansão urbana da cidade, mediante o empreendedorismo local, e o seu impacto socioambiental. Souza (2001) descreve que:

No momento em que toda a sociedade brasileira acompanha ativamente o desenrolar dos acontecimentos políticos, fica evidente que não basta apenas estar com a leitura dos jornais em dia para entender o que está ocorrendo. No volume de informações que é veiculado todos os dias é necessário identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo. Fazer isso é fazer análise de conjuntura (SOUZA, 2001, p. 7).

Desse modo, se fez necessário fazer uma leitura da cidade de Itabaiana utilizando acontecimentos ocorridos no passado, fatores que influenciam no presente e que certamente influenciarão em um cenário futuro. Para tanto, Souza segue afirmando que “[...] a análise de conjuntura deve levar em conta as articulações e dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos fenômenos, dos acontecimentos, dos atores, das forças sociais” (2001, p. 16). E ainda indica categorias que auxiliam na análise de conjuntura, a saber: acontecimentos; cenários; atores; relação de forças; articulação (relação) entre “estrutura” e “conjuntura”.

Neste interim foi feito o exercício de articular todas essas categorias com vistas a compreender as nuances da conjuntura local, a fim de interpretar os dados obtidos durante a realização do estudo. Questões políticas locais aparecem, pois, as relações de poder estão intrínsecas às relações sociais em uma dada realidade.

A análise de paisagem foi uma técnica utilizada para percebermos as transformações da paisagem ao longo dos anos. Neste estudo, como nos debruçamos sobre a expansão urbana da cidade de Itabaiana, esta técnica foi essencial para percebermos a evolução/desenvolvimento da cidade e as consequentes alterações na paisagem da cidade serrana. Soares Filho (1998, p. 7) sugere um conceito de paisagem afirmando que “[...] uma paisagem pode ser então caracterizada, como uma unidade distinta e mensurável, definida por seu padrão espacial de agrupamentos de ecossistemas em interação, desenvolvimento geomorfológico, regimes de perturbação e evolução”.

A paisagem pode ter diversas dimensões. Foi nesse misto de informações e aspectos que fizemos as nossas análises, a partir das incursões em campo, registros de imagens, além de realizar pesquisas em documentos históricos com a finalidade de reunir um banco de imagens antigas da cidade de Itabaiana de modo a retratá-la como espaços para novas centralidades urbanas.

5. Apresentação da Tese

A referida tese está organizada em 4 (quatro) capítulos, sendo o Capítulo 1 resultado das descrições acerca dos caminhos da pesquisa, apresentando as questões norteadoras da mesma, bem como a apresentação dos objetivos geral e específicos da tese, além da nossa questão

norteadora. No mesmo capítulo abordamos como foi construído o nosso referencial teórico, explanando como fizemos a coleta de dados e quais técnicas de análise utilizamos na pesquisa, apresentando a nossa metodologia.

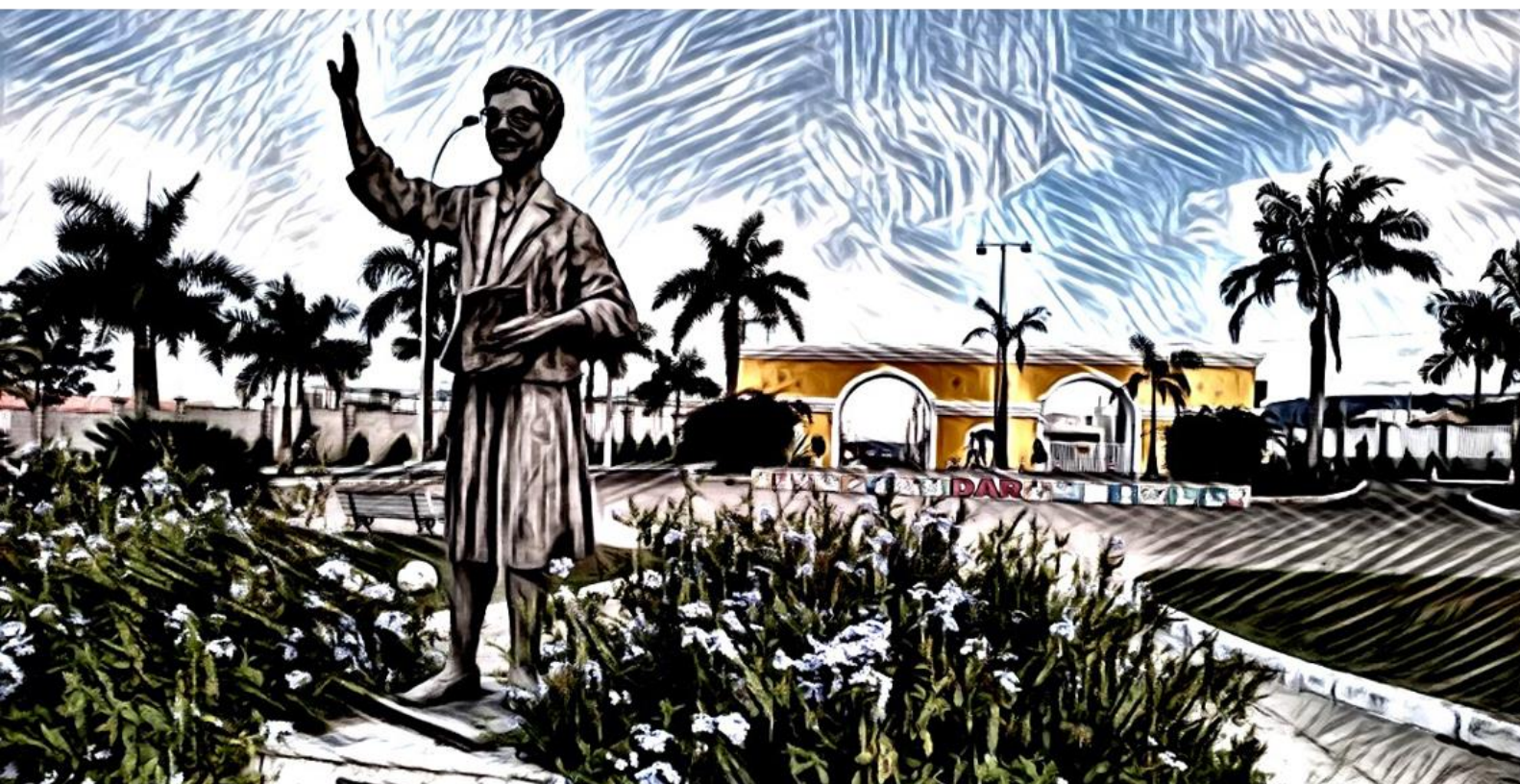
O capítulo 2 (dois) traz os aspectos relacionados aos desafios enfrentados no âmbito das cidades e a interação do homem na natureza, com base nas reflexões acerca da expansão urbana, bem como os entraves enfrentados pela Governança Urbana nas cidades e por fim uma abordagem acerca do Estatuto da Cidade no contexto do desenvolvimento local.

No capítulo 3 (três) fizemos uma abordagem da cidade de Itabaiana-SE desde a sua fundação até a atual conjuntura da cidade na contemporaneidade, trazendo o panorama histórico e geográfico, além dos cenários econômicos e culturais presentes na cidade ao ser considerada a Capital Nacional do Caminhão.

No capítulo 4 (quatro) destacamos a interação do homem com a natureza, ressaltando a expansão urbana de Itabaiana-SE e os impactos socioambientais oriundos dessa relação por vezes desarmônica. Ainda neste capítulo, abordamos os aspectos relevantes da interação e o poder de influência de locais como o Parque Nacional Serra de Itabaiana e o Parque dos Falcões, como locais de riqueza natural imbuídos nessa teia complexa que é a relação homem-natureza. Evidenciamos as ações e as reações por meio da população acerca dessas interações e destacamos as centralidades urbanas na cidade de Itabaiana-SE, bem como os impactos socioambientais decorrentes do processo de expansão urbana da cidade.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, o referencial bibliográfico utilizado para a construção desta Tese e seus anexos.

Figura 8. Chiara Lubich. Foto: Phellipe C. Silva



CAPÍTULO 2

DESAFIOS NAS CIDADES: AÇÕES DO HOMEM NA NATUREZA

CAPITULO 2 - DESAFIOS NAS CIDADES: AÇÕES DO HOMEM NA NATUREZA

1. Desafios nas Cidades

Os seres humanos têm uma relação direta com a natureza, porque ela oferece tudo o que se precisa para sobreviver e com a utilização de técnicas extrai da natureza recursos para promover o seu beneficiamento usando diversos elementos encontrados na natureza de modo a satisfazer suas necessidades e vontades com base nos anseios e propósitos do grupo. Essa relação íntima com o natural (natureza), aproxima o homem de suas origens e auxilia na compreensão do ambiente em que se vive.

O homem se transforma a cada momento, a partir das relações estabelecidas com ele mesmo e com o seu entorno, possuindo característica marcante de adaptação aos novos ambientes, os quais são encarados como momentos de interações ao enfrentar os desafios que surgem inevitavelmente ao longo do percurso da vida. Harvey (2009) demonstra essa compreensão ao afirmar que:

A relação dialética e metabólica que temos com a natureza e, por meio dela, com uma natureza distintivamente humana (com suas qualidades e seus significados especiais) tem, por conseguinte de estar na base daquilo que nós, na qualidade de arquitetos de nosso futuro e de nosso destino, podemos e queremos realizar (HARVEY, 2009, p. 271).

As decisões tomadas no passado, e que ainda são tomadas no presente, são fundamentais para entender e definir qual caminho seguir estando consciente de que pode agir de forma a atingir objetivos para modificar seu espaço/ambiente, desde que esteja comprometido em transformar suas atitudes frente aos obstáculos.

A natureza no espaço urbano pode ser vista de diversas maneiras, a depender do olhar e das perspectivas múltiplas do local em que ela está inserida, pois há diferenciação existente entre a natureza do “rico” e a natureza do “pobre”, suas percepções são ancoradas pelo seu ponto de vista socioambiental. Os espaços públicos ligados à natureza, como por exemplo os parques dentro da cidade às vezes não são frequentados por cidadãos das classes menos favorecidas, ficando restrito a uma camada privilegiada da sociedade o acesso e o uso desse espaço, em decorrência das taxas e/ou pagamentos de entrada de um zoológico e/ou parques

de visitação pública, a saber: Jardim Botânico e em Sergipe, o Parque dos Falcões. Henrique (2004) ao tratar sobre a natureza na cidade, explica que a:

natureza na cidade como uma mercadoria destinada a ratificar esta ideologia dominante implica a exclusão das classes economicamente inferiores do acesso à vida com a natureza. Legitima-se no mundo da *[SIC]* idéias a dominação ou a manutenção de privilégios. Enquanto as classes dominantes vivem com sua natureza enclausurada e controlada em seus jardins, nos bairros excluídos observa-se a natureza relegada ‘ao mato’ ou ‘as enchentes’ e, em muitos lugares, a total falta de qualquer natureza (HENRIQUE, 2004, p.19).

Essa distinção da natureza a depender da classe social é notada nos diversos ambientes em que as comunidades estão localizadas. As classes mais ricas detêm este ambiente em forma de jardim bem cuidado e de certo modo artificializado, seguindo um padrão estético e determinado por um certo “modismo”. Já o ambiente de vivência dos mais pobres, geralmente está relegado a uma natureza bruta, o que não deixa de ter sua importância, sem uma estética intencional.

A sociedade em sua organização adquire habilidades para explorar elementos que façam sentido no seu cotidiano e que sejam intrinsecamente necessários à sua subsistência. Os métodos e técnicas utilizados são particulares e estão relacionados à cultura dos povos sendo atribuídos significados aos objetos extraídos da natureza, uma forma de obter recursos em prol de sua sobrevivência e a partir das suas capacidades individuais, bem como aquelas adquiridas com base nos ensinamentos perpassados de geração em geração como herança cultural.

O homem tem uma capacidade adaptativa e para isso ele detém um conhecimento acerca da natureza. Harvey (2009, p. 272), descreve que “[...] somos uma espécie como todas as que há na terra, dotada, como elas, de capacidades e potencialidades específicas que são empregadas com vistas a modificar ambientes de maneiras que levem às nossas próprias sobrevivência e reprodução”.

Essa adaptação faz com que ele crie ambientes favoráveis à sua manutenção social e perpetuação da espécie, integrando-se ao meio ambiente e retirando tudo o que ele precisa da natureza. A natureza também tem a sua conotação ligada a uma religiosidade, por meio dos feitos que o ser humano utiliza para validar uma crença e um apego a algo, a exemplo da Figura 9 em que visa demonstrar uma crença local:



Figura 9. **Imagem de Santo Antônio no início da Avenida Manoel Antônio dos Santos.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

A espiritualidade sempre foi importante para as pessoas, dentro de cada crença, pois ela fortalece as convicções existentes do indivíduo. Contudo, a natureza para muitos povos, esteve relacionada a uma força superior, que o homem ainda não consegue explicar. No entanto, ela serve de sustentação para reforçar as crenças e passá-las de geração em geração, a título de ilustração: o uso de adereço em espaço público com imagem religiosa, sendo ritualístico para cada grupo social.

Para Henrique (2004, p.42), a natureza estava intimamente ligada a Deus, no que diz respeito às provas que a humanidade sempre buscou para validar a existência Dele, para o autor “[...] a natureza configura-se como uma natureza fisicoteológica, vista como uma prova

física importantíssima para demonstrar a existência de um criador”. O físico ou palpável parece que serve até hoje para tornar algo mais “real”, ou seja, validar a existência de alguma coisa.

Pacheco (2013) lembra que pesquisadores já se debruçaram nos estudos acerca da religiosidade e da natureza, sobre a crença e a cura, bem como sobre a oralidade e a escritura, buscando entender os aspectos relacionados à expressão humana, através da sabedoria popular ou mesmo da espiritualidade, de modo a destacar a utilização da técnica para resolver problemas ligados às suas necessidades. Assim, a técnica para Galimberti (2006) pode ser entendida como sendo uma marca ao:

Grande adeus ao divino, não porque – como superficialmente se crê – com a técnica os homens podem obter as coisas que antes eram obrigados implorar aos deuses, mas porque a técnica desvela o cenário das diferenças, o que a divindade desconhece e ignora (GALIMBERTI, 2006, p. 41).

Numa tentativa de controlar a natureza, o ser humano utilizou técnicas que favoreceu esse controle e que para tanto, a domesticação de animais foi um fator primordial para dar o pontapé inicial que precisavam. Henrique (2004) descreve este momento da seguinte maneira:

Novas técnicas são criadas e outras são aperfeiçoadas neste levante contra a 'natureza primitiva'. Uma das principais formas de aceleração do trabalho na terra foi à implementação e melhoramento do trabalho animal, principalmente os cavalos (sendo que novas raças foram trazidas do Oriente durante as cruzadas). Esta inserção do trabalho animal aumentou a capacidade do homem para transformar a paisagem, desde a modificação de áreas florestais em áreas para cultivo até na própria agricultura e no transporte, tanto de mercadorias quanto pessoas. Os moinhos de água também foram outra técnica que possibilitou o aumento do controle do homem sobre a natureza, mesmo que inventados anteriormente nas áreas mediterrâneas, será no norte europeu que ele irá se multiplicar e se aperfeiçoar (HENRIQUE, 2004, p. 48).

Antes mesmo da domesticação dos animais, o homem precisou aperfeiçoar e/ou criar ferramentas que o favoreceu obter alimentos para a sua sobrevivência. Anteriormente a esta fase todo este processo era feito através da coleta manual. Segundo Magalhães Filho:

Foram as exigências da caça e da pesca que fizeram com que pedras cortantes e pontiagudas fossem transformadas em facas; estas, amarradas na

ponta de um pau comprido, em lanças e arpões, enquanto pedras pontudas, amarradas num pau curto, viravam machados (MAGALHÃES FILHO, 1977, p. 12).

Com o domínio das técnicas o homem passou a transformar drasticamente a natureza e modificar a paisagem tão como *in natura*. O aperfeiçoamento das técnicas propiciou a ampliação do seu trabalho garantindo um aumento progressivo dos resultados buscados por eles, seja no progresso¹ a partir da multiplicação das fontes de alimentos ou pela maior facilidade em lidar com as adversidades impostas pela natureza, objetivando trazer prosperidade para o seu povo e assim garantir a sua sobrevivência, conforme afirma Henrique (2004):

O homem que multiplica animais e plantas, bem como muda sua distribuição, ao seu desejo, que busca uma melhora e controle dos climas para melhorar a sua própria existência, age sobre a natureza natural ou sobre a primeira natureza [...] acaba por começar a criar ou produzir uma segunda natureza (HENRIQUE, 2004, p. 64).

Essa segunda natureza produzida pelo homem, é a natureza transformada por ele a partir das alterações feitas na paisagem pelo seu trabalho, ao utilizar técnica. Pois, mediante o trabalho este gera cultura, ficando arraigada nos costumes de um povo, a partir das ações executadas no ambiente em que ele vive, o homem (re)significa suas atitudes e habilidades desenvolvidas para melhor atender as suas necessidades. Harvey (1980) fazendo uma alusão dessa relação entre demanda e procura expõe que:

Devemos, antes de tudo, ter em conta os efeitos de exteriorização inerentes à exploração de qualquer recurso. Em segundo lugar, temos que encarar o fato

¹ Do latim *progressus*, o termo possui o significado de avanço em áreas determinadas: ciências, infraestrutura, intelecto, educação, economia e outros. A filosofia trata o progresso como a possibilidade de avanço da humanidade em relação às suas atividades desenvolvidas. Segundo Marx e Mazlish (1996) houve um projeto desenvolvido por pensadores do século XVIII como: Paine, Turgot e Condor denominado de “o projeto do iluminismo” o qual determinava que a humanidade deveria possuir uma cultura universal onde haveria uma ligação entre o que é racional, secular e humanitário, ou seja, seria o chamado progresso cultural. Com o surgimento da modernidade, nasce o “Estado do Progresso” o qual, segundo Sack (2002), o poder estatal é a base do progresso neste momento, é ele o responsável pelo avanço das diversas áreas necessárias ao convívio das pessoas. E, por fim, com o advento da contemporaneidade, o progresso continua tendo seu significado ligado ao avanço e desenvolvimento, agora, não mais apenas incumbida ao Estado ou apenas à cultura, como também às novas tecnologias que surgem diariamente e progridem de maneira infinita ao passar do tempo. Vale também ressaltar, a importância do setor privado no sentido de contribuir com esse progresso, dividindo esse papel com o setor público.

de que os recursos são também avaliações tecnológicas e culturais; em outras palavras, sua quantidade depende das preferências individuais existentes na população e das habilidades cognitivas que as pessoas possuem ao auxiliá-las a explorar o sistema de recursos (HARVEY, 1980, p. 56).

A procura por recursos determina a sua demanda e disponibilidade, a partir de uma necessidade coletiva essa pode ser maior à medida que o homem desenvolve tecnologia para dispor e abastecer uma sociedade com os mecanismos inerentes a sua atividade produtiva. Em geral, essa tecnologia está a serviço de todos, seja como fonte para obtenção de recursos ou como ferramenta para aquisição de lucros do processo produtivo.

Nesse sentido, os detentores de equipamentos tecnológicos influenciam, direta ou indiretamente, na infraestrutura urbana pelo poder econômico que possui, porque detém o poder de transformação da paisagem e consequentemente do ordenamento do território. Para Fischer (2008):

O ordenamento do território não se reduz a uma simples justaposição de técnicas, aquelas do engenheiro, do arquiteto, do administrador... até mesmo do geógrafo. O ordenamento supõe a existência de um 'projeto social' que comporta os objetivos coletivos, o que implica na busca de um equilíbrio entre os imperativos econômicos e as necessidades sociais (FISCHER, 2008, p. 79).

Nem sempre os anseios sociais são ouvidos pelos poderes constituídos da economia local em virtude de alguns determinantes de localização das pessoas frente às fontes dos recursos naturais e sua proximidade com os bens de consumo de seus interesses sociais, pois, os equipamentos urbanos próximos de quem irá usufruir influencia sobre sua relação de vizinhança.

Harvey (1980, p. 56), explica que “[...] os recursos naturais e os criados pelo homem estão, usualmente, circunscritos em sua distribuição. As decisões locacionais, por outro lado, aumentam a disponibilidade espacial dos recursos criados pelo homem”. De modo que essa aproximação atinge diretamente o valor atribuído pelo empreendimento, como ocorreu na cidade de Itabaiana/SE.

Teoricamente, a aproximação ou o distanciamento influencia na precificação das coisas, visto que quanto mais próximo do seu consumidor menores são os custos da distribuição. No entanto, nem sempre isso pode se tornar uma regra, pois, diversos fatores

influenciam no preço final dos produtos, a saber: custos locacionais ou de propriedade, impostos, mão de obra entre outros. Não havendo uma fórmula exata que serve de parâmetro para determinar essas relações entre recursos e demandas do quanto se extraiu da natureza em determinadas épocas.

Os fatores locacionais influenciam na precificação dos imóveis, visto que a estrutura de serviços influencia de modo direto no preço e consequente na valorização imobiliária. Numa sociedade cada vez mais urbana, como observamos na contemporaneidade, podemos ver que as infraestruturas colocadas à disposição da população têm direcionamentos seletivos frente a uma sociedade por vezes carente do básico para manutenção da vida.

2. Expansão urbana nas cidades

As questões relacionadas à expansão urbana das cidades estão cada vez mais em foco visto que o mundo está gradativamente mais urbano do que rural. Maricato (2001, p. 16) descreve que, “[...] trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc”. Fato observado em Itabaiana/SE em que houve um aumento exponencial de empreendimentos, com a construção de condomínios fechados para atender à demanda social.

Assim, a complexidade que envolve as relações humanas em suas particularidades e generalidades no espaço urbano compreende um misto de ações e interações porque convivem no mesmo espaço, pois, o urbano, não está isolado, ele convive direta e indiretamente com outros espaços.

É na complexidade do espaço geográfico que estão as relações sociais, as quais contribuem substancialmente para a transformação de uma sociedade como um todo, ou seja, a interação social é o motor que move uma sociedade. Abordando esse tema, Harvey (1980) endossa que:

O urbanismo deve ser considerado como uma série de relações sociais que refletem as relações estabelecidas por toda a sociedade como um todo. Posteriormente, essas relações estabelecidas devem expressar as leis pelas quais o fenômeno urbano é estruturado, regulado e construído (HARVEY, 1980, p. 262).

Neste espaço urbano complexo, existem as diferenças sociais e as distintas formas de acessar os recursos e equipamentos disponíveis no referido espaço, sobretudo numa sociedade desigual, Harvey (1980, p. 59) ao fazer uma correlação com a política afirma que “[...] das realidades do poder político serem o que são, decorrerá que os grupos ricos por estes ou aqueles meios ficarão provavelmente mais ricos e os grupos pobres ficarão de um modo ou de outro mais despossuídos”. Isto se deve ao fator desigualdade social e ao seu agravamento.

Neste aspecto, a configuração das cidades brasileiras sofreu transformações ao longo dos anos que refletiram diretamente no modo de vida das pessoas, as quais são acompanhadas pelo fenômeno da urbanização, trazendo/oportunizando para a sociedade noções diversas na qualidade de vida e na acessibilidade aos equipamentos urbanos. O próprio modelo socioeconômico em que estamos inseridos diferencia nitidamente as estruturas físicas levando em conta as distintas classes sociais.

A vida na cidade, ao passo que o crescimento delas acontece, acompanha a noção de complexidade do espaço urbano, visto que as relações entre sociedade e espaço se ampliam o fluxo das interações seguem exponencialmente. No entanto, uma problemática percebida comumente nos espaços urbanos está relacionada à desigualdade social presente nos centros urbanos².

Santos (1993, p. 10) tratando do crescimento da cidade, destaca que “[...] algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência”, o que se mostra praticamente nas periferias urbanas brasileiras.

A crise da cidade é reforçada pelo fato de que a mesma interfere na funcionalidade dos equipamentos urbanos. O espaço urbano vive um processo de mercantilização do solo, estabelecendo uma relação de poder com os que podem adquiri-la mediante o poder de compra/propriedade e aqueles que não podem tê-la. Por outro lado, a cidade é vista com todos

² O período pós revolução industrial marcou um processo de metropolização de diversas cidades pelo mundo. Este processo causou um “inchaço urbano”, tendo como consequência a ideia de crise urbana ocasionada pela pouca disponibilidade dos espaços citadinos e/ou a supervalorização dos mesmos

seus pontos positivos ao trazer aspectos que beneficiam a população, como por exemplo, um lugar de oportunidades de emprego, como ressalta Silva que “[...] a cidade é vista como lugar de múltiplas solidariedades, de oportunidades, de encontro, da liberdade, expressos no sentido de conquista completa da cidadania que só ela permite e realiza (1998, p. 96).

Vale destacar que no período medieval, havia naquele momento um início de discussão sobre a definição do que se tratava em relação ao campo e a cidade. Endlich destaca esse período em que as cidades eram definidas por seus limites físicos, conforme ilustrado na Figura 10, afirmando que “[...] os limites físicos entre a cidade e o campo encontravam-se expressos de forma mais evidente nas cidades muradas, peculiares do período medieval. Definir os limites, a partir de então, converteu-se em tarefa extremamente complexa” (2010, p. 11). Essa complexidade permanece até os dias atuais, devido as constantes atualizações necessárias para readequação dos critérios de definição do que é rural e o que é urbano.



Figura 10. **Muralha Fernandina, Porto, Portugal.**
Fonte: Phellipe Cunha da Silva, 2018.

Acerca dessa discussão entre o que é o urbano e o que é o rural, Campos e Krahll afirmam que:

a questão reside, em grande medida, na classificação espacial brasileira que, na contramão dessa realidade de transformações, requer urgentemente, uma abordagem muito além dos limites políticos-administrativos que definem o espaço rural a partir das suas carências e dos aspectos que podem caracterizá-lo como diferente do urbano (CAMPOS; KRAHL, 2006, p. 83-84).

No Brasil, a partir das décadas de 1940 e 1950, a industrialização influenciou diretamente a urbanização, com ela o crescimento e desenvolvimento das cidades. Mas, foi a partir da década de 50 que foi mais perceptível a tendência de aglomeração da população em espaços urbanos. Santos, afirma que “[...] a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados” (1993, p. 27).

Desde então, destacaram-se as cidades que apresentaram um porte maior frente às outras, pois se tornam mais atrativas no que se referem às oportunidades de trabalho, ampliar níveis de escolaridade, atendimentos hospitalares e outros. Santos e Pinto (2010) ressalta que:

A urbanização demonstra singularidades, principalmente em função dos estágios diferenciados do desenvolvimento econômico. Dessa forma, nos países que alcançaram um aprimoramento econômico e tecnológico mais cedo na modernidade, verificou-se um melhor ordenamento dos espaços urbanos, enquanto em países nos quais a organização social, política e econômica foi tardia o processo de desenvolvimento das cidades apresentou e apresenta problemas sócioambientais complexos e de difícil resolução (SANTOS; PINTO, 2010, p. 95).

Obviamente, que a atratividade causada pelas cidades reflete em um crescimento demográfico, com especial atenção na história brasileira houve um crescimento exponencial da população após a segunda guerra mundial. Santos (1993), afirma que:

O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e da própria urbanização (SANTOS, 1993, p. 31).

Em relação ao crescimento vegetativo da população³, esse se deu graças à própria urbanização aliada aos avanços científicos da época, bem como a redução da taxa de mortalidade no período pós-guerra. Santos (1993) ressalta os investimentos em infraestruturas ocorridos no país logo após a segunda guerra mundial, no sentido de promover a integração do território brasileiro por meio das estradas de rodagem e da conexão das estradas de ferro que até então estavam desconectadas. Os esforços empreendidos tiveram por objetivo fomentar o desenvolvimento do país favorecendo o deslocamento populacional e o escoamento da produção agrícola e industrial.

Essa integração nacional corroborou para que a urbanização se acentuasse cada vez mais, aumentando o percentual de áreas urbanas em detrimento das áreas rurais. Santos (1993) destaca que em 1940 a taxa de urbanização brasileira estava em torno de 26,35%, já em 1980 alcançou um patamar de 68,86%. Nesse intervalo de tempo, a população brasileira triplicou em números absolutos, já a população urbana aumentou sete vezes e meia, representando um aumento significativo da população urbana brasileira, proveniente do fluxo populacional denominado “êxodo rural”.

Em 1991, após coleta de dados referentes ao recenseamento constatou-se que a taxa de urbanização brasileira estava em torno de 75%. Em 2016, último dado divulgado pelo IBGE, a taxa de urbanização estava em 84,4%, com estimativa para alcançar o patamar de 90% em 2030. Atualmente, o IBGE está revendo os critérios de definição de domicílios urbanos e rurais para melhor adequá-los ao recenseamento que ocorrerá em 2020.

Um dos fatores preponderantes na elevação da urbanização está no fato de que muitos agricultores se tornaram residentes de cidades. Esses executavam as suas funções laborais ao longo do dia no campo, na atividade agrícola, e retornavam ao final do dia para o seu local de residência situado na cidade, realizando este movimento pendular cotidianamente.

Santos (1993, p. 55) descreve sobre os hábitos rurais presentes nas cidades, denominando este fenômeno de “ruralização da cidade”, explicando que “[...] *ruralização da cidade*, isto é, a invasão de práxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo”, ou seja, as práticas rurais acompanharam seus

³ Na geografia, o crescimento vegetativo ou crescimento natural é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade. Essa taxa pode se referir a um local específico, como um município, ou até mesmo um país, onde o seu valor final (taxa) geralmente é representado por uma porcentagem. Essa porcentagem pode ser positiva, caso haja mais nascimentos do que mortes, e pode ser negativa, se o número de mortes superar os de nascimentos.

antigos residentes, trazendo hábitos do campo para a área urbana, como ocorreu na cidade de Itabaiana/SE que será abordado posteriormente. Queiroz descreve essa mistura que ocorria entre os elementos do campo e da cidade afirmando que “[...] os elementos rurais constituíam ‘sobrevivências’ no meio citadino e os elementos citadinos constituíam ‘inovações’ no meio rural” (1979, p. 5).

Sobre essa relação de campo na cidade, Choay traz à luz uma observação interessante que por muitas vezes é presenciado ou continua a presenciar nos recantos de uma cidade, quando o autor ressalta que “[...] é evidente que todas as grandes cidades conservaram recantos em cujas ruelas vivem, como no campo, fragmentos de humanidade que permaneceram quase rurais e que mantêm, além da rua, relações quase aldeãs” (1998, p. 341 - 342).

Neste sentido, a uma paisagem campesina aparece de imediato como citadino, ou seja, algum lugar pelo qual já passamos em meio ao caos urbano e nos remete a tranquilidade do campo. Choay baseado nas teorias de Frank Lloyd Wright descreve uma cidade, denominada “cidade viva” como “[...] otimista, não política, não urbana, camponesa: nossa imagem da cidade é efetivamente tudo isso. Esta é a ideia realizável de uma cidade orgânica, social e democrática, resultante de uma sociedade criadora – em resumo, da cidade viva” (1998, p. 243-244).

Cria-se assim, uma perspectiva de sociedade harmônica, numa visão otimista de cidade, frente às adversidades presentes no âmbito social de cidade que vivemos, pois, a cidade real está distante dessa visão traçada por Choay, levando em conta uma democracia⁴ em pleno funcionamento.

Neste processo social, em que se convive na cidade enquanto forma de organização num espaço de vivência ampla, a preocupação socioeconômica está no “acolhimento” da

⁴ Entende-se por democracia uma ideologia política de origem grega no século V a. C., que tem como principal característica a participação de todos diretamente ou por meio de representantes nas decisões políticas de um lugar. A princípio a definição não seguiu à risca na prática, já que mulheres e escravos não podiam exercer a democracia à época. Para Aristóteles (1987), o maior sentido da democracia é a liberdade a qual iguala a todos a possibilidade de governar e ser governado no princípio da justiça ao qual a decisão da maioria deve ser colocada como fator de modificações do seu meio. Ele defendia ainda que a democracia, antes de tudo, dependia da oratória para conseguir chegar ao posto de liderança, numa espécie de manipulação de massa. Ao longo da história a democracia tomou a forma como hoje é conhecida, onde a maior parcela da população possui o direito de decisão de definição de representantes públicos. Houveram épocas em que a democracia foi sucumbida por regimes ditatoriais, principalmente em países africanos – alguns destes ainda sob regime ditatorial – e em países latino americanos, como o Brasil.

população proveniente do campo no sentido dos mesmos terem condições de vida suficientes para se estabelecerem no ambiente urbano, como: acesso aos serviços básicos de saúde, educação, segurança pública, moradia, saneamento básico e outros direitos previstos na Constituição Federal.

Pois, o crescimento da cidade traz desafios tanto para a população quanto aos setores públicos e privados que prestam serviços essenciais. Santos afirma que “[...] a urbanização crescente é uma fatalidade neste País, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago” (1993, p. 121) e que alteram a infraestrutura da cidade.

Diante da problemática, abre-se uma discussão acerca da divisão do trabalho nesses espaços cada vez mais competitivos frente às oportunidades, muitas vezes escassas frente à demanda. Santos (1993), esclarece que:

Quanto maiores e mais populosas, as cidades são mais capazes de abrigar uma gama mais extensa de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico (SANTOS, 1993. p. 121).

Ao tratar da divisão do trabalho, essa se configura na especialização de tarefas com funções específicas, como uma alternativa para fomentar a agilidade no ambiente produtivo em linhas de produção e otimizar o tempo nas indústrias, com o objetivo do lucro, típico do capitalismo. Para Marx (1989) a divisão do trabalho pode ser “classificada” de modo mais amplo em duas: a divisão do trabalho geral e a divisão do trabalho individualizada, conforme demonstra no seguinte excerto:

Podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos, agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada (MARX, 1989, p. 402).

Essa especialização do trabalho se deu com o advento da industrialização ao estabelecer novas formas de trabalho com vista a aumentar a produção. Do lado positivo, a

divisão do trabalho favoreceu o trabalho sendo executado de modo coletivo, apesar de cada um na sua especificidade executar a sua função. Durkheim (2004) destaca que:

Se a divisão do trabalho produz a solidariedade, não é apenas porque ela faz de cada indivíduo um ‘trocaador’, como dizem os economistas; é porque ela cria entre os homens todo um sistema de direitos e deveres que os aliam uns aos outros de maneira duradoura. Do mesmo modo que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que as protegem, a divisão do trabalho dá origem a regras que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas (DURKHEIM, 2004, p. 429).

A divisão do trabalho tem um papel de contribuir para que as pessoas vivam em sociedade, em que cada pessoa terá uma função específica, com utilidade tanto para ele próprio quanto para a sociedade como um todo. No entanto, é importante destacar que existe também um processo de alienação por parte desses trabalhadores, pois os mesmos a partir da especialização do trabalho acabam por se tornar limitados por executar apenas uma função específica na cadeia produtiva.

Essa gama de atividades presentes nos centros urbanos atrai pessoas de diversas partes, sejam de outros centros urbanos ou até mesmo da área rural, em busca de oportunidades que podem estar relacionadas ao trabalho e ainda para sua qualificação profissional, entre outros. Santos (1993) entende que as cidades são cada vez mais diferentes uma das outras, pois a própria urbanização traz consigo uma tendência à diferenciação, bem como à complexificação das mesmas. Em outras palavras, Santos afirma que “[...] cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças” (1993, p. 53), pois, cada cidade apresenta características peculiares que se diferenciam umas das outras.

As cidades apresentam algumas particularidades ao prestar serviços a nível local e/ou regional atraindo trabalhadores com certo grau de qualificação e alterando o contingente populacional. Santos descreve que a cidade acolhe “[...] maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensável a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza” (1993, p. 55). Portanto, existe uma especialização do trabalho e uma demanda específica nas cidades que necessitam de trabalhadores qualificados para suprir essa carência de mão-de-obra.

3. Governança urbana: desafios para a cidade

Com o desenvolvimento da vida urbana o homem, passou a necessitar de novos mecanismos e instrumentos para a sua vivência em sociedade. Pois, antes o que a natureza lhe dava sem esforço, hoje tem-se a necessidade de transformar a própria natureza em novos espaços e instrumentos para o estabelecimento e exercício das relações sociais. Segundo Le Corbusie, deve-se [...] Reprocurar, reencontrar, redescobrir a unidade que gera as obras humanas e as da natureza. O homem produto (talvez supremo) da Natureza e, conseqüentemente, espelho desta; Natureza, parte do cosmo. A fim de que se reine a harmonia” (LE CORBUSIER, 1984, p. 49).

Neste aspecto, o desenvolvimento urbano deve respeitar a natureza em todo seu contexto e a qualidade de vida almejada pelas pessoas que residem no ambiente que está diretamente ligada à coexistência entre o espaço urbano e o natural. O urbano aqui é referente às construções urbanísticas presentes nas cidades (Meio Ambiente Artificial), já o natural está diretamente ligado ao que podemos chamar de Meio Ambiente Natural, composto por elementos da natureza como: água, solo, atmosfera, fauna, flora entre outros na possibilidade de considerar o natural no planejamento urbano. É possível melhorar a qualidade de vida das pessoas em razão das suas necessidades, o que segundo Oliveira implica em empreender investimentos:

No meio ambiente sadio implica diretamente o aumento da produção dos trabalhadores, posto que significa melhoria das condições básicas de moradia, saúde, saneamento, segurança, etc. por via de consequência, a cidade atrai cada vez mais empresas e profissionais qualificados para seu território, impulsionando, assim, a economia local em detrimento das demais cidades competidoras (OLIVEIRA, 2008, p. 31).

Arquitetos e urbanistas cumprem sua missão de projetar aquilo que se faz necessário ao homem, concretiza aquilo que a demanda da vida urbana vai reivindicando e sendo emoldurando pelas relações que as pessoas vão constituído na sociedade. Neste aspecto, a função dos arquitetos e urbanistas tem uma relevância fundamental para atender aos anseios sociais e atender os interesses do sistema capitalista, para Le Corbusier, “[...] a arquitetura e o urbanismo são os meios pelos quais os homens fornecem à própria vida sua moldura útil, exprimem, exatamente, os valores materiais e morais de uma sociedade” (1984, p. 49). E,

ainda, “[...] no estágio de seu comportamento de civilizado e de suas relações sociais, o homem de hoje exige serviços complementares que se podem qualificar como prolongamentos de sua morada” (1984, p. 67).

Nos primórdios das civilizações, das construções e edificações das primeiras cidades, o que as dissociaram do campo e tornaram-na como espaço para serem exercidas a maior parte das relações sociais. Foi a capacidade de a cidade ser um espaço heterogêneo, um espaço em que diversificados saberes iam sendo constituídos, segundo Lefebvre (2008, p. 20), que “[...] o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca”.

No contexto do crescimento urbano brasileiro, cidades cresceram de forma descontroladas e seus espaços urbanos foram sendo comprometidos com problemas estruturais, os quais estão geralmente localizados em áreas periféricas; refletem a ausência de políticas públicas que garantam um espaço de convívio harmônico para a população. Dessa forma, os problemas socioambientais vão tomando forma em subúrbios não planejados. Concordando com Lefebvre (2008):

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, *o tecido urbano*, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

O crescimento da cidade determina que novas relações e funcionalidades surgirão no seio da sociedade em razão do acréscimo da população e da migração de pessoas que buscam por empregos e melhorias em níveis de escolaridade, por exemplo. O advento da industrialização no princípio do século XX, as cidades se organizaram para receber pessoas e as instalações de empreendimentos de modo que houve uma expansão nas cidades grandes, médias e pequenas, dependendo assim de um planejamento como condição *sine qua non* o desenvolvimento urbano.

A partir do momento em que as pessoas conhecem os seus direitos e exercem a sua cidadania, as mesmas tornam-se mais críticas e estabelecem uma nova conformação de sujeitos que anseiam por melhores condições de vida, onde, para Soares (2008, p. 13), “[...] a cidadania é, essencialmente, consciência de direitos e deveres normalizados pelos sujeitos numa dada comunidade”. As necessidades do homem civilizado vão além da sua moradia que

fez com que as cidades precisassem de espaços coletivos destinados a essas diversas atividades. Segundo Leite:

A subversão prática e simbólica dos usos do espaço pode também revelar mais do que uma simples insatisfação ou rejeição de certos resultados alcançados pelas intervenções urbanas, e sugerir que certos setores da população tendem a desenvolver formas próprias de interagir com os espaços, independentemente daqueles usos oficialmente esperados (LEITE, 2006, p. 24).

Esportes, lazer, educação, saúde e tantas outras necessidades levaram à criação de diversos equipamentos urbanos que sanassem, ou ao menos possibilitasse o homem de exercer essas necessidades. Para Le Corbusier (1984), é preciso haver o que ele define como unidades, equipamentos diversos que sejam utilizados para as diversas funções do homem urbano, dentre eles: a unidade de saúde (hospitais, postos de saúde); de trabalho (oficinas, manufaturas, fábricas, escritórios e comércio); de mobilidade; de saneamento; de lazer circulação (horizontais e verticais); e de paisagem.

Vale salientar que esta é uma premissa do urbanismo modernista⁵ e funcionalista⁶, que coloca cada função em espaços separados e designados para tal, sendo posteriormente uma teoria bastante contestada.

Ao abordar a relação entre o homem e a natureza, Jacobs (2003) trata do assunto integrando o homem à natureza, afirmando que ele além de ser partícipe da natureza é também um produto de uma forma de natureza. Nesse sentido, Jacobs (2003) com uma visão mais contemporânea e contextualizada, utiliza o exemplo de um parque, sobre os usos do mesmo, ao explicar que:

⁵Surgido entre as duas Guerras Mundiais, o urbanismo modernista faz uma ruptura da organização das cidades até então. Este movimento modernista considera a cidade como uma máquina setorizada onde cada parte tem de cumprir funções específicas. Este tipo de urbanismo acabou influenciando a maneira de como as cidades passaram a segregar os grupos sociais já que, a depender de sua função, o bairro selecionaria por meio do valor do custo de vida quem ali residiria. Le Corbusier e Jeanneret foram dois nomes importantes neste movimento. Para Curtit (2003), um local habitável é aquele que parte do bem-estar local em direção a ampliação dessa percepção, ou seja, parte do lar para o bairro, do bairro para a cidade.

⁶O funcionalismo, por sua vez, classificava a cidade, também por setores, mas neste caso a setorização se dá por meio da gestão onde são destinados tipos e recursos específicos para serem investidos. A cidade funcional é tratada como específica à sua funcionalidade. Exemplos do funcionalismo urbanista são as cidades-dormitório, geralmente localizadas em metrópoles onde parte de sua população se desloca todos os dias para o trabalho e retorna ao fim da noite para dormir. E, no sentido contrário, a cidade receptora tem seu centro funcional movimentado durante o dia e esvaziado durante a noite, já que sua função é basicamente o de gerar e movimentar a economia.

A intensidade de uso do parque depende em parte do próprio traçado do parque. Mas mesmo essa influência parcial do traçado do parque sobre o uso que se faz dele depende, por sua vez, da presença de pessoas para usá-lo e do momento em que usam, e isto, por sua vez, depende dos usos da cidade à volta do próprio parque. Além disso, a influência desses usos sobre o parque é apenas em parte a questão de como cada um deles afeta o parque independentemente dos outros; é também em parte a questão de como eles afetam o parque conjuntamente, já que certas combinações estimulam o nível de influência deles sobre seus componentes (JACOBS, 2003, p. 482).

Sobretudo, na utilização dos equipamentos urbanos, fica claro que existe uma interdependência entre os elementos que compõem as cidades, pois, um exerce influência sobre o outro, com base nessa relação interferem diretamente no uso e na ocupação do solo. Os impactos sociais, ambientais e econômicos são inúmeros, a saber: saneamento básico, destruição de áreas de vegetação no entorno das cidades, espaços de construção, ocupações das margens de rodovias e outras.

Congregar todos esses desafios, com a finalidade de melhoria no convívio urbano é o obstáculo a ser superado pela administração pública e como tema para discussão do modelo de cidade para um contexto local. Santos e Vargas explicita que “[...] a valorização de determinados espaços urbanos, seja pela iniciativa pública como pela privada, sua vigilância e a quantidade de serviços que eles oferecem atrelados a sua valorização espacial e o surgimento de periferias desestruturadas, com problemas socioambientais” (2008, p. 67).

No Brasil, as periferias das cidades apresentam um desequilíbrio ambiental mais acentuado do que nos bairros considerados de classe média e alta, uma vez que o planejamento urbano destina seus recursos com vistas a uma melhoria na saúde ambiental⁷ da cidade como um todo, sem privilegiar os bairros da cidade de modo eficaz em que para Choay, a noção de saúde e higiene, ocorre quando “[...] a preocupação com a eficácia manifesta-se antes de tudo na importância atribuída à questão da saúde e da higiene. A obsessão pela higiene polariza-se em torno de noções de sol e de verde” (1998, p. 21), em que a cidade nos moldes progressista se encontra aliada ao sentido da eficácia e da estética (CHOAY, 1998) para deixar a cidade mais agradável.

⁷ Saúde ambiental é o ramo da saúde pública que abrange os problemas exercidos pelo ambiente relacionados à saúde física e mental do ser humano enquanto integrante de uma sociedade.

Os espaços públicos são reestruturados com a finalidade de dar usos específicos para a população, mas, nem sempre são utilizados como descritos no projeto urbanístico. E ainda existem fragilidades nos arranjos institucionais, mostrando a necessidade de modificá-los para que haja uma maior efetividade das ações voltadas para a gestão urbana, na possibilidade de fortalecer o direito à cidadania elencadas pelos moradores da cidade.

Corroborando com Soares, “[...] a conquista da cidadania melhora significativamente as condições de vida dos sujeitos na sociedade ampliando sua participação de modo consciente” (2008, p. 11), e, “[...] em se tratando do preparo para o exercício da cidadania, essa deve centrar-se na condição básica de ser cidadão, isto é, titular de direitos e de deveres a partir de uma condição universal” (2008, p. 19).

Os projetos urbanísticos com fins de embelezar/harmonizar o espaço urbano, deve levar em conta o que realmente seria essencial para o morador e que a intervenção não tenha sido planejada pelos gestores, provocando à existência de um espaço vazio ou com desvio de função inicial a qual era destinada. Para Leite:

Essa característica poderia ser vista sem maiores problemas não fosse o fato de as políticas de enobrecimento pretendem recuperar certa dimensão pública e política da cidade, favorecendo a plena convivência dos diferentes usuários. No entanto, essa convivência aparece cada vez marcada por profundas assimetrias e desiguais possibilidades de uso, o que estaria concorrendo para uma possível supressão da natureza pública do espaço (LEITE, 2006, p 25).

Assim, a desarticulação entre as ações executadas pelos entes governantes com vistas à promoção da gestão urbana no país, tem deixado de lado os anseios da população e ainda agrava o ambiente natural. Pois, a efetividade do planejamento elaborado pelos governantes depende da parceria e do compartilhamento de ideias, buscando integração e cooperação dos envolvidos no planejamento urbano.

As ações do mercado e do poder público, ambos envolvidos no planejamento urbano, convergem para que os interesses do último sejam atendidos em detrimento dos anseios da coletividade. Os espaços periféricos, dependentes dos centros comercial e industrial, vão se desenvolvendo e apresentando novos problemas, relacionados à infraestrutura urbana bem como o deslocamento populacional. De acordo com Lefebvre (2008) é um “[...] processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando

lugar a duvidosas excrecências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados” (2008, p. 15).

Os bairros suburbanos vão sendo criados, cidades satélites e outras cidades circunvizinhas possuem dependência com as outras cidades maiores e como consequência os problemas urbanísticos que interferem na atratividade das cidades de maior porte. Nesse sentido, “[...] a região, de sua posição e da posição de seu núcleo na rede de cidades do país (e, porque não, na rede global de cidades), atraindo recursos de outras regiões, ampliando ou consolidando seu domínio sobre o território” (COSTA, 2013, p. 327), como ocorre na cidade de Itabaiana-SE.

Para existir um desenvolvimento urbano sustentável é preciso, aliar a qualidade de vida com as necessidades da população na vida contemporânea, ao considerar os fatores econômicos envolvidos, relacionando-os com as relações socioambientais. Dessa forma, Oliveira (2008, p. 32) afirma que “[...] a equação desse sistema, contudo, deve-se ter como elemento norteador do planejamento urbano o risco ambiental envolvido nas diretrizes de desenvolvimento econômico adotadas como modelo inspirador” e ainda:

A política ambiental deve considerar os aspectos científicos relacionados à preservação de biomas, mas, de igual modo, deve estabelecer regras para a utilização dos insumos ambientais utilizados na cadeia de produção, com o intuito de privilegiar o modelo de desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2008, p. 38).

A integração entre membros da sociedade e os gestores públicos possui importância fundamental, ao passo em que é a partir dessa interação ser possível planejar e investir recursos público para o bem comum de modo a promover ações de conscientização/sensibilização da população para o bom uso e conservação dos espaços públicos, sejam eles naturais e/ou urbanizados.

4. O Estatuto da Cidade e o desenvolvimento local

A professora Ermínia Maricato (2011), ao abordar a questão da gestão e ordenamento do território urbano, em trabalho publicado nos anais do 9º congresso nacional de sindicatos de engenheiros - Consenge, apresenta-nos uma realidade que é um verdadeiro gargalo sobre o

tema da promoção dos usos ordenados do solo urbano com a finalidade de aplicar, na prática, determinações legais.

Determinações essas que, seguidamente, são ignoradas ou executadas em sentido diverso daquele pretendido pela legislação vigente. Trata-se do fato de que as questões sociais (no sentido estrito do termo) e as ambientais se interseccionam a todo o momento, sobretudo quando a finalidade é a função social da cidade e da propriedade, princípios oriundos do direito civil e constitucional e que apresentam grande significado como objeto principal, agora, no direito urbanístico e ambiental.

Portanto, a dissociação recorrente, na prática, dos temas mais incipientes que surgem como pautas indispensáveis nas cidades, sob influência de um processo de urbanização que se dá em um país emergente como o Brasil e orienta-se pelas tendências da pós-modernidade, pelas quais o eixo litorâneo de crescimento das grandes metrópoles se modifica com a consequência do surgimento de importantes centros urbanos no interior, é fatal para a maioria delas.

Problemas que já são solucionados na letra da lei, mediante importantes prescrições que apontam de maneira flagrante para as ações dos agentes públicos e da sociedade civil no afã de desenvolverem-se cidades sustentáveis, com o significado de que não será possível promover o crescimento econômico contínuo, a cidadania e a justiça social sem que haja determinantes esforços em harmonizar esses temas com a agenda ambiental. Segundo Maricato (2011):

A crise ambiental se impõe na agenda política do final do século XX e início do século XXI com um diferencial (mas necessariamente em parceria), com a crise social e econômica promovida pelo desemprego e a precarização do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva do capitalismo (MARICATO, 2011, p.1).

Diante do exposto, é nítido que as forças regentes da economia, orientando-se pelos apelos da acumulação de riquezas e dos modelos de consumo e estilos de vida que influenciam os comportamentos continuamente pelo uso do elemento determinante do marketing, chegam a atuar de maneira muito comum em oposição aos princípios que o legislador deixa transparecer, inclusive na forma verbal e que deveriam ser seguidos com

grande seriedade por todos os agentes formadores do espaço urbano, tanto os públicos quanto os privados.

Sobre essa contraditória realidade que se revelam na forma de processos judiciais diversos, movidos por particulares individualizados, entidades de classe e até mesmo pelo ministério público nas suas diversas instâncias (sem falar dos inúmeros casos que não chegam a ser judicializados), afirma a mesma autora que:

Há consenso sobre a necessidade de mudança, mas não há consenso sobre as causas e a profundidade das medidas a serem tomadas. Há resistências, ou interesses, muito fortes contra as mudanças e elas são especialmente fortes no meio urbano. E mais ainda nos países emergentes e periféricos (MARICATO, 2011, p. 4).

Ocorre que a não solução de problemas que se arrastam por milhares de anos e que ganharam expressão ainda maior nos dias hodiernos; e que se avolumam desregulando o urbano e provocam impactos ambientais, a saber:

Pesquisa realizada pelo instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) em 2002, mostrou que aproximadamente 60% dos municípios brasileiros apresentavam assoreamento dos cursos d'água (70% com desmatamento das matas ciliares e 56% com erosão e deslizamentos de encostas), 74% despejam esgotos domésticos nos cursos d'água, 63% apresentam contaminação do solo por uso de agrotóxicos, esgotos domésticos e chorume (MARICATO, 2011, p. 4).

Realidades semelhantes se distribuem por toda a extensão do Brasil, revelando uma face obscura do crescimento das cidades, na qual o bem-estar das pessoas que nelas vivem vem permanecendo como tema secundário, ao contrário do que determina a Constituição Federal de 1988 e todo o ordenamento jurídico em diversos códigos de lei, seja de maneira explícita ou não.

Portanto, a função social da cidade e da propriedade (termo que traz consigo a determinação de que a vida compartilhada em sociedade, na forma das atividades desempenhadas pelo cidadão através do uso da terra, deve ser pautada na obrigatoriedade de

gerar proveitos para a comunidade como um todo) vem acompanhada da noção de promoção do referido bem-estar (Art. 182, Caput, CF). Sobre essas questões, ainda acrescenta:

Entre 1940 e 1980 o Brasil cresceu a taxas superiores a 7% configurando um aparentemente bem sucedido salto de modernização. No entanto essa modernização se fez às expensas da força de trabalho barata que, ignorada pelas políticas públicas e excluída do mercado formal residencial capitalista, foi obrigada a construir suas próprias moradias, e frequentemente seus próprios bairros, para resolver seu problema de assentamento nas cidades (MARICATO, 2011, p. 5).

Diante disso, é importante perceber que o problema da habitação, apesar de ser um ramo irradiador de problemas que se reproduzem nas cidades deste país, não é a única questão a ser resolvida nestes ambientes. Vários outros temas que o texto da Constituição Federal aponta para a necessidade de serem observados e determina a elaboração de leis específicas de modo a estabelecer normas precisas que vinculem os agentes públicos e privados, convergem com problemas que assumem diversas facetas em prejuízo do bem-estar comum e da função social da propriedade urbana e, sobretudo, nas suas consequências ao meio ambiente⁸.

Todavia, a Constituição Federal, mais especificamente nos seus artigos 182 e 183, disciplinam as principais diretrizes em normas gerais, que dão sentido à política urbana no Brasil e define as competências para legislar e executar normas nesse sentido.

É nesses artigos que o legislador resguarda à união a elaboração dessas diretrizes e normas gerais, com criação das supracitadas leis específicas como é o caso do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e da lei de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979). Sabendo-se, ainda, que a união legisla concorrentemente com os estados e o Distrito Federal sobre diversos temas, inclusive sobre o direito urbanístico (CF, Art. 24, Inc.1º), o que demonstra o cuidado do legislador em atender

⁸ Vale destacar que a CF. classifica em três categorias: o meio ambiente natural, o cultural e o artificial. Sendo o natural aquele que contempla a fauna, a flora e toda a esfera da biodiversidade; o cultural, toda a seara da produção humana de criação e criatividade; e o artificial o ambiente construído para a realização dos outros usos diversos do solo urbano.

às necessidades locais específicas que podem ser melhor consideradas na atuação legislativa das federações.

No entanto, compete ao município, através de aprovação da câmara municipal, elaborar o plano diretor, como principal instrumento para a efetivação da política urbana (dentre diversos outros instrumentos dispostos no Art. 4º do Estatuto da Cidade), visando o pleno desenvolvimento das cidades orientando a sua expansão, com base nos parâmetros estabelecidos no mesmo estatuto. Ao poder público municipal, portanto, fica disciplinada a competência de executar.

Assim, ao estabelecer os referidos parâmetros gerais da política urbana, a CF/88 já dispõe quais são as cidades que devem elaborar o seu plano diretor (principal instrumento fixado pelo Estatuto da Cidade), dispondo que a obrigação é reservada às cidades cuja sua população seja superior à cifra de 20.000 habitantes (CF, Art. 182, § 1º). Contudo, o Estatuto da Cidade amplia esse rol de cidades para todas aquelas que compõem regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, àquelas com relevante interesse turístico, às que estejam sob efeitos de significativa degradação ambiental mediante obras de dimensões regionais ou nacionais e as que querem se utilizar dos instrumentos do §4º do Art. 182, CF (edificação, utilização e parcelamento compulsórios de imóveis urbanos, imposto predial territorial urbano – IPTU - progressivo no tempo e a desapropriação), a exemplo do elaborado pela cidade de Itabaiana em 2016, Lei Nº 1.208, de 10 de outubro de 2006, estando dessa forma defasado frente as novas demandas da cidade, precisando ser revisto e atualizado. O atual Plano Diretor retrata os aspectos da expansão urbana da seguinte maneira:

Art. 57 - Consideram-se Zonas de Expansão, aquelas que apresentam tendências de crescimento urbano a longo prazo, atuando no limiar entre zona urbana e zona rural, com ocupação completamente dispersa e isolada, caracterizada pela total ausência de infra-estrutura, de serviços públicos e de equipamentos urbanos.

Sabe-se hoje que essa característica de Zona de Expansão não se aplica a toda cidade de Itabaiana, pois a exemplo da sua principal área de expansão urbana segue padrões urbanísticos, conforme já citados anteriormente, cobrados em Leis específicas fornecendo infraestrutura para os moradores dessas localidades. Ademais, a Lei Nº 1.267, de 13 de

novembro de 2007, institui a Política Municipal de Meio Ambiente. A referida Lei traça os seus objetivos no Art. 4º:

- I – manter a fiscalização permanente da qualidade ambiental, visando à garantia da qualidade de vida e ao equilíbrio ecológico;
- II – formular novas técnicas, estabelecendo padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;
- III – dotar o município de infra-estrutura material e quadros funcionais adequados e qualificados para a administração do meio ambiente;
- IV – estabelecer as áreas prioritárias, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio ecológico;
- V – planejar o uso dos recursos naturais, compatibilizando o desenvolvimento econômico-social com a proteção dos ecossistemas;
- VI – controlar as atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VII – promover a pesquisa e a conscientização da população sobre o meio ambiente em que vive;
- VIII – coletar, catalogar e colocar à disposição de todo e qualquer cidadão, independentemente de formalidades, todos os dados e informações sobre a qualidade do Patrimônio Ambiental e a qualidade de vida no município;
- IX – impor ao degradador do meio ambiente a obrigação de recuperar ou indenizar os danos causados.

Teoricamente, na forma da Lei, o município de Itabaiana está bem amparado no que se refere a conservação do meio ambiente, no entanto, na prática nota-se alguns entraves que se colocam como desafios para a gestão municipal mediar situações de conflito frente aos impactos ambientais que ocorrem notadamente na esfera local. Estes serão discutidos mais a diante.

Pelo disposto, a lei ordinária 10.257-01 (o Estatuto da Cidade) seguimos no sentido de reforçar o que a Constituição Federal de 1988 expressa como preocupação do legislador, com o fim de atingir o seu objetivo: estabelecer normas de ordem pública a interesse social que possam disciplinar a disposição e o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, segurança, bem-estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental. Tudo isso realizando-se por meio do conceito de cidades sustentáveis, que assumiu centralidade no debate jurídico e extrajurídico nacional e que alcança completude nos elementos saneamento básico, moradia, lazer, trabalho e observância das prescrições ambientais.

Ademais, cada critério definidor da obrigação de elaborar o plano diretor municipal tem um significado de proteção que bem revela que a legislação brasileira vigente foi criada

com base numa linearidade, própria da defesa dos elementos que constituem o conceito acima citado. Basta empregar um pouco de esforço para compreender que o critério numérico utilizado para tornar obrigatória a confecção e aprovação do plano diretor (reiteradamente mediante as diretrizes do Estatuto da Cidade) para as cidades com mais de 20.000 habitantes tem razão no fato do elevado adensamento significar riscos reais ou iminentes a zonas sensíveis da cidade. Caso que já envolve no município de Itabaiana-SE por esse primeiro critério, já que sua população estimada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2018 é de 94.696 habitantes.

Sendo o plano diretor um documento balizador da validade do Plano Plurianual (PPA) municipal, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) e para diversos atos relacionados aos zoneamentos dessas áreas negativamente sensíveis aos diversos usos urbanos do solo e dos recursos naturais, torna-se indispensável a sua aprovação. Mas, pretendemos nos ater aos principais instrumentos do Estatuto da Cidade e os que mais se relacionam com a questão socioambiental. Que deverá se dar com respeito aos critérios de participação popular e publicidade (pelos quais devem ser criados espaços de participação da sociedade civil, das entidades representativas de classe, do poder executivo e do legislativo municipais) e o documento deve permanecer disponível para consulta em canal escolhido a critério do órgão competente.

Como também, a norma prevê que a lei que institui o plano diretor deve ser submetida à revista, pelo menos a cada dez anos. Isso revela a finalidade do legislador em garantir que o plano diretor seja adequado, constantemente, às fases do desenvolvimento e expansão da cidade, no afã de garantir que diversos temas incipientes não fiquem desprotegidos de previsões legais. Assim como, dispõe que a sua elaboração leve em conta o município como um todo, demonstrando não só expressamente, mas também de maneira não escrita, que o referido desenvolvimento deve se guiar pelas vias da integração e cooperação entre campo e cidade e entres as diversas atividades que neles se realizam.

Outro critério, fruto da ampliação realizada pelo Estatuto da Cidade, é dirigido às cidades pertencentes a regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; donde extrai-se que a integração entre essas cidades favorece importantes fluxos diários de pessoas, que podem significar algo que poderia se denominar de “população virtual” mesmo nos casos de cidades com contingente residente inferior ao que foi estabelecido no critério anterior. Por isso, expondo a riscos as áreas que necessitam de atenção do poder público.

O terceiro critério diz respeito às cidades de relevante interesse turístico, já que o fluxo de pessoas provocado pelo turismo pode aumentar significativamente em determinada época do ano. Já o quarto critério versa sobre as cidades que estejam sob efeitos de significativa degradação ambiental mediante obras de dimensões regionais (quando envolvem mais de um estado) ou nacionais (quando envolve o Brasil e outro país), visando novamente o bem-estar da população, na busca por definir limites comportamentais e orientar a expansão da cidade.

Já o último critério diz respeito aos municípios que pretendam utilizar dos instrumentos do §4º do Art. 182, CF (edificação, parcelamento ou utilização compulsórios do solo urbano, imposto predial territorial urbano – IPTU - progressivo no tempo e desapropriação). Já que esses mecanismos têm a finalidade de também orientar as transformações que neles ocorram ou exigir a realização delas.

A previsão de edificação, parcelamento ou utilização compulsória do solo urbano, bem como os demais instrumentos relacionados acima, também estão previstos com mais detalhes no Estatuto da Cidade. Todavia, cumpre-nos deixar claro que são medidas sucessivas que objetivam, a início, obrigar determinado comportamento; podendo, em seguida, sancionar o não cumprimento do comportamento esperado (Estatuto da Cidade, Art 5º).

No caso da edificação, parcelamento ou utilização compulsórios, o proprietário do imóvel urbano deve tê-lo em condição de subutilização, não utilização ou mesmo nos casos em que o imóvel não foi construído. Portanto, visando o interesse de que a propriedade cumpra sua função de produzir benefícios reais à sociedade, pode o poder público municipal exigir que o seu proprietário construa nesse terreno, reforme ou parcele a propriedade em diversos lotes, que no caso do imóvel subutilizado se trata de uma desproporção entre o tamanho da propriedade e o que é efetivamente utilizado. A exemplo de uma casa minúscula num terreno que no qual não é aplicado nenhum outro uso e que proporcionalmente resguarda espaço suficiente para a construção de mais quinze casas do mesmo tamanho.

A primeira alternativa apontada acima, que deve ser adotada pelo poder público municipal visando que seja dado uso relevante ou que, àquela propriedade, seja dada a possibilidade de diversificação dos usos mediante o seu parcelamento, já que essa diversificação é a maneira mais eficaz de garantir que, por meio da realização integrada das atividades em diversidade de modos, seja garantido um desenvolvimento e expansão mais saudável àquela cidade.

Não havendo, porém, a intenção de obedecer às exigências impostas, poderá o poder competente aplicar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo que, durante cinco anos ou até que a exigência seja cumprida, seja acrescentada a alíquota progressiva de até 15% sobre o valor cobrado pelo IPTU do imóvel. Mas, extinguindo-se o prazo dessa sanção, se não se verificar nenhuma forma de cumprimento possível das exigências impostas, poderá se dar a desapropriação do imóvel visando o interesse público com prazo estabelecido para indenização em parcelas em até dez anos.

Os ganhos para a cidade das medidas expostas, portanto, estão no fato de garantir uma opção de uso da terra urbana para o proprietário ou dar ao poder público a opção de desenvolver empreendimento estratégico visando garantir a função social da cidade, pela qual o cidadão deve ser inserido das mais diversas maneiras e ser um agente do bem-estar da comunidade.

Além disso, é fixado em lei que a união também legisla sobre normas de cooperação, entre elas, os estados, o Distrito Federal e os municípios, em relação à política urbana. Visando fomentar a construção de casas populares (por conta própria ou na forma de cooperação com os estados e o DF), promover medidas de melhorias para a habitação e o saneamento básico, instituir diretrizes sobre o desenvolvimento urbano (incluindo habitação, transporte urbano e saneamento básico) e desenvolver planos nacionais ou regionais sobre o ordenamento do território e o desenvolvimento econômico e social.

Outrossim, apesar de vir ocupando menos espaço especificamente no Estatuto da Cidade, outro instrumento que assume uma importância neste código é o quesito da gestão democrática da cidade. Sobretudo quando se compreende que a autodeterminação também é componente indissociável da noção de sustentabilidade e bem comum. Para tal, este estatuto prevê ações como a criação de órgãos colegiados que versem sobre a política urbana (tanto na esfera municipal, quanto nas esferas nacional e estadual), realização de debates, consultas públicas e audiências públicas (envolvendo a sociedade civil, as entidades representativas de classe e as pessoas em particular), a realização de conferências sobre temas da política urbana e a propositura de planos, programas e projetos de lei por parte de entidades representativas da sociedade civil ou pela população (Estatuto da Cidade, Art. 43), como tem ocorrido em Itabaiana/SE, quando por exemplo no dia 03 de janeiro de 2019, houve uma audiência pública para discutir a padronização da feira livre, audiência esta que será abordada mais a diante.

Significativa importância tem os dispositivos que tratam das operações urbanas consorciadas (Estatuto da Cidade, Art's. XXXII, XXXIII e XXXIV), principalmente no que tange às suas limitações, que devem ser dispostas no plano diretor, estabelecendo proibições quanto a determinados bairros ou regiões da cidade:

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (Estatuto da Cidade, Art.XXXII, §1º).

São esses os exemplos que revelam a existência de dispositivos que, se postos em prática a contento, com eficácia, moralidade e critérios bem definidos, poderão significar a transformação das cidades Brasileiras para melhor. Outras garantias mais simples são o direito de superfície (Estatuto da Cidade, Art.XXI), usucapião especial de imóvel urbano (Estatuto da Cidade, Art.IX), concessão de uso especial para fins de moradia (Estatuto da Cidade, Art.XV), e a transferência do direito de construir (Estatuto da Cidade, Art.XXXV).

Todavia, vários dos instrumentos acima citados não são implementados e muitas vezes nem sequer discutidos, problema que assusta ainda mais num momento histórico de desconcentração da urbanização com o surgimento de diversas cidades-polo, como adverte Maricato:

O planejamento urbano é bastante prestigiado nos meios técnicos e até mesmo na grande mídia. Após 2005 teve lugar a produção de um número significativo de Planos Diretores participativos formulados por 1.526 municípios brasileiros. As leis urbanísticas no Brasil figuram entre as mais avançadas do mundo tendo à frente o Estatuto da Cidade aprovado no ano 2001 após muitas lutas dos movimentos sociais reunidos em torno do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MARICATO, 2011, p. 5-6).

O desenvolvimento de uma cidade depende de vários fatores. Dentre eles: investimentos públicos e privados, estabelecimento e cumprimento de metas por parte do

poder público, que objetiva a melhoria das estatísticas sociais municipais, entre outras ações que fomentem a economia local. Segundo Tenório:

O desenvolvimento local tem sido tema frequente de preocupações de acadêmicos, planejadores, políticos, enfim, daqueles que direta ou indiretamente envolvem-se com as constatações de carências e de estreiteza da base socioeconômica de territórios delimitados em espaços regionais ou sub-regionais (TENÓRIO, 2007, p. 71).

Na contemporaneidade, o desenvolvimento local tem ganhado destaque no estudo de algumas comunidades que são observadas as potencialidades específicas de cada uma delas no sentido de promover o incremento de ações que gerem melhorias para esta população e consiga beneficiá-las nos diversos setores da sociedade. Assim, para Tenório “[...] existem correntes que defendem que o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, que mantêm, umas em relação as outras” (2007, p. 72), como determinados níveis de autonomia respeitando em linhas gerais as parcerias para o bem comum da comunidade.

Neste aspecto, o sentido de beneficiar a comunidade local a partir das suas potencialidades e vocações, Tenório (2007) enfatiza o momento em que se iniciou os debates acerca do desenvolvimento voltado para o “micro” e não mais somente para o “macro”, afirmando que:

A partir da década de 90 a questão do desenvolvimento passou a ser discutida pelo viés do local, ou seja, como empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local. Este modelo de desenvolvimento vem sendo usualmente associado ao conceito de território (TENÓRIO, 2007, p. 85-86).

Todavia, o território para as cidades corrobora com a concepção de Raffestin quando faz associação com o espaço de intensa relação de poder, afirmando que, “[...] revela relações marcadas pelo poder” (1993, p.50), ou seja, as conexões estabelecidas dentro de uma dada sociedade sejam elas de acordos com as regras estabelecidas e/ou até mesmo orientações determinadas por aspectos culturais, geram relações de poder que estão arraigadas nos hábitos sociais locais independentemente do tamanho da cidade.

Figura 11. Pórtico de Itabaiana. Foto: Jornal do Commercio



CAPÍTULO 3

A CIDADE DE ITABAIANA: DA FUNDAÇÃO À CAPITAL NACIONAL DO CAMINHÃO

CAPÍTULO 3 - A CIDADE DE ITABAIANA: DA FUNDAÇÃO À CAPITAL NACIONAL DO CAMINHÃO

1. Panorama histórico-geográfico

Um cenário natural de elevação do povoado, lugarejo, matas, refúgios e avanços de aventureiros pela posse de terras, surgem no Estado de Sergipe algumas ocupações/invasões nos anos finais do século XVI, em que os portugueses expandiam suas terras no território tomado pelo pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), enquanto principal fonte de riqueza da “nova” colônia até então. Cristóvão de Barros, colonizador português, conquistou as terras de Sergipe d’El Rey, numa extensão que vai desde o litoral, em que hoje fica a cidade de São Cristóvão, até terras centrais, posteriores à grande serra, sendo a gênese das primeiras tentativas de povoamento das terras Itabaianenses e que segundo relata Vladimir Souza de Carvalho (1973), começou-se a ser cultivadas as primeiras plantações pela família e servos de Cristóvão de Barros, com a abertura das matas compreendidas em atual território do município de Simão Dias.

A história de Itabaiana começa já no primeiro século da colonização do Brasil por Portugal. Relatos sobre a conquista das terras em que hoje está o município de Itabaiana por Cristóvão de Barros, posteriormente barrada por Simão Dias Francês e por indígenas da região. Olival afirma que “[...] a luta entre holandeses e portugueses sacrificou de maneira brutal o desenvolvimento da incipiente economia sergipana” (2005, p. 149) e Carvalho (1973) relata que do que se tem sobre Simão Dias Francês, remete mais à lenda e mito que a uma história registrada. O autor escreve sobre semelhanças à história de Rômulo e Remo durante a fundação de Roma, pois:

Simão Dias Francês dentro do que se fala e do que escreveu, é a primeira pessoa civilizada a nascer em Itabaiana. Vaqueiro, figura essencialmente atrativa, foi tema de muitos trabalhos, todos posteriores às “Histórias perdidas”, de Joaquim de Oliveira, fonte principal onde muitos foram se inspirar (CARVALHO, 1973, p. 18).

Devido à ausência de fontes escritas à época, é difícil definir os limites entre a história e a lenda. O fato é que ele se tornou pioneiro à fundação de duas cidades sergipanas, Itabaiana, onde viveu até os 47 anos como vaqueiro e Simão Dias, a qual foi homenageado por ter impedido a invasão por holandeses em meados do século XVII. Déda descreve que “[...] Simão Dias morreu na obscuridade, sem descendentes; não se sabe quando, como e onde. Mas a nossa história, com justiça, guardou e guardará o seu nome” (2008, p. 43).

Dos limites entre a lenda e a história, fato é que pós-conquista de Cristóvão de Barros, as terras foram divididas em sesmarias⁹. Dentre elas, o fidalgo Ayres da Rocha Peixoto¹⁰, filho português da região de Elvas, receberia como doação as terras em que estava a mata de Itabaiana. Em 1590 essas terras foram dadas como prêmio à conquista e apoio às tropas de Cristóvão de Barros, essas terras compreendiam a área entre o rio Japaratuba e o de Sergipe, estando exclusas as aldeias e povoamentos já existentes.

À época, o nome Itabaiana ainda não era usado devido à ausência de um povoamento para tal denominação até meados do século XVII, as terras dali eram denominadas de Caatinga de Ayres da Rocha. Após algumas décadas, as terras foram vendidas à Irmandade que fora criada e a partir daí surgiu-se o primeiro povoamento e, posteriormente, o arraial de Santo Antônio.

⁹ A lei de sesmarias foi criada pelo rei português Dom Fernando I, em 1375, e integrava um conjunto de medidas adotadas pelo governante com o intuito de combater uma aguda crise de abastecimento por qual passava o reino, condicionando o direito à terra a seu efetivo cultivo, traço marcante do reino da efetividade, característica da civilização medieval segundo Paolo Grossi.

Um dos objetivos da lei era constranger os “donos” de terra a cultivar sua gleba. Caso tal condição não fosse observada, a coroa tinha o direito de revogar a concessão e doar a terra em sesmaria a outra pessoa que se compromettesse a cultivá-la em tempo pré-determinado por lei. [...]

Transcorridos 155 anos da codificação da Lei das Sesmarias, esse instituto jurídico português foi transplantado para o Brasil, em 1530, através da carta de poderes concedida a Martim Afonso de Sousa, quando enviado às terras da América portuguesa no comando de uma expedição colonizadora. Assim, a coroa pretendia utilizar as sesmarias para incentivar a colonização do território, ainda inexplorado.

A opção pelo instituto jurídico das sesmarias, na América, não foi ao acaso. A coroa portuguesa já o havia utilizado, com êxito, na colonização das ilhas atlânticas e do próprio território português, no povoamento de regiões fronteiriças durante a guerra com Castela e, ao se deparar com a tarefa de colonizar o território brasileiro, se valeu dessa experiência. (Plataforma S.I.L.B, 2018).

¹⁰ Para Carvalho, “[...] É êle o primeiro proprietário de terras em Itabaiana. Era estrangeiro, vindo ao mundo em Elvas, Portugal, em data desconhecida. Ainda menino veio ao Brasil, quando o continente descoberto por Pedro Álvares Cabral também era uma criança. Em Salvador se estabeleceu, casando-se com uma neta de Diogo Álvares Caramuru, consoante notícia Frei Antônio de Maria Jaboatã que, ao traçar a árvore genealógica da família do náufrago português, afirma que Maria Correia, sua neta, “casou com Ayres da Rocha Peixoto, natural de Elvas, e dos mais nobres”. (1973. p. 24)

O século XVII foi definitivo à fundação de Itabaiana, após a criação de diversas sesmarias. É a partir desta época que o nome Itabaiana começa a ser utilizado com algumas variações, assim descritas por Carvalho (1973):

Do arraial nos dá notícia Gaspar Bariéus ao traçar o Mapa da “*Praefectura de Ciriri, vel Seregippe del Rey cum Itâpuáma*” em 1642, como já possuindo uma missão. As sesmarias, antes, no início do século, a êle se referem como “sidade”.

O nome Itabaiana aparece ora como Itapuama como diziam os holandeses; ora como Itanhama, Tabaiana, para chegar depois à formação oficial: Itabaiana, ainda neste século XVI (CARVALHO, 1973. p. 27-28).

Para Carvalho (2009), a origem indígena do nome, de raízes Tupi, possibilita sua análise em quatro correntes:

A primeira corrente leva em conta o sentido morfológico do termo pedra ou serra, desdobrando o vocábulo em três elementos:

Ita – taba – oane.

Desta forma,

Ita significa *pedra*.

Taba, por seu turno, apresenta o significado de *aldeia*.

Oane, enfim, o de *alguém*.

No conjunto, *naquela pedra (serra) mora alguém*. Ou, *há uma aldeia com gente [...]* (CARVALHO, 2009. p. 23-24).

A segunda corrente extrai do vocábulo o significado referente à “Rio das Pedras”. A terceira denomina como “a morada das almas”. E, por fim, a quarta divide em “*taba-y-nhame*”, possibilitando significar “a aldeia sobre o rio que dá enxurrada” (CARVALHO, 2009).

Coube aos colonos a criação de uma irmandade para que o arraial pudesse se tornar distrito policial de Sergipe d’El Rey, fato concretizado em 1668 durante o comando do governador geral do Brasil Alexandre de Souza Freire. Desse modo, em 30 de outubro de 1675, foi realizada a venda do sítio de Pedro de Gois – último responsável pelas terras da Caatinga de Ayres da Rocha – para a Irmandade das Almas, sendo esse fato o marco da fundação de Itabaiana. Segundo Carvalho (2009):

A criação da Irmandade das almas é sinal de que, entre os colonos, a maioria já constituída de pessoas nascidas em solo itabaianense, e, portanto, já olhando para a terra como sua pátria, pairava certo grau de civilização, sendo resultado mediato de sessenta e cinco anos de presença branca em suas terras, se reproduzindo, se multiplicando, até se constituir num punhado de pessoas que, pelo número e grau cultural, exigiam uma sociedade que os reunisse e lhes concedesse força e existência jurídica. Além dos aspectos religiosos, que eram demais importantes, evidenciava a necessidade de se fortalecerem através de uma entidade que ia agrupar as famílias, e, passava a ser veículo de união de todos, como forma até de evitar que continuassem dispersos e isolados em suas propriedades (CARVALHO, 2009. p. 95-96).

À época havia um interesse por parte da Irmandade de transferência da “Igreja Velha” para outro local. Dias fazendo referência a Igreja Velha ressalta que “[...] trata-se de uma construção religiosa do século XVII, que é considerada umas das construções dos colonos portugueses mais antigos em Sergipe, onde a mesma marca a colonização lusa no estado e sua importância para a colonização no sertão sergipano” (2018, p. 25).

Para que isso ocorresse foi utilizado da fé religiosa para que a população aceitasse tal alteração de modo que a imagem do Santo Antônio era retirada à noite e levada aos pés da quixabeira há alguns quilômetros dali e levada de volta à igreja ao amanhecer por meio de procissão. Até que, neste vai-e-vem de profissões e fugas do santo¹¹, a sede foi transferida e construída uma capela em que hoje se encontra a Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Os rumos traçados por esta alteração possibilitariam a ascensão e desenvolvimento do povoamento. Porém, culturalmente as pessoas recusavam-se a se “urbanizar” sendo vinculadas à agricultura por muito tempo, como descreve Carvalho (1973):

Pelo fato de Itabaiana (zona urbana ter crescido no lugar errado é que, no seu processo histórico, uma característica acompanha sua gente: a tendência para a agricultura, o que se processou fazendo com que o itabaianense se entregasse de corpo e alma ao trabalho, isolando-se em seu sítio do mundo, e nele se desenvolvendo economicamente. Contudo, essa inclinação, favorecida pela fertilidade das terras, terminou por fazer do homem serrano um distanciado da zona urbana (CARVALHO, 1973. p. 42).

¹¹ Este fato deu início à lenda do Santo Antônio Fugão. A ideia era fazer a população acreditar que o santo fugia para outro local pois queria que lá fosse construída uma nova capela em sua homenagem.

As residências construídas ao redor da igreja, Figuras 13 e 14, ficaram por muitos anos desocupadas e quase todos os períodos. O povoamento enchia-se de pessoas somente em atividades festivas religiosas ou em posses políticas realizadas pela Câmara Municipal. Isso se sucedeu por muito tempo, até a elevação e categoria de cidade em 1888, em que só então começou-se a notar um crescimento tímido da cidade.



Figura 13. Rua do Sol, hoje Rua General Valadão, Festa de Reis no início do século XX.

Foto: Percílio da Costa Andrade

Fonte: CARVALHO; SANTOS, 2013.



Figura 14. Rua do Cisco, Hoje Treze de Maio, no início do século XX.

Foto: Miguel Teixeira da Cunha

Fonte: CARVALHO; SANTOS, 2013.

É possível afirmar que esse crescimento não notado entre a fundação e a elevação à cidade é dado quase unicamente pelo contexto cultural agrícola da população, já que preferiam permanecer em sítios com seus cultivos diversos, a mudar-se para o povoamento. Além disso, não havia empecilhos geográficos para o crescimento, já que o terreno relativamente plano, favorecia o crescimento em todas as direções. Além disso, Carvalho (1973) descreve que:

A desarmonia logo surgiu, e seus efeitos se fizeram sentir. Enquanto o itabaianense se tornava rico, criando uma classe média, independente, nem senhora nem escrava de ninguém, o que sempre aliás se constituiu no seu maior traço característico a zona urbana ficou pobre, o que provocou mais ainda o incremento de obstáculos para o progresso (CARVALHO, 1973. p. 43).

Apesar de o progresso agrícola favorecer ao enriquecimento da população rural, isso causou um certo percalço político. Como a riqueza concentrava-se nas mãos da população

rural, analfabeta, mas com posses, partia dali a organização e nomeação política para a administração do município. Devido a esse contexto apresentado, o povoamento passou por um longo período de estagnação relacionada à evolução urbana.

A “paixão” política rural tornou Itabaiana atrasada em relação às demais áreas da província, causando um desinteresse, apoiado pelo governo provincial, em desenvolvimento urbano por muito tempo.

Três anos após a fundação em 1678, Itabaiana ganha a condição de distrito. Esta condição se deu unicamente pelo surgimento de diversos mocambos¹² na sua região, avessos à colonização e escravidão pelos portugueses. A partir da criação da ouvidoria e Provedoria de Sergipe, em 1695, houve a elevação do distrito à vila. Foi então que tal fato, devido ao viés político rural, permaneceu até 1888, onde por meio de emenda ao projeto que elevava a vila de Capela pelo deputado Guilhermino Amâncio Bezerra, à contragosto da população, que foi decretado via Resolução nº 1331, de 28 de agosto de 1888, que foi elevada à categoria de cidade, também a vila de Itabaiana, a saber:

Resolução n. 1331, de agosto de 1888

Eleva à categoria de cidades as Vilas de Itabaiana e Capela

Francisco de Paula Prestes Pimentel, bacharel em letras pelo Colégio de Pedro II, bacharel em ciências jurídicas e sociais pela faculdade de S. Paulo, juiz de direito avulso e presidente da província de Sergipe

FAÇO SABER a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Resolução seguinte:

Art. 1º - ficam, desde já elevadas à categoria de cidades as vilas de Capela e Itabaiana.

Art. 2º - revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário da província a faça imprimir publicar e correr.

Palácio do Governo de Sergipe, em 28 de Agosto de 1888, 67º da Independência e do Império.

Francisco de Paula Prestes Pimentel

Selada e publicada na Secretaria do Governo de Sergipe, em 28 de agosto de 1888.

O secretário

Oséas d'Oliveira Cardoso

(CARVALHO, 2009, p. 278).

¹² Mocambos eram comunidades de escravos fugitivos. A diferença para um quilombo era basicamente ligada ao seu tamanho. Um quilombo abarcava vários mocambos.

Embora a ideia de elevação de categoria possa estar relacionada ao avanço e melhorias urbanas, a maior parte dos casos do Brasil Império se deu pela necessidade de “[...] aumento do ordenamento do professor primário, pertencente aos quadros de ensino da Província. Ou seja, não havia nenhuma alteração da paisagem urbana a justificar a inclusão de Itabaiana no projeto” (CARVALHO, 2009. p. 278). A Figura 15 representa o Brasil Império em 1875, o qual destacava a vila de Itabaiana.



Figura 15. Carta do Império do Brasil de 1875, com destaque à Província de Sergipe Del Rey a qual consta a Vila de Itabaiana.

Fonte: Biblioteca Digital Mundial. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/1035/view/1/1/>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019

Vale destacar aqui a representação cartográfica do território brasileiro à época do Brasil Império por sua precisão na forma e conteúdo. Haesbaert (2006) ressalta a relevância da cartografia descrevendo que:

É preciso resgatar a dimensão cartográfica aos nossos trabalhos; o mapa representou um dos elementos que mais nos identificavam, constituindo mesmo, através de suas sínteses, algumas contribuições importantes para outras áreas. Além disso, a moderna cartografia representa um amplo manancial para novas descobertas e, sem dúvidas, para um entendimento mais rico da espacialidade” (HAESBAERT, 2006, p. 45).

Quanto a elevação da categoria de vila para cidade, cabe ressaltar que, a decisão do deputado Guilhermino Bezerra tinha um viés particular, principalmente na existência de contrariedade a esta nova condição pela população, Carvalho (2009) informa que:

Os professores beneficiados eram Amélia de Miranda Lima Guimarães, João Amâncio Bezerra e Laurinda Barbosa Bezerra. Dos três, um, o professor João Amâncio Bezerra, era irmão de Guilhermino Amâncio Bezerra, e Laurinda Barbosa Bezerra era sua cunhada, morta antes da lei ser promulgada (CARVALHO, 2009. p. 279).

A rejeição da população pela elevação de categoria deu-se por muito tempo, citando-a sempre como vila. Foram séculos denominando-a desta maneira. A quebra, imposta pela província, demoraria a fazer parte do vocabulário do itabaianense, sem sua maioria, ainda rural. Era preciso, ainda, haver uma mudança paisagística para tal alteração de comportamento, pois Itabaiana era atrasada em relação ao resto da província e isso dificultava para que a população a enxergasse de outra forma. Mesmo assim, Itabaiana, em carona com Capela, passou a ser a oitava cidade sergipana, fazendo parte das já constituídas: São Cristóvão, Aracaju, Estância, Laranjeiras, Maruim, Lagarto e Propriá.

Com a queda do Império e início da Primeira República Brasileira, a cidade de Itabaiana já era assim definida há mais de um ano. Segundo dados apresentados por Carvalho (2000), Itabaiana já apresentava em 1886 cerca de 40 mil habitantes, dentre eles, 1683 escravos e 3000 residentes na sede urbana. Anteriormente, em 1873, Itabaiana possuía a segunda maior população escrava da província, 3295, ficando atrás apenas de Capela com 3471. Com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 e a elevação à cidade em 28 de agosto do mesmo ano, a cidade carecia de modificações relacionadas às alternativas econômicas em relação à agricultura.

As mulheres permaneciam, em sua maioria, exclusas da educação e letramento e a sede urbana pouco alterava-se. Para os meninos, pouca também era a perspectiva de crescimento, visto que a cidade ainda só possibilitava o letramento até o fim do ensino primário, sendo necessária a mudança para Aracaju a fim de se prepararem para avançar nos estudos em outras cidades como Recife e Salvador, a qual só era possível aos mais abastados.

Isso fez com que a maior parte da população, por impossibilidades econômicas, tivesse de ficar e aprender a seguir com a atividade familiar, seja na agricultura ou comércio. Daí começava-se a surgir para o itabaianense o “dom” para o comércio, possibilitando que a sede urbana começasse, a curtos passos, a alterar a sua paisagem, dando toques de urbanização, necessária à categoria de cidade.

Em 1889, Itabaiana era descrita em diversas publicações como uma simples vila, tendo como centro a Igreja Matriz de Santo Antônio, como podemos visualizar na Figura 16. As casas eram quase todas de taipa as quais, muitas, não possuíam banheiros, ilustradas na Figura 17. Em 1937, pouca coisa havia mudado, o Jornal Sergipe de 6 de julho deste ano, descrevia que “[...] quase todas as casas são de taipa, notando entre elas 21 sobrados. Tem uma igreja matriz sob a invocação de S. Antônio e almas, um nicho arruinado e um cemitério”, descrevendo a simplicidade da cidade. Para explicar acerca dessa época, Silva destaca que “[...] os anos 30 foram fundamentais nas transformações da espacialidade urbana brasileira. O intenso fluxo migratório campo-cidade associado ao advento da industrialização propiciaram a ampliação do número de cidades” (1998, p. 92), apesar da pouca infraestrutura de parte dessas cidades.

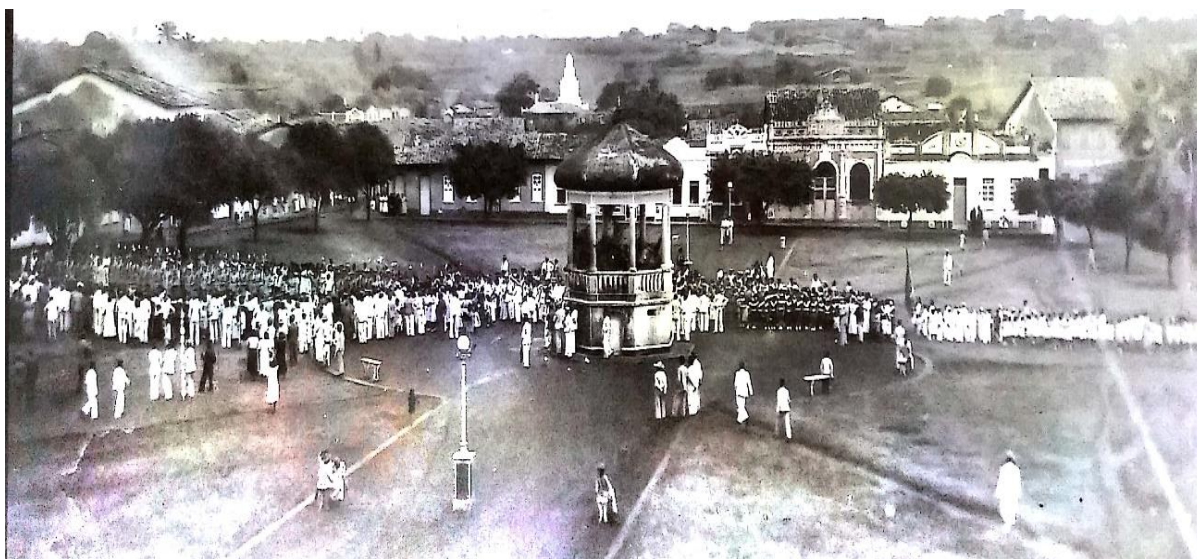


Figura 16. Vista parcial de Itabaiana em 1938 a partir da torre da Igreja Matriz de Santo Antônio.

Foto: João Teixeira Lobo.

Fonte: CARVALHO; SANTOS, 2013.

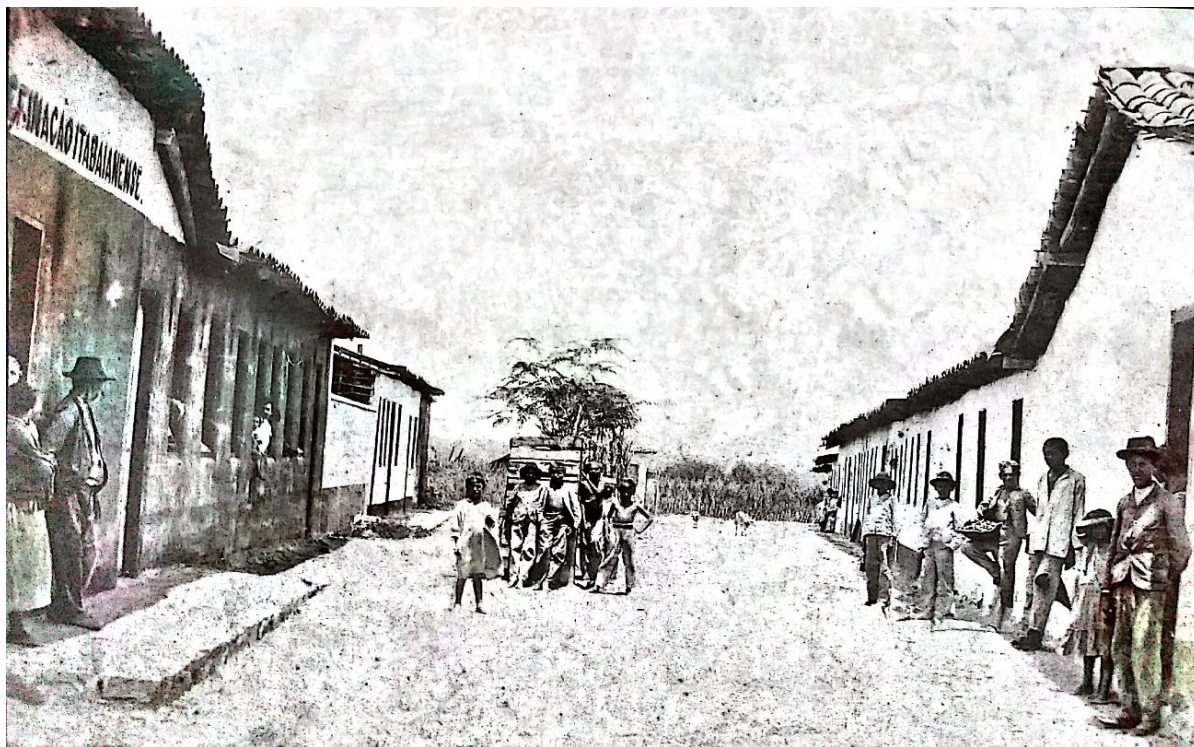


Figura 17. Rua da Vitória, hoje rua General Siqueira, primeiros anos do século XX.

Foto: Miguel Teixeira da Cunha

Fonte: CARVALHO; SANTOS, 2013.

Carvalho (2000) descreve que havia interesse, por parte do Governo Provincial, de mudar tais condições, sendo aplicada, inclusive, multas determinadas por lei para quem não alterasse tais condições. Até mesmo a câmara municipal estava sem condições estruturais e sanitárias adequadas:

Os sobrados apresentavam sacadas de madeira, que o governo republicano vai combater, via art. 5º, do ato que aprova os artigos de posturas submetidos ao conhecimento do governador Felisbello Freire pela Intendência Municipal de Itabaiana, em 22 de maio de 1890:

Artigo 5º. Os proprietários de casas sobrados desta cidade, são obrigados, no prazo de 4 meses contados da intimação que lhe foi feita pelo fiscal, a demolis as sacadas de madeira dos mesmos sobrados, sob pena de 15\$000 réis de multa e pagamento das despesas feitas pela Intendência para demolição, que será feita de ordem da mesma Intendência reunida.

As sacadas de madeira continuaram. O dispositivo em causa nunca foi aplicado.

Até a casa da Câmara Municipal, poder que dirigia o município, era deficiente:

A casa da Câmara Municipal é acanhadíssima e a cadeia outra casa deteriorada, em péssimas condições higiênicas, não oferece garantia de segurança. (CARVALHO, 2000. p. 33).

O centro urbano existente obedece ao atual traçado da parte central da cidade. Na praça da matriz estava localizado o comércio:

O centro urbano era pequeno, apresentando o mesmo traçado urbanístico da atualidade. O principal logradouro era a Rua da Praça, depois Praça da Matriz, num retângulo. De um lado, dando as costas para o nascente, a igreja Matriz se destacava, na sua cor branca, com paredes laterais sem uniformidade. Era o prédio mais alto da cidade, alvo das fotos de Miguel Teixeira Cunha. Na frente, duas palmeiras, uma das quais não ficou muito tempo em pé. Ao lado a Casa Paroquial (Figura 18), sem platibanda, com um jenipapeiro na sua frente. A Praça da Matriz não tinha nenhum calçamento. Mais alto para o lado da igreja, descia até o outro, numa leve inclinação, provocando no meio um enorme vazio. As casas ficavam ao lado, quase todas tendo à frente uma árvore a poucos metros de distância. Do outro lado da igreja, tendo a frente para o nascente, o aglomerado comercial. Ainda não existia o Mercado Municipal¹³, mais tarde erguido no canto, onde hoje é a sede da Prefeitura (CARVALHO, 2000. p. 33-34).



Figura 18. Da esquerda para direita: casas residenciais; uma das palmeiras que continuou erguida; a igreja da Matriz; a Casa Paroquial com o Jenipapeiro à frente.

Foto: acervo Robério Santos. Disponível em: <<https://goo.gl/mHQ3T5>>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

¹³ A feira livre já existia nesta época. Era realizada ao ar livre na praça da matriz. Ali comercializava-se toda a produção local entre hortaliças, verduras e frutas.

Os duros anos de administrações coronelistas em Itabaiana acarretou, mais uma vez, num entrave ao seu crescimento e desenvolvimento. Pouco se fazia para que tais condições se modificassem, o rural ainda era mais presente quando comparado ao urbano. Os coronéis que governavam o município assim faziam sem dar espaço a opiniões e/ou contestações dos cidadãos. Inclusive, muito é relatado sobre o “extermínio e sumiço” de idealistas contrários aos coronéis. Assim permaneceu-se por décadas. Carvalho (2000) relata que:

O interior não discordava de nada. Qualquer atitude do presidente do Estado recebia, de logo, o intehgral [sic] apoio. Afinal, ninguém queria estar fora do barco governamental. A oposição não atraía nenhum adepto, porque todos conheciam o segredo das atas eleitorais falsificadas, das sessões que não funcionavam, da falta de recursos contra tais violações ao livre direito de escolha. Oposição era trajo que, sopesadas as velhas lições e pesados os fatos, não exercia nenhuma atração. Os que foram oposição, como Itajahy e Sebrão, sabiam disso. O mais atrativo era ficar na sombrado [sic] Governo. Oposição era *ostracismo*, na expressão que José Sebrão de Carvalho chegou a usar. E tanto era verdade que, quando sebrão caiu, a partir de 1927 não teve a companhia de ninguém de sua velha tropa de choque. Todos lhe viraram a cara (CARVALHO, 2000. p. 627-628).

Em 22 de abril de 1928, após anos de isolamento, Itabaiana passa a ser ligada à capital, Aracaju, por meio de estrada de rodagem¹⁴. Até então somente era possível comunicar-se com a capital por meio de telégrafo ou direcionando-se à Laranjeiras e de lá tomando um trem ou barco. O isolamento da cidade por tantas décadas ajudou no atraso urbano.

O coronelismo existente desde que Itabaiana tornou-se cidade foi intensificado nos duros anos da ditadura militar. À época, a cidade já havia crescido razoavelmente, a estrada de rodagem à Aracaju foi importante para o feito. Porém, no campo político, continuava-se a existirem problemas relacionados à oposição de ideias a quem comandava a cidade. Santos fazendo uma reflexão acerca do coronelismo afirma que: “[...] esse monopólio do coronel não se restringe ao poder local, às vezes, extrapola fronteiras e regiões, fazendo pacto com outras elites, utilizando cargos públicos e a burocracia estatal” (2015, p. 50).

¹⁴ Vale ressaltar que o que era chamado de estrada, na verdade era um grande atoleiro, dificultando por muito tempo a ligação entre as cidades.

A derrocada do coronelismo em Itabaiana ocorreu nos anos finais da Ditadura Militar Brasileira, porém, por muitos anos, o medo de opinar contrariamente ainda era percebido entre membros da população. Neste cenário histórico percebe-se que os avanços da cidade na perspectiva do urbano vão se alterando significativamente pela necessidade demandada da população que requeria melhorias e/ou atendiam à determinações impostas pelos poderes constituídos de uma dada época.

Para ampliar esse debate, os aspectos geográficos a seguir permitirão uma análise mais aprofundada sobre esse território cheio de aspectos naturais: matas e serras que podem ser consideradas como refúgios para vários animais e espécies da fauna e da flora.

Itabaiana, localizada no centro geodésico de Sergipe e distante 54 km da capital Aracaju. As temperaturas variam entre 34,5°C e 35°C de máximas no verão e, durante o inverno, chegando a 18°C em noites mais frias. A altitude média do centro urbano gira em torno dos 180m. Limita-se ao Norte com o município de Ribeirópolis; ao Sul os municípios de Areia Branca e Campo do Brito; a Leste os municípios de Moita Bonita e Malhador; a Oeste os municípios de Campo do Brito, Macambira e Frei Paulo, conforme Figura 19.

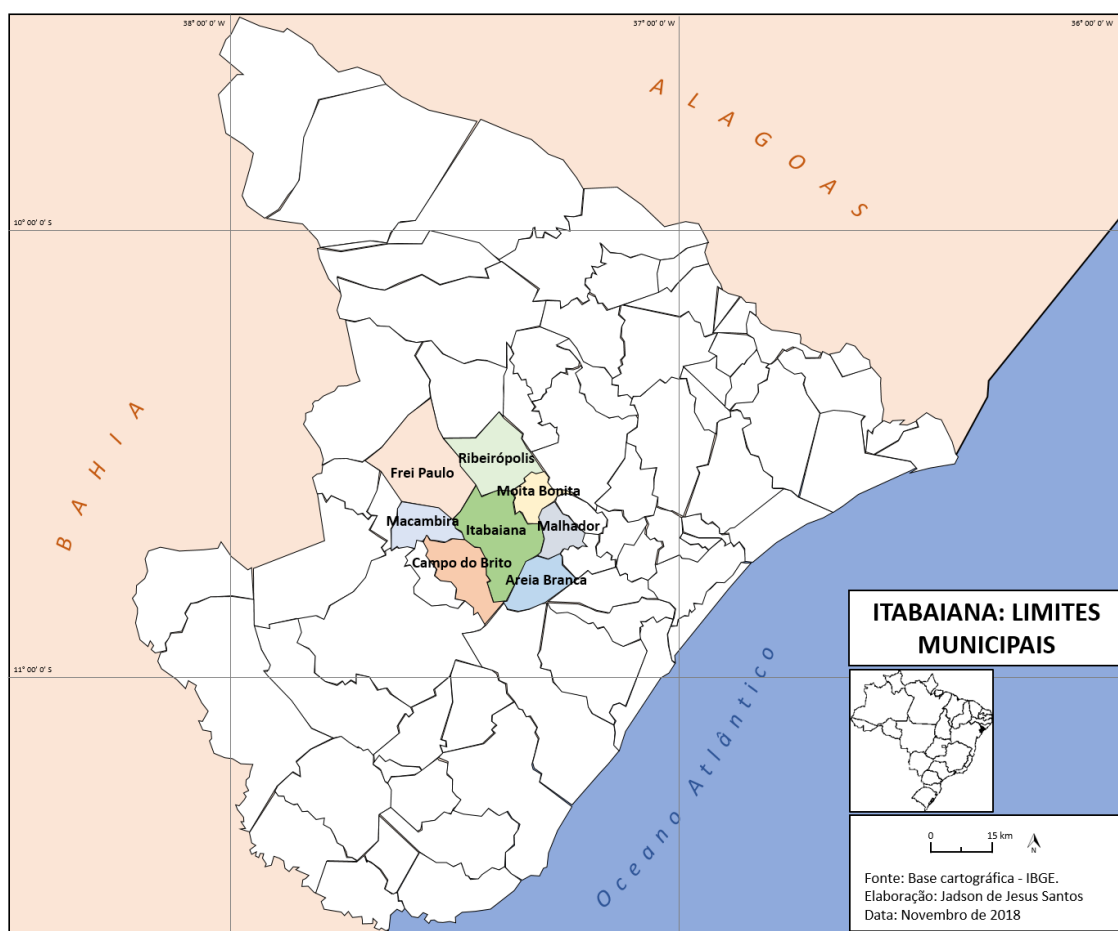


Figura 19. Itabaiana: limites municipais.

Fonte: Base cartográfica - IBGE.

Itabaiana¹⁵ possui uma área territorial de 336,692 km². Sua principal via de acesso é a BR-235. O clima varia de sub-úmido à seco, a vegetação encontrada é mata secundária (mata atlântica) e a caatinga arbustiva arbórea. Os principais rios presentes no município são: Rio Jacarecica, Rio das Traíras e Rio das Pedras. Quanto aos aspectos turísticos atrativos, os principais são: o Parque Nacional Serra de Itabaiana, o Parque dos Falcões e a Festa dos Caminhoneiros.

Em 2010, o IBGE constatou que somente 58,6% do esgotamento sanitário do município era adequado enquanto que 41,4% não contava com saneamento básico adequado. Dados relativos ao mesmo ano, os domicílios urbanos em vias públicas arborizadas (conforme Figura 20) representaram 44,6%, já os domicílios urbanos localizados em vias públicas não arborizadas representavam 55,4%. Os domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada representaram 41% e 59% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com urbanização inadequada.

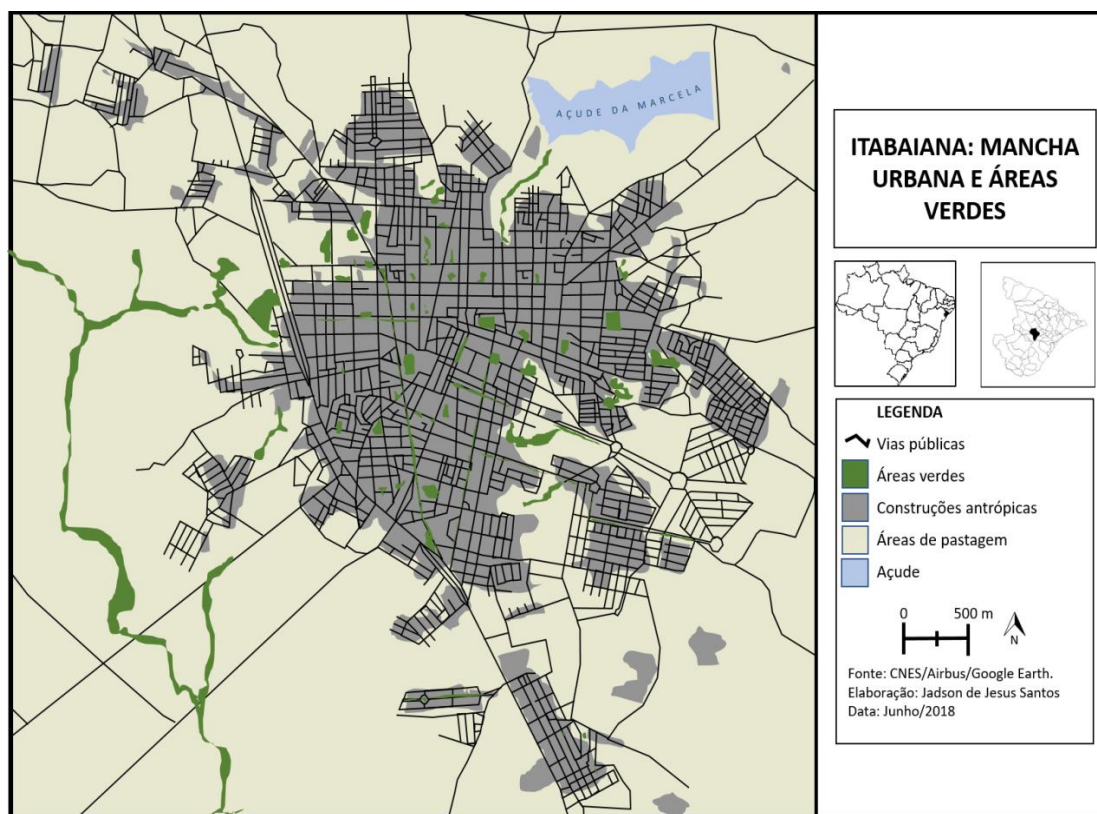


Figura 20. Itabaiana: mancha urbana e áreas verdes.

Fonte: CNES/Airbus/Google Earth.

¹⁵ No dia 20 de novembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei de número 13.044, em que a ex-presidenta Dilma Rousseff confere ao município de Itabaiana o título de capital nacional do caminhão, título este muito representativo para a população itabaianense.

A população estimada do município de Itabaiana em 2017, segundo o IBGE, foi de 95.196 pessoas. Na estimativa populacional mais atualizada (2018), houve uma redução na população passando para o contingente de 94.696 habitantes, ocasionando uma diminuição de 500 habitantes. Esta redução pode ter ocorrido devido ao período de crise econômica em que muitas pessoas se deslocaram para outras localidades em busca de emprego. No Censo de 2010, a população era de 86.967 pessoas, ou seja, em 8 anos houve um aumento de 7.729 pessoas. Itabaiana tem o PIB per capita (2016) de R\$ 17.260,51, sendo o 8º maior do estado e o 1º da microrregião, tem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 0,642 segundo dados publicados no Censo 2010.

A cidade de Itabaiana tem importância fundamental para esta região, agregando os municípios vizinhos, ao estabelecer uma relação de proximidade com o seu entorno, além de apresentar interação com a capital (Figura 21). É nesse contexto que a cidade se torna o foco central da tese, no sentido de nos auxiliar na compreensão das relações e redes estabelecidas dentro e fora do município, que além de sua sede municipal possui diversos povoados, pois, exerce influência direta nos municípios circunvizinhos ao oferecer serviços essenciais para a população local do seu entorno, estabelecendo uma relação econômica e social entre os municípios.

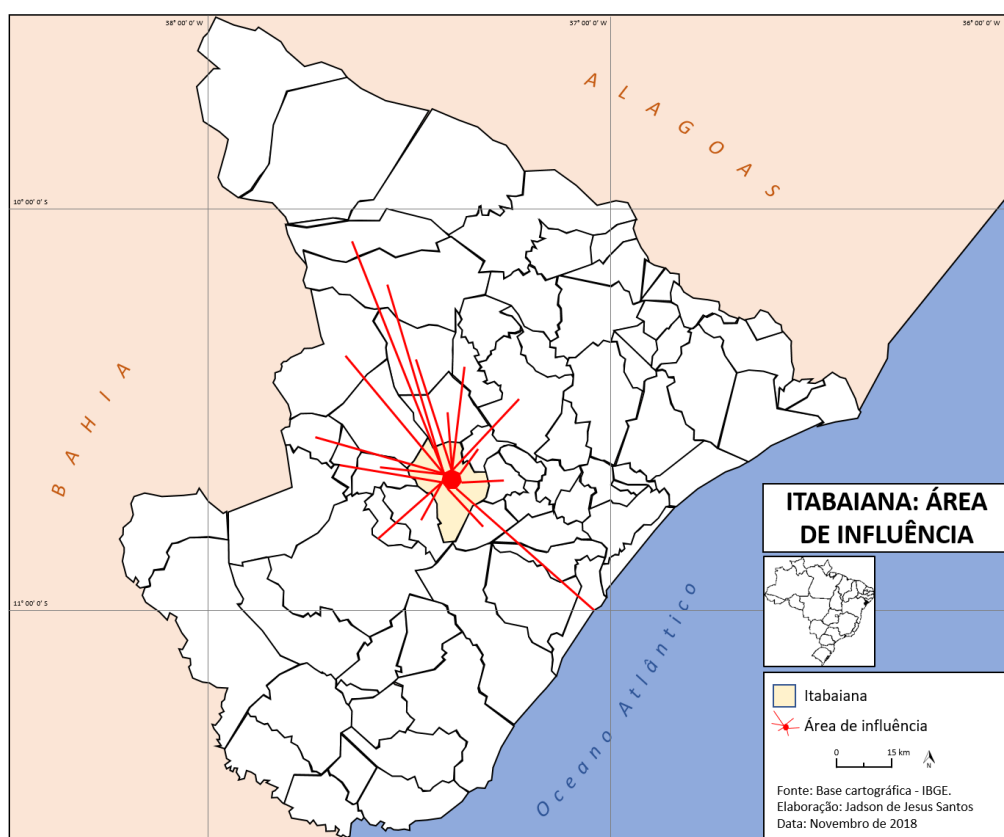


Figura 21. Itabaiana: área de influência.

Fonte: Base cartográfica - IBGE.

Essas interações entre os municípios sergipanos que fazem parte dessa área de influência da cidade de Itabaiana, dependem de fatores que vão além do comércio e/ou dos serviços prestados, ou seja, fatores econômicos. Santos (2017) conclui que:

A diversidade das interações interurbanas se revela por meio de inúmeras variáveis que se correlacionam dentro desse processo. Nesse sentido, devem ser destacados fatores locais, funcionais, bem como o alcance da área de influência, a intensidade e as periodicidades das relações, dentre outras variáveis que demonstram as singularidades de cada urbe e a interação espacial que mantém com outras cidades (SANTOS, 2017, p. 231).

A cidade de Itabaiana possui espaços urbanos que desempenham um papel fundamental na intermediação entre as cidades circunvizinhas, a saber: Campo do Brito, Frei Paulo, Ribeirópolis, Malhador, Riachuelo, Macambira, Carira, São Domingos, Areia Branca, Moita Bonita, entre outras além da capital sergipana, Aracaju, que também estabelece relação direta com a cidade de Itabaiana, influenciando uma população de quase 1 (um) milhão de habitantes, segundo dados da Estimativa Populacional 2018.

Há, no entorno do município, um conjunto de montanhas que formam algumas serras como: Miaba, Comprida e Itabaiana. O ponto mais alto está localizado na serra de Itabaiana, com 659 metros de altitude. É neste local que estão localizados o Parque dos Falcões e o Parque Nacional Serra de Itabaiana, importantes áreas de preservação da fauna e flora típica de regiões semiáridas, como caatinga, mata atlântica e vegetação litorânea, conforme Figuras 22 e 23. Em ambiente urbano, havia em 2010, segundo dados do IBGE, uma taxa de arborização de vias públicas de 44,6%.



Figura 22. Aves no Parque dos Falcões.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.



Figura 23. Trilha no Parque Nacional Serra de Itabaiana.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de junho de 2015.

A área em que se desenvolveu a sede do município é ligeiramente plana com algumas ondulações. Juntamente a fatores sociais, históricos e econômicos, o processo de ocupação foi

favorável para o desenvolvimento da cidade, principalmente a partir do final da década de 1990 com a expansão da cidade. Segundo abordam Santos e Santos:

A morfologia urbana de Itabaiana pode ser verificada no centro da cidade, onde as ruas asfaltadas, o grande comércio varejista e atacadista e a inúmeras lojas comerciais deram uma nova dinâmica cidade. Essa concentração de atividades comerciais e serviços ocasionaram a valorização do solo urbano Itabaianense tornando-se uma mercadoria de valor altíssimo para a população existente no local (SANTOS; SANTOS, 2011. p. 273).

A desigualdade social gera, em geral, exclusão quando tratamos de acesso a moradias em locais com boas infraestruturas. Teles *et al* (2014) tratando acerca da valorização imobiliária na cidade de Itabaiana fazem a seguinte reflexão:

A privatização do acesso à moradia colabora para o aprofundamento das desigualdades sociais, logo se percebe que a classe dominante com maior poder econômico ocupa os locais mais valorizados [...] e com melhor infraestrutura. [...] Enquanto os menos afortunados estabelecem suas moradias nas áreas periféricas e desvalorizadas [...], a especulação imobiliária aumenta a exclusão social (TELES *et al*, 2014, s/p).

A valorização do espaço central urbano da cidade influenciou a expansão da mesma via subúrbio dada às necessidades do mercado e com isso um crescimento acelerado da cidade nas últimas décadas. Desse modo, as cidades, como a cidade de Itabaiana-SE, estão inseridas numa sociedade dinâmica e que está em constante mutação. Prova disso, é a evolução da mancha urbana da cidade de Itabaiana, conforme ilustrado na Figura 24.

ITABAIANA: EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA

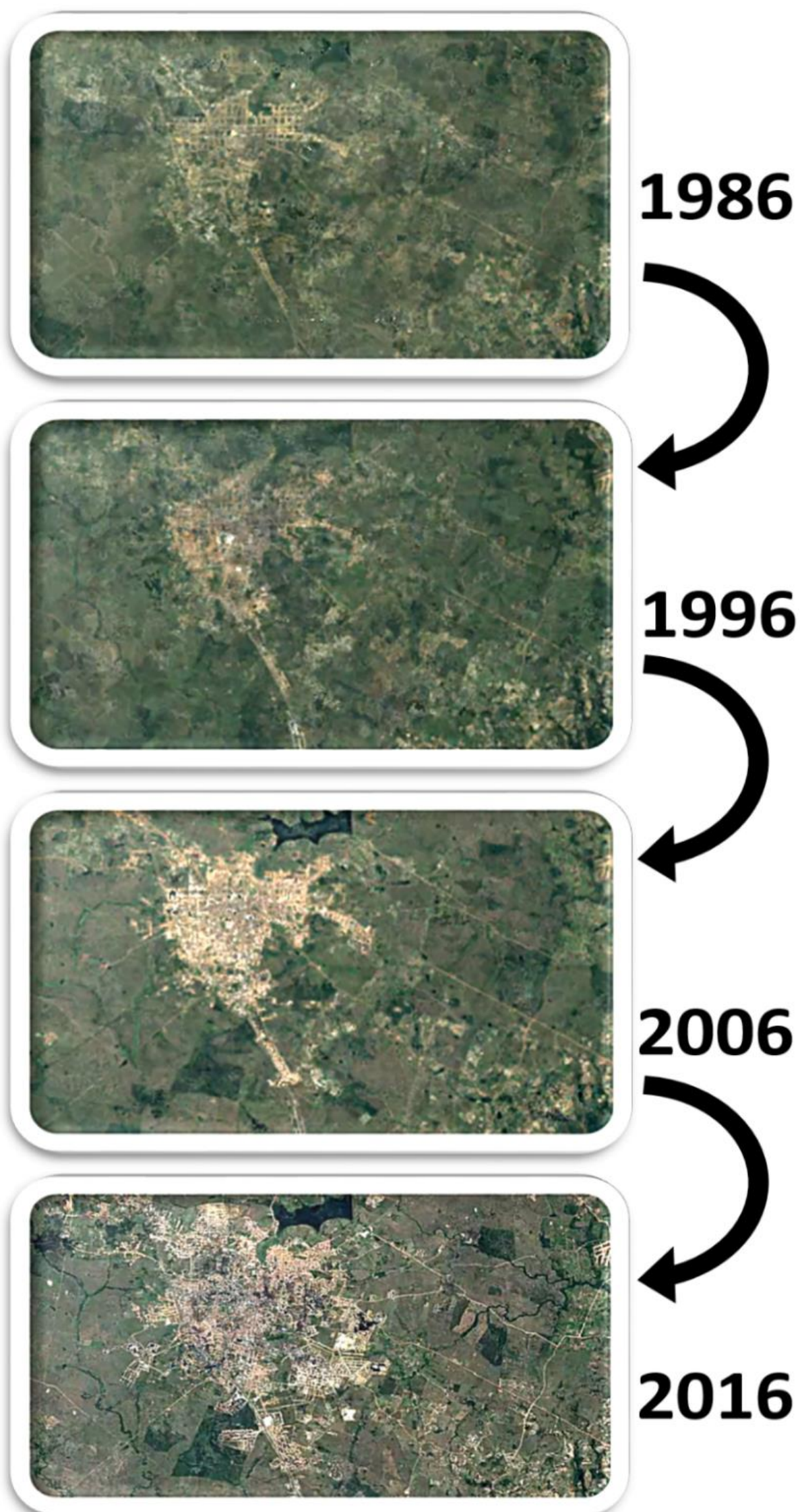


Figura 24. Itabaiana-SE: Evolução da Mancha Urbana.
Fonte: Google Earth Engine, 2018. (Elaborado pelo autor)

Observando a evolução da mancha urbana da cidade de Itabaiana no período de trinta anos (de 1986 até 2016), nota-se que houve uma significativa expansão urbana, principalmente no período dos últimos dez anos de 2006 a 2016. Este período coincide com a fase de ascensão econômica por parte da população em geral, tendo como reflexo o aumento do poder de compra, bem como a implantação e impulso dos programas de financiamentos habitacionais e como consequência a crescente demanda da área da construção civil. Para Santos e Santos (2011):

O crescimento populacional é um dos principais fatores responsáveis pela expansão urbana. Este crescimento está diretamente ligado a fatores de atração, de ordem econômica, em especial a oferta de empregos. O aumento das atividades econômicas no meio urbano gera aglomeração humana na cidade que, por sua vez, provoca tanto mudanças na intensidade de ocupação do espaço urbano, como a expansão física da cidade (SANTOS; SANTOS, 2011, p. 272).

Fato esse que pôde ser observado durante o período supracitado de maior expansão urbana ocorrido na cidade de Itabaiana e na atualidade, mesmo atravessando um período de crise econômica a cidade continua crescendo, impulsionada pelos investimentos das iniciativas pública e privada.

2. Cenários econômicos e culturais

A cidade de Itabaiana possui destaque econômico para o estado e região em diversas áreas, principalmente ligado à produção de hortifrúti, comércio e serviços. O desenvolvimento econômico da cidade, inicialmente, se deu por vias agrárias. Vale ressaltar que devido a essa atividade Itabaiana passou muitos anos “num atraso” de 200 anos para se tornar cidade a contragosto da população rural.

Do surgimento do Arraial de Santo Antônio às margens do rio Jacarecica, no início do século XVII, à transferência para a Caatinga de Ayres da Rocha em 1675, elevação à distrito em 1678 e de vila em 1695, foi uma longa jornada para que Itabaiana fosse elevada à

categoria de cidade. Carvalho descreve que “[...] como vila, Itabaiana tem cento e noventa anos pela frente, recheados de acontecimentos importantes [...] já que o progresso manteve-se afastado da vila por muitas décadas, ajudado pela falta de água, que fazia com que os moradores dela se afastassem na época do verão” (1973, p. 47).

A insalubridade do povoamento atraía consigo a proliferação de doenças na segunda metade do século XIX as quais, segundo relata Carvalho (1973):

A primeira foi a febre amarela, que, dentro das deficiências médico-sanitárias da época, arrastou para o túmulo centenas de pessoas [...] Em 1855 foi a cólera morbus, de efeitos piores e consequências mais trágicas, deixando a população sem remédio, tão apavorada que muita gente foi enterrada viva! Em 1863 a cólera morbus voltou [...] foi a última vez que a vila de Itabaiana se viu invadida por moléstia, desta natureza (CARVALHO, 1973, p. 54).

Os surtos de doenças registradas na vila afastavam a população dessa aglomeração, preferiam permanecer na zona rural e, assim, após à evolução à cidade, não havia comemoração, não queriam que isso ocorresse, era melhor manter o ar pacato do povoamento, Carvalho (1973) afirma que “[...] a população itabaianense é que não sentiu de imediato os efeitos da mudança nem vibrou [...] o povo continuou a chamar Itabaiana de vila” (1973, p. 58).

Esse período de uma Itabaiana rural deixou resquícios nas tradições econômicas da cidade, hoje é referência em distribuição e produção de hortifrutigranjeiros para o estado de Sergipe e outros municípios dos estados vizinhos. Há na cidade um grande movimento ligado à comercialização e distribuição desses produtos, o que acaba movimentando toda uma cadeia produtiva no município como: feira, caminhões, fábrica de carrocerias e comércio forte e diversificado. Carvalho *et al* descrevem que “[...] O município de Itabaiana é o maior mercado atacadista de hortifrutigranjeiros de Sergipe. O espaço ocupado por esses atores, com seus caminhões e mercadorias, está circunscrito a todo o centro comercial da cidade e ruas adjacentes” (2015, p. 5)

Essa linha de produção, comercialização e distribuição de produtos agrícolas, gerou em Itabaiana diversas possibilidades econômicas ao longo do tempo e, seu povo historicamente identificado nesse setor econômico, fez-se valer das oportunidades e assim

desenvolveu uma rede econômica característica à Itabaiana. Sobre isso, Carvalho e Costa comentam que:

O município de Itabaiana permanece tradicionalmente como território de desenvolvimento da agricultura de base familiar, sendo responsável pela produção de mandioca, batata-doce, batata-inglesa, feijão em grão, tomate, amendoim e hortaliças, assim como na pequena criação de bovinos, ovinos, suínos e de avicultura.

[...]

A produção agrícola municipal é escoada para a cidade, com a finalidade de serem comercializados pelos produtores. Este escoamento é realizado principalmente nos dias de feira e nas quinta (sic), quando ocorre o comércio em atacado, sendo distribuídos para outras cidades do agreste, para a capital sergipana, bem como, exportados para outros estados, particularmente os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco (CARVALHO; COSTA, 2009. p. 5).

Com o passar do tempo, outras áreas também passaram a se desenvolver, a agricultura não é mais a maior economia do município, em decorrência da mecanização do campo e/ou pela necessidade da população rural de se aproximar do centro urbano dadas as alterações econômicas globais. Nascimento e Mendes destacam que:

O surgimento de novas demandas para esses agricultores, em que a presença das máquinas, veículos e motocicletas, citados anteriormente, podem ser associadas à melhoria da qualidade de vida desses agricultores, já que os mesmos deixam de ter como ferramenta de trabalho apenas o animal e a enxada, e passam a inserir novos elementos nas atividades e no meio agrícola, assim, consequentemente, alterando a dinâmica do local, formando um ciclo de novas atividades e de empreendimentos (NASCIMENTO; MENDES, 2016. p. 5).

Esse movimento de saída do homem do meio rural/campo para o urbano/cidade foi necessário para a diversificação econômica. De tradição agrícola, mas com cunho comercial, pela venda da produção na feira da cidade, o itabaianense viu no comércio um segmento próprio a ser explorado.

A necessidade de escoamento da produção foi preciso desenvolver o setor de transportes e, a partir daí, cresceu a uma proporção que acabou destacando a cidade nesse

quesito. Hoje, são mais de 5000 caminhões emplacados em Itabaiana, segundo dados do Detran-SE, fato que ampliou a economia do município, gerando outras demandas como a comercialização de peças automotivas, chaparia, pintura, borracharias, oficinas e a fabricação de carrocerias. Este último movimentando o setor industrial, que se encontra em processo de crescimento, uma vez que “[...] em meio às atividades destacadas, as indústrias de carrocerias é a que tem alcance máximo, tendo demanda nacional, pois são produzidos mensalmente cerca de 100 carrocerias” (CARVALHO, COSTA, 2009. p. 7).

A partir dessa demanda industrial, outros tipos de fábricas começaram a ser construídas e parte delas, hoje, concentra-se no Distrito Industrial de Itabaiana, com a produção de produtos ligados a alimentação, jóias e bijuterias, óculos, artefatos cerâmicos, além das olarias. Esta última com diversos problemas ligados a questões ambientais e de subemprego dos trabalhadores¹⁶. Firmino e Lirbório (2018) descrevem que a indústria em Itabaiana, bem como em outras cidades polo nordestinas encontram-se relacionadas com a:

Primeira fase de desenvolvimento industrial do Nordeste, ou seja, dava-se quase que na sua totalidade de forma espontânea e sem nenhum tipo de planejamento. A indústria de tipo local que começa a se desenvolver tem sua gênese baseada fortemente com as iniciativas de pessoas ou grupos locais que conseguiram criar, mesmo que sem um planejamento consolidado, certas indústrias. São negócios que surgem baseando-se na força de trabalho e em iniciativas que não dependem de capital externo nem de mão-de-obra especializada e/ou qualificada para dar início a seus projetos pessoais, que se desdobram em negócios expressivos para a cidade e região (FIRMINO; LIRBÓRIO, 2018. p. 210).

São problemas como esses que ainda persistem no campo industrial de Itabaiana. A necessidade de produção industrial não justifica a precarização do trabalho, é preciso que haja maiores fiscalizações e investimentos com a oferta de condições de trabalho para que, além de qualidade dos produtos, haja também qualidade da mão-de-obra e de suas condições de trabalho, respeitando os direitos trabalhistas.

É preciso destacar o potencial econômico ligado ao turismo no município. Itabaiana possui diversas possibilidades, ainda pouco exploradas, direcionadas ao turismo, seja ele rural

¹⁶ Segundo Mendonça (2012) sobre os estudos de Cerâmicas e Olarias no município de Itabaiana, essas produzem materiais para os empreendimentos da construção civil para o estado de Sergipe, Alagoas e Bahia. E que são provocadoras de questões socioambientais quando estas não atendem as determinações legais.

em torno da produção agrícola ou, principalmente, pela vasta área de vegetação nativa ainda existente em que deu origem ao Parque dos Falcões e ao Parque Nacional Serra de Itabaiana. Neste último, há um conjunto de montanhas com cobertura de vegetações variadas como caatinga, mata atlântica e vegetação litorânea.

Nesse entrelaço econômico que a cidade de Itabaiana é considerada agrícola de origem e no percurso desse processo diversificado seu potencial ao ampliar setores ao longo do tempo, a saber: crescimento da produção na agricultura, no comércio, no transporte, no turismo e na indústria, esses são os principais condutores econômicos que faz de Itabaiana destaque econômico em Sergipe.

Cabe realçar que nessa dinâmica econômica impactos socioambientais são visíveis pela ação humana em que desmatamentos ocorrem para a ampliação da produção agrícola; uso de pesticidas na agricultura influenciando no empobrecimento e/ou fertilidade do solo.

Para uma reflexão sobre os aspectos culturais, o início do povoamento da cidade de Itabaiana se deu naturalmente com a abertura de estradas. Não se teve naquela época uma preocupação no registro histórico de formas culturais existentes, pois poucos os escritos a respeito das produções culturais e que tem repercussão no Estado de Sergipe. Oliveira descreve que “[...] a cultura popular sergipana é carente de estudos aprofundados” (2014. p. 3).

Aspectos relevantes da cultura popular de Itabaiana serão apresentados a seguir, mas que carecem de mais aprofundamento sobre as origens de alguns grupos folclóricos no município. Como parte desse cenário a música é o principal componente cultural a ser citado e abordado desde a sua fundação enquanto município em 1675. Dos primeiros músicos relatados, consta-se a figura do padre Francisco da Silva Lobo o qual é autor de diversas partituras, algumas delas conservadas e expostas no espaço cultural que leva seu nome na Filarmônica Nossa Senhora da Conceição (SFNSC).

Foi ele, inclusive, o criador da Filarmônica, em 1745, a partir da Orquestra Sacra da Igreja a qual celebrava missas. A Figura 25 ilustra a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição em meados de 1901 após apresentação na cidade de Itabaiana.



Figura 25. **Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, na Rua do Sol em meados de 1901.**

Foto: Miguel Teixeira Cunha

Fonte: CARALHO; SANTOS, 2013

São mais de 270 anos de história de uma instituição musical e cultural que ainda resiste ao tempo sendo, inclusive, a mais antiga em funcionamento do Brasil. Segundo Oliveira:

Desde o ano de 2005 a denominação Filarmônica Nossa Senhora da Conceição deixou de representar apenas um grupo musical para constituir-se em instituição e abrigar diversos grupos e programas em suas dependências. No ano de 2007 foi premiada nacionalmente com o programa de apoio a orquestras do Ministério da Cultura. É reconhecida de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal e cadastrada no Fundo da Infância e da Adolescência (OLIVEIRA, 2014. p. 7).

Hoje, a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição mantém-se por meio de doações e verbas públicas. Atualmente é uma instituição filantrópica e é formada também por: Escola de

Lutheria¹⁷, Instituto de Música Maestro João de Barros¹⁸, Museu da Música de Itabaiana, Cine Club, além do Espaço Cultural Padre Francisco da Silva Lobo.

Segundo informações da SFNSC, atualmente 500 jovens são atendidos pela instituição formando 6 grupos sinfônicos, 5 grupos de câmara¹⁹ e 4 grupos de musicalização. Em 6 de junho de 2008, o senador Eduardo Amorim usou-se do plenário para homenagear os trabalhos da filarmônica:

A mais antiga instituição musical do Brasil, a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição ganha reconhecimento de utilidade pública federal a partir do nosso empenho. Contribuímos (sic) para que meninos e meninas possam ter mais estrutura e possam, através da música, desenvolver a educação local. Esse é também, um instrumento de inclusão social. Como filho dessa cidade sinto-me comprometido com a valorização de nossa memória e cultura (ITNET, 2008).

Além da importância dada à filarmônica, Itabaiana possui alguns outros traços culturais a serem reconhecidos, apesar dos poucos estudos realizados até então sobre o assunto. Dentre eles está a Chegança Santa Cruz, homenageada no recente espaço inaugurado denominado de Largo da Gente Sergipana, em Aracaju, ilustrado nas Figuras 26 e 27.

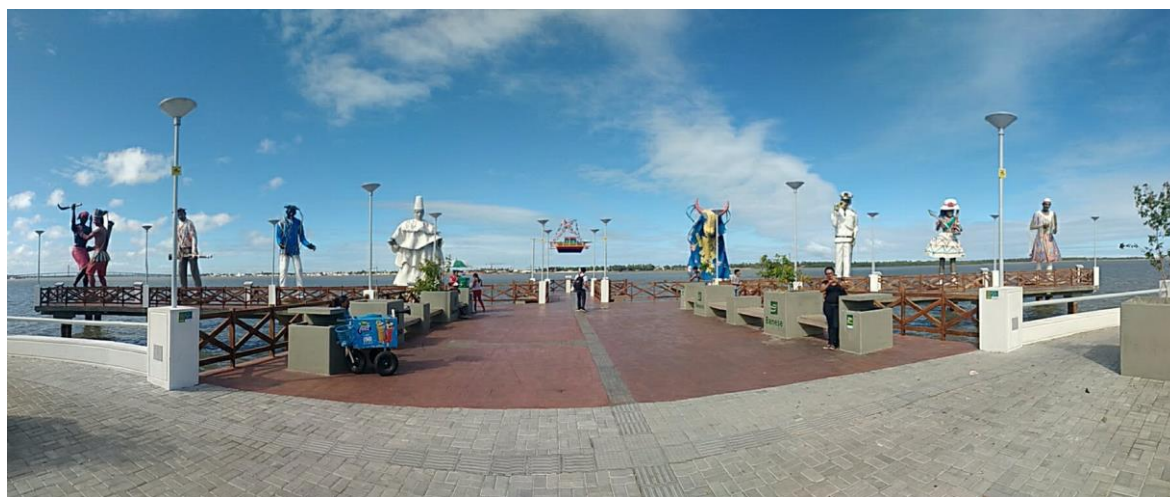


Figura 26. Largo da Gente Sergipana, nesse espaço estão representados os principais movimentos folclórico e culturais do estado de Sergipe, dentre eles a Chegança (terceiro monumento da direita para esquerda).

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 27 de agosto de 2018.

¹⁷ O Laboratório de Lutheria da SFNSC é pioneiro no estado em ensino de confecção de instrumentos de cordas.

¹⁸ Principal local de atividades musicais, o Instituto de Música abriga os ensaios dos diversos grupos, e aulas dos mais diversos instrumentos musicais.

¹⁹ O grupo de câmara é o uso da música erudita a partir de grupos formados por poucas pessoas utilizando-se de instrumentos e/ou voz. A palavra câmara, neste caso, remete a possibilidade de apresentar-se em pequenas salas.



Figura 27. **Estátua no Largo da Gente Sergipana representando a Chegança.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 02 de janeiro de 2019.

A chegança é um folguedo que representa as batalhas vividas pelos portugueses durante suas colonizações, simulando combates com vitórias e derrotas. Em Itabaiana, a Chegança Santa Cruz foi criada em 10 de abril de 1947 pelo itabaianense José Serafim de Menezes, o Zé de Binel, “[...] a princípio eram 32 componentes. A denominação de Chegança Santa Cruz deve-se à Saboaria Santa Cruz, outrora situada na Rua Quintino Bocaiuva, próximo ao Colégio Estadual Murilo Braga, que pertencia a Azer, padrinho de Zé de Binel” (ITNET, 2010).

A chegança é o mais antigo grupo cultural ainda atuante de Itabaiana, como podemos visualizar na Figura 28 um grupo nos festejos natalinos de Itabaiana na década de 1920, antes mesmo da Chegança Santa Cruz.



Figura 28. Chegada nos festejos natalinos na praça da matriz na década de 1920.

Foto: Percílio da Costa Andrade

Fonte: CARVALHO; SANTOS, 2013.

Representação cultural dos festejos juninos nordestinos, a quadrilha “Balança Mais Não Cai” é o maior representante de Itabaiana dessa expressão cultural. Fundada em 1982, por Salomão dos Santos, começou a ganhar reconhecimento desde o início no cenário regional fazendo parte da história junina no nordeste do Brasil. Ganhou diversos campeonatos estaduais e regionais. Hoje, a quadrilha é mantida pela perseverança de seus componentes além de incentivos dados por meio de patrocínios do comércio local da cidade, e que em períodos festivos são conclamados a representar ações pertinentes ao folclore local.

Margeando a BR 235, importante eixo rodoviário que corta o estado de leste a oeste, o caminhão tomou espaço no cenário cultural na cidade de Itabaiana. Devido ao crescimento do número de caminhões na cidade a partir da centralidade dada da cidade para o estado de Sergipe, Itabaiana tornou-se o principal centro de distribuição de hortifrutigranjeiros no estado. Juntamente a isso a profissão do caminhoneiro ganhou destaque aos olhos dos mais jovens há algumas décadas, fazendo, eles, carreira nessa profissão que atualmente é quase sempre seguida de pai para filho. Além do próprio caminhoneiro existe toda a mão-de-obra especializada para suprir as necessidades da categoria, ilustrada da Figura 29.



Figura 29. **Trabalhador executando reparos em lona de caminhão.**

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Tamanha é a importância do caminhoneiro para a cidade de Itabaiana, que em 19 de novembro de 2014 foi assinada pela presidenta Dilma Rousseff a lei nº 13.044 que:

Confere ao Município de Itabaiana no Estado de Sergipe o título de Capital Nacional do Caminhão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Itabaiana no Estado de Sergipe é declarado Capital Nacional do Caminhão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Um monumento em homenagem aos caminhoneiros foi erguido na Avenida Engenheiro Carlos Reis, conforme ilustração na Figura 30, que demonstra o respeito e admiração que a população itabaianense tem com a figura do caminhoneiro, além do reconhecimento pela importância da profissão para a sociedade como um todo.



Figura 30. **Monumento em homenagem aos caminhoneiros.**

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Desde 1966 é realizado no mês de junho uma festa em homenagem ao caminhoneiro onde, juntamente com as comemorações à Santo Antônio, atrai diversos profissionais do Brasil inteiro para comemorar e festejar a sua profissão. A festa conta com concurso da Rainha dos Caminhoneiros, Jogo dos Caminhoneiros, Carreata Mirim, Almoço dos Caminhoneiros, Procissão, Shows, Alvorada Festiva – mega carreata (Figura 31), além de diversas negociações comerciais relacionadas ao mercado de caminhões, peças e serviços em geral, dentre outras atividades ao longo de todo o evento realizado anualmente durante as festividades em homenagem à Santo Antônio. Conta-se que, ao colocar 30 moradores em cada caminhão, é possível carregar toda a cidade na boleia, como afirma Santos (2014):

Vários são os termos ligados à Itabaiana. Capital nacional do caminhão – por meio da lei nº 13.044/14 – é uma das maiores expressividades ligadas ao município, que possui a maior frota proporcional de caminhões emplacados num município brasileiro, pouco mais de cinco mil ou um caminhão para cada grupo de trinta habitantes. Possuindo dessa forma a segunda maior arrecadação de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos

Automotores) do estado, segundo dados do Detran-SE, ficando atrás apenas da capital, Aracaju (SANTOS, 2014. p. 18-19).



Figura 31. Alvorada festiva – Mega carreta – Realizada durante a Festa dos Caminhoneiros em Itabaiana-SE.

Foto: FanF1

Fonte: disponível em <<http://fanf1.com.br/prefeitura-de-itabaiana-lanca-programacao-da-53a-feira-do-caminhao/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

No ano de 2018, a cidade de Itabaiana foi homenageada em uma de suas alas pela Escola de Samba Rosas de Ouro, da cidade de São Paulo, conforme notícia publicada no site Infonet (Figura 32), dando a cidade destaque nacional.



Figura 32. Escola Rosas de Ouro homenageia Itabaiana no carnaval de São Paulo em 2018.

Foto: Liga SP

Fonte: disponível em: <<https://infonet.com.br/uncategorized/itabaiana-e-homenageada-por-escola-de-samba-de-sao-paulo/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

Com essa notoriedade a cidade se amplia na comercialização de produtos para o suprir o mercado de serviços relativos aos caminhões, com instalações de empresas comerciais, oficinas e outros. Mas, que geram impactos ambientais em decorrência do acúmulo de resíduos (pneus, óleo, filtros e peças) e que no caso dos pneus descartados aleatoriamente e/ou queimados sem o devido cuidado como dispõe a Resolução nº 416 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (BRASIL, 2013). Leite esclarece que:

O descarte inadequado de pneus pode ocasionar problemas para o ambiente e para a saúde humana, pois os pneus usados ou inservíveis, quando descartados em pilhas ou em locais não adequados, tornam-se ideais criadouros de insetos, diversos vetores de transmissão de doenças, entre eles o *Aedes Aegypti*, mosquito transmissor da dengue. Além disso, oferecem risco de incêndio por queimar com facilidade, produzindo fumaça negra, altamente poluidora, podendo ainda causar contaminação de corpos d'água

superficiais ou de aquíferos subterrâneos, tornando a água imprópria para o consumo (LEITE, 2017, p. 3).

Desse modo, a cidade cresce com as instalações de empreendimentos, mas que devem ser re-organizadas em conformidade com as exigências legais e as determinações de legislações específicas. No caso, as regulamentadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Sobre a produção hortifrutigranjeira, cultivada ou somente distribuída de Itabaiana, as pessoas da cidade começaram a se apropriar de alguns desses elementos e transformá-los em comidas tradicionais da cidade e que são conhecidos pelos visitantes, a saber: requeijão, tapiocas, pé-de-moleque, bejú, bolachão e outros da culinária local. Ainda hoje as tradições gastronômicas da cidade são mantidas e comercializadas nas feiras livres do município.

Os processos são quase sempre familiares e remetidos às tradições de produção manual, pois, segundo Rezende e Menezes (2013) em relação à utilização da mandioca como matéria prima para a produção de beijos, mingaus e pés-de- moleque destaca que:

As etapas de elaboração das iguarias por produtores que residem na zona urbana diferem das seguidas pelos camponeses que residem na zona rural por aqueles não realizarem todo processo, uma vez que adquirem a matéria-prima (a tapioca e/ou massa puba) no ponto de preparo dos derivados da mandioca. Quanto à sequência das etapas, entretanto, o modo de preparo é semelhante.

A mão-de-obra utilizada na elaboração dos derivados é estritamente familiar. Observamos a inserção de filhos e filhas, sobrinhos, noras, netos, no processo de produção. Identificamos a separação das funções, que é feita de acordo com o sexo e faixa etária (REZENDE; MENEZES, 2013, p. 292).

As tradições são levadas, mais uma vez, em cunho familiar. Há na praça Etelvino Mendonça, no centro da cidade, um espaço dedicado à produção e comercialização dessas comidas típicas de Itabaiana. É uma construção rudimentar de pau-a-pique²⁰ que foi

²⁰ A taipa de mão, também conhecida como Pau a pique, é uma técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um painel perfurado que, após preenchido com barro, transforma-se em uma parede (Zorowich, s/a).

construída com a finalidade de, além da produção e comercialização, divulgação das iguarias gastronômicas típicas da cidade, ilustrada na Figura 33.

Esse processo de comercialização se amplia com as demandas da produção de farinha que por sua vez acarretam impacto ambiental quando do descarte da manipueira. Segundo Machado, a falta de cuidado com o descarte causam problemas graves de poluição que “[...] precisam de desenvolvimento de tecnologias ‘limpas’ a fim de promover uma atividade econômica que contribua para fixar o homem na terra, evitando o êxodo rural, preservando a cultura e o meio ambiente” (2010, p. 49). Já, Marcon et al (2007) adverte que os despejos indevidos dos subprodutos da mandioca causam contaminação do solo, água subterrânea e superficial, uma vez que se constituem de alto índice de matéria orgânica que aumenta a Demanda Química de Oxigênio (DQO) e da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) no espaço geográfico²¹.



Figura 33. Ponto comercial tradicional na cidade de Itabaiana-SE onde se produz e comercializa iguarias gastronômicas locais.

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

²¹ Machado (2010) em estudos sobre o potencial das biomassas como fonte alternativas de geração de energia com base na cultura da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e o seu resíduo – a manipueira em Casas de Farinha no município de Campo do Brito/SE apresenta como resultado a viabilidade da “[...] implantação de uma microdestilarias nesta localidade estaria contribuindo para a preservação ambiental através do manejo da manipueira, como também agregando valor à atividade de produção da farinha, que sempre esteve associada a comunidades do campo de baixa renda. [...] a disponibilidade de manipueira a obtenção do etanol durante todo o ano” (2010, p. 48).

Rezende e Menezes (2013) explicam acerca do funcionamento da casa de farinha como local de destaque das tradições locais no uso e consumo da mandioca e seus derivados:

Esse ambiente foi criado pela Prefeitura Municipal, com o intuito de divulgar aos visitantes a tradição local da elaboração e do consumo dos derivados de mandioca. A organização desse lugar é dividida, há mais de 10 anos, por duas famílias. A cada semana, um grupo assume o controle do espaço, que funciona todos os dias, inclusive aos domingos. Eles elaboram as iguarias diante do consumidor, o que transformou esse lugar num atrativo turístico para a população local e visitante” (REZENDE; MENEZES, 2013, p. 298).

O cordelista Carlos Mendonça publicou em 2010 em forma de versos um pouco de tudo que é produzido e comercializado na cidade, em especial na tradicional feira:

NA FEIRA DE ITABAIANA TEM?

Na feira de Itabaiana
 Você fica apaixonado com o pirão de galinha
 Enrolado e malcasado
 Pé-de-moleque e pavê
 Três tipos de manauê
 Mocotó e milho assado.

Tem aratu torrado
 Cheirozin, cheirozin
 Tripa e couro de porco
 Com feijão misturadin
 Tamarindo e tangerina
 Pois segundo Lipordina
 Tudo na feira é assim.

[...]

Tem cachorro bom de faro
 Saracura e sabiá
 Quina-quina e azulão
 Barriga-verde e guará
 Tem o rabo de raposa
 Avó dizendo que é moça
 E véio querendo casar.

Caderno, caneta e lápis
 Verniz, tinta e pincel
 Bordado e forrobodó
 Pimenta do reino e mel
 Abano, chave e alicate

Espinafre e chá de malte
E literatura de cordel.

Prá tudo quanto é buraco
Tem quem você procurou
Você chama ele atende
Seja lá aonde for
Vai correndo sem demora
Resolve o caso na hora
É o desentupidor.

Nossa feira é tradição
Dessa gente hospitaleira
É Itabaiana Grande
Culturalmente festeira
Eu desconheço o lugar
Que se possa comparar
Com a nossa grande feira
(MENDONÇA, 2010).

É nesse entrelaço que persiste a uma história quase não escrita de sua cultura que a cidade de Itabaiana (sobre)vive a partir de todos os contextos culturais existentes. Uma cidade de destaque para o estado e para o nordeste, possui em sua população fortes traços de pertencimento ao seu local. Assim, como nas estrofes do cordelista Carlos Mendonça, a cultura de Itabaiana de tudo tem um pouco e assim vai seguindo enquanto as gerações familiares desse povo orgulhoso da cidade onde vive continuar a espalhar.

As pluralidades dadas pelas sociedades são responsáveis pela identificação e pertencimento que um povo tem de seu lugar. Assim, o itabaianense é tido como uma população com identidades mais fortes em Sergipe e esse sentimento de orgulho e pertencimento é dado, principalmente, pelas possibilidades que a cidade oportuniza aos seus munícipes e pela qualidade de vida. Santos adverte que “[...] em virtude da singularidade na construção da identidade territorial de Itabaiana, pode-se dizer que na estrutura espacial de tal município existem recortes territoriais distintos, porém complementares” (2009. p. 166) e que se pode considerar como uma identidade diretamente remetida ao seu lugar, seja no contexto urbano ou rural de Itabaiana.

Além disso, em sua formação cultural, mesmo que pouco registrada e explorada em escritos, o itabaianense coloca-se como principal ator de sua própria história, tornando Itabaiana diferenciada em relação às demais cidades do estado. A feira, importante símbolo de Itabaiana, é um espaço aberto à sociabilização entre seus moradores, pois, como afirmam

Souza e Silva “[...] a feira é um teatro de sobrevivência, de construção da identidade, mas também de realizações” (2009. p.73) e, ainda:

A feira deixa registrada marcas passadas e atuais, uma confluência de atitudes, pensamentos, construção de histórias, de individualidade e coletividade. É no espaço da feira, na interação entre os grupos que as pessoas, por meio da força de trabalho, constroem sua identidade social: feirante (SOUZA; SILVA, 2009. p. 74).

É no trabalho, enquanto virtude, que o itabaianense se vê pertencente ao seu lugar, é ali que se forma sua identidade perante a tantas outras milhares de cidades existentes, isso os tornam únicos, ao menos em sua concepção de Itabaiana enquanto seu lugar. É disso que se valem, não permitem que falem mal de seu lugar, são eles os únicos com o direito de fazer isso, para os demais cabe a disseminação de elogios, de orgulho de serem itabaianenses.

A feira de Itabaiana é outro ponto a ser considerado para a economia local. Tradicional, existente há mais de um século, é nela que o processo identitário do itabaianense toma forma, juntamente ao amplo centro comercial. Para Firmino (2016):

É na feira, em meio a uma multidão de pessoas, bancas, carroceiros e produtos, que se encontra uma multiplicidade de serviços – desde serviços de alimentação até o de transporte, desde os moto-táxis aos carroceiros – e o surgimento do pequeno comércio, de caráter muitas vezes local e familiar (FIRMINO, 2016. p. 161).

A feira é um segmento importante na consolidação da centralidade, em virtude do fluxo permanente dos sujeitos que comercializam e revigoram o consumo de produtos locais. Inicialmente, a feira acontecia somente aos sábados, conforme afirmam Carvalho e Costa (2009):

Até então a feira de Itabaiana era realizada semanalmente aos sábados na Praça Fausto Cardoso. Na década de 1920, o comércio e a feira passariam para o Largo Santo Antônio. Nesta área começaria também a organizar um sólido comércio, no segmento dos chamados “secos e molhados (CARVALHO; COSTA, 2009, p. 4).

Posteriormente, para atender as demandas da população itabaianense, a feira passa também a ocorrer nas quartas-feiras, como explicitam Carvalho e Costa (2009):

Em meados de 1950, a cidade tomaria um aspecto urbano mais consolidado, sendo administrada inicialmente por Euclides Paes Mendonça, que constrói e amplia o número de ruas. Este governante implanta em Itabaiana, armazéns atacadistas, revendedoras de veículos da Volkswagen e da Chevrolet, constrói postos de gasolina, além de agregar a revenda de peças e acessórios, como também institui a feira no dia de quarta, visando suprir a fragilidade da comercialização de produtos de primeira necessidade durante a semana (CARVALHO; COSTA, 2009, p. 4).

A Feira de Itabaiana caminhou junto ao crescimento da cidade, foi nela em que se comercializava a produção agrícola local e, a partir disso, a cidade começava a tomar forma na primeira metade do século XX, como podemos visualizar na Figura 34.



Figura 34. Mercado Municipal, na Praça da Feira, hoje Largo Santo Antônio na primeira década do século XX.

Foto: Miguel Teixeira da Cunha
Fonte: CARVALHO; SANTOS, 2013.

A passos curtos a cidade crescia, enquanto a feira tornava-se símbolo ao itabaianense, sinônimo de orgulho de um povo já tomado pelo pertencimento ao seu lugar. Teixeira também ressalta “[...] a feira como a maior expressão comercial da cidade, e o registro de sua existência data de 1863, quando o Governo da Província de Sergipe fez referência a uma feira livre em frente à Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas da Vila de Itabaiana” (2017, p. 50). Mendonça (2011) narra a Feira de Itabaiana em sepiúhas de cordel e relata que:

Prá nossa feira alcançar
 Sucesso nacional
 Passou por dificuldades
 Transformação afinal
 Sinônimo de economia
 Vou mostrar com alegria
 O seu valor principal

No início não tinha bancas
 Vendiam tudo no chão
 Chegava em carros de boi
 De burro puxado a mão
 De cangaia e caçua
 Era a feira do lugar
 A melhor da Região
 (MENDONÇA, 2011, p. 6).

A feira, símbolo cultural de Itabaiana, progrediu junto ao desenvolvimento da cidade e/ou foi um dos fatores para que esse desenvolvimento fosse possível. Era nela em que a produção agrícola era comercializada e assim dando possibilidades aos agricultores para que suas condições de vida melhorassem. E, assim, como canta em versos, Mendonça (2011):

Itabaiana cresceu
 A feira se transformou
 Coberta ou a céu aberto
 Por reformas ela passou
 Uns comprando, outros vendendo
 E o comércio crescendo
 Garante o consumidor
 (MENDONÇA, 2011, p. 6).

A feira de Itabaiana em sua origem concentrou-se nas proximidades da Igreja Matriz e da Praça Fausto Cardoso. Carvalho destacando a importância desse aglomerado que se formou, tornando-se um centro comercial importante para a cidade e o seu entorno, descreve que “[...] em função dessa dinâmica, esse pequeno aglomerado formaria um centro polarizador, tendo a feira como a sua maior centralidade, de alcance limitado, atraindo pessoas e mercadorias das áreas mais próximas” (2009, p. 3).

Hoje, a feira possui padronização, higienização, tamanho e setorização diferente de décadas atrás, conforme representado na Figura 35.

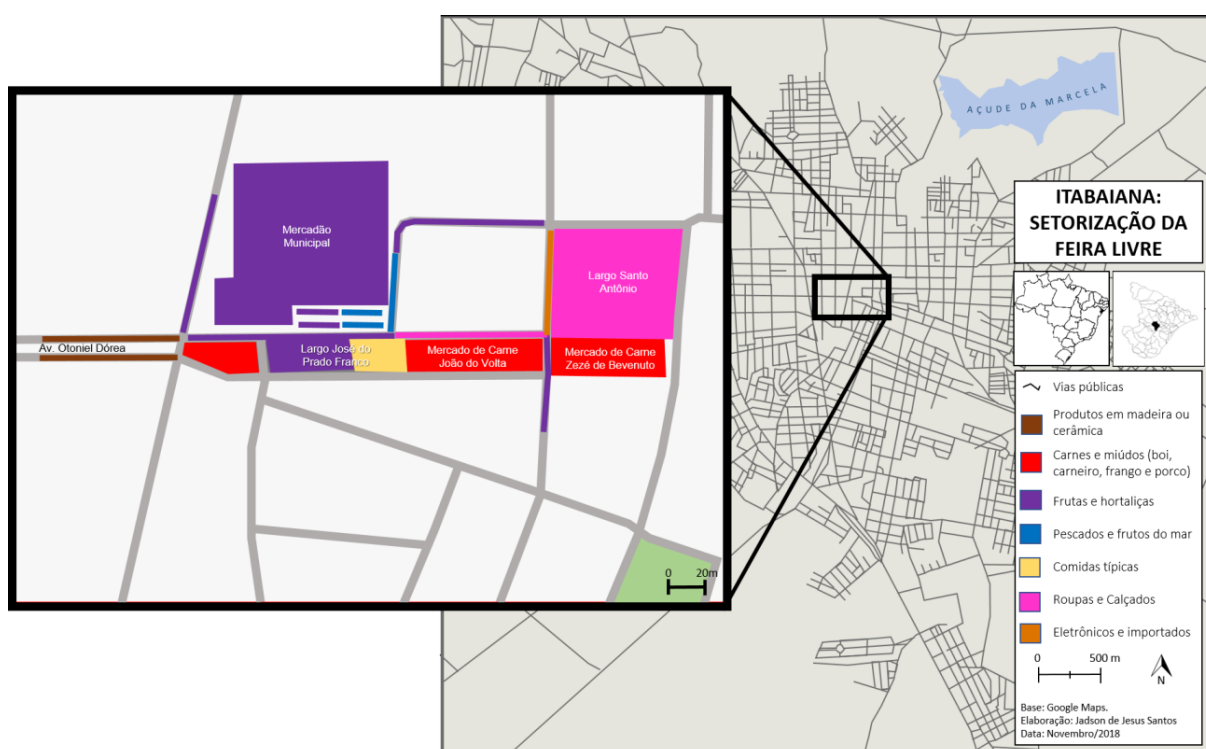


Figura 35. **Itabaiana: setorização da feira livre.**

Fonte: Pesquisa de Campo

A feira de Itabaiana dispõe de setores delimitados de modo geral da seguinte forma: produtos em madeira ou cerâmica, carnes e miúdos, frutas e hortaliças, pescados e frutos do mar, comidas típicas, roupas e calçados, e por fim e mais recente, eletrônicos e importados, ilustrado na Figura 36. Conforme mostram os versos de Vladimir Carvalho, na feira de Itabaiana de tudo tem. É possível encontrar mercadorias das mais diversas necessidades para o homem do campo ou da cidade.



Figura 36. **Setor de eletrônicos na Feira de Itabaiana, na rua São Paulo.**

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

É possível observar na feira de Itabaiana que existem alguns perfis de transeuntes. Aqueles que visitam a feira semanalmente para adquirir produtos de necessidades básicas para abastecer as suas residências com produtos de origem animal e/ou vegetal, bem como adquirir produtos em geral considerados essenciais, como: roupas, calçados, objetos decorativos, utensílio para o lar etc, conforme podemos visualizar nas Figuras 37, 38, 39, 40, 41 e 42.

Setor referente ao vestuário:



Figura 37. **Setor de roupas e calçados da Feira de Itabaiana.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

Setor de utensílios para o lar, objetos de uso cotidiano, em geral de material plástico:



Figura 38. **Setor de utensílios para o lar na Feira de Itabaiana.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

Conhecido, popularmente como “Feira das Panelas”, este setor concentra a comercialização de panelas de material metálico:



Figura 39. Setor de panelas da Feira de Itabaiana.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

Setor de utensílios para o lar, em geral, de madeira e palha:



Figura 40. Setor utensílios de palha e madeira na Feira de Itabaiana.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

Setor que concentra a comercialização de objetos de madeira (camas, mesas, bancos, entre outros):



Figura 41. Setor de móveis de madeira da Feira de Itabaiana.

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

Setor de comercialização de objetos de cerâmica (potes, moringas, cofres, filtros, panelas, entre outros artefatos da mesma matéria-prima):



Figura 42. Setor de artefatos de cerâmica na Feira de Itabaiana.

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

A feira foi também importante para a formação sociocultural do itabaianense, com o aumento da fama e de sua importância, além da centralização da cidade ante ao estado de Sergipe. Isso possibilitou para que Itabaiana se tornasse um importante polo de escoamento, hoje, não somente da produção do município, como também da produção de parte do estado de Sergipe e de municípios baianos e alagoanos limítrofes com Sergipe. Diz-se hoje que na feira de Itabaiana tudo pode-se encontrar e ainda, Mendonça (2011) continua a versar que na Feira de Itabaiana:

Tem parafuso e marmelo
Velande e cipó caboco
Umburana e canudinho
E o santo de pau oco
Tem carqueija e mulungu
Até xixi de tatu
Prá quem tá ficando louco

Em nossa feira tem de tudo
Aqui nada há de faltar
Tem remédio e tem doutor
Prá doente se curar
Quem visitar essa feira
Já retorna na carreira
E depois torna a voltar
(MENDONÇA, 2011, p. 12-13).

A abundância da produção agrícola comercializada na feira de Itabaiana, ilustrada na Figura 43, possibilitou, também, o desenvolvimento de outra importante atividade econômica para a cidade: o transporte por meio de caminhões. Foi a partir da necessidade desse meio de transporte que trouxe à cidade oportunidade à inserção dessa atividade econômica como opção de carreira.

Dantas descreve que “[...] esse papel de grande produtor de alimentos não deixa de estar associado ao aspecto distributivo de sua propriedade” (1987, p. 47), a qual a divisão do município constitui-se em minifúndios, em que a maior parte são de produção familiar e, juntamente a isso:

Situando-se como centro entre a capital litorânea e o sertão, Itabaiana, além de ir-se impondo com uma feira cada vez mais crescente passou a significar também, em considerável núcleo comercial. Suas casas comerciais atendem tanto aos pequenos produtores rurais locais como as populações dos

municípios circunvizinhos e do sertão mais longínquo (DANTAS, 1987, p. 50).



Figura 43. Setor de Hortifrutis da Feira de Itabaiana, na rua Benjamin Constant.

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.

Carvalho e Costa destacam que “[...] o crescimento da comercialização agrícola nessa cidade tem fortalecido o comércio varejista informal e subsidiado a proliferação de extensas redes de distribuição de hortifrutigranjeiros e contribuído para melhorar a estruturação do espaço urbano” (2013, s/p). Fazendo uma analogia ao padrão de colonização tendo como referência a esfera nacional, nota-se que Itabaiana seguiu um modelo semelhante ao restante do país, pois além do seu potencial para a produção de hortifrutigranjeiros, tem-se uma aproximação forte com a pecuária. Brandão ressalta que:

A pecuária desempenhou papel fundamental na extensividade e pulverização da acumulação de capitais mercantis interiorizados, na cristalização e preservação de grandes latifúndios, na ocupação dos sertões e na fixação de contingentes populacionais marginalizados, seja pelas atividades agrícolas exportadoras, seja pelos núcleos de subsistência em crise (BRANDÃO, 2007, p. 95).

A criação de gado esteve ligada ao povoamento e assentamento das pessoas em variadas localidades do território brasileiro. Firmino (2015) descreve a relação econômica sergipana, citando o caso de Itabaiana, à criação de gado e destaca que:

A história econômica de Itabaiana data quase que concomitantemente com o nascimento de Sergipe, meados dos anos de 1599 e 1600. Logo após a conquista do atual estado sergipano e a distribuição de suas sesmarias, a criação de gado vem marcar um primeiro momento de sua vida econômica. Era, portanto, um enorme ‘curral de gado’, tanto que esse momento foi marcado pelo ciclo econômico de Sergipe conhecido como Ciclo do Gado, tendo na cidade de Itabaiana uma área propícia para sua criação (FIRMINO, 2016, p. 121).

A criação desses animais e a comercialização de sua carne é muito intensa na cidade de Itabaiana, seja no comércio em açougues, na feira livre ou nos mercados de carne, ilustrados nas Figuras 44 e 45.



Figura 44. Mercado Municipal Zezé de Benevuto.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Menezes (1998) ressalta que:

O processo de colonização do Estado de Sergipe não foge às regras da dinâmica nacional, sendo inicialmente voltada para a criação de gado com vistas ao abastecimento de carne e depois com o ciclo da cana-de-açúcar. Com o declínio da cultura canavieira a pecuária extensiva assume a dianteira e se encarrega de ocupar o Agreste e posteriormente o Sertão (MENEZES, 1998, p. 309).

Um dos setores da feira livre normalmente ocorre no espaço em frente ao Mercado Municipal Zezé de Benevuto, porém, em dias em que não há feira o local serve de estacionamento para os veículos que vão para o centro da cidade. No Mercado de Carne João do Volta encontram-se comerciantes com produtos expostos sem refrigeração. Esta situação ocorre comumente na Feira de Itabaiana.

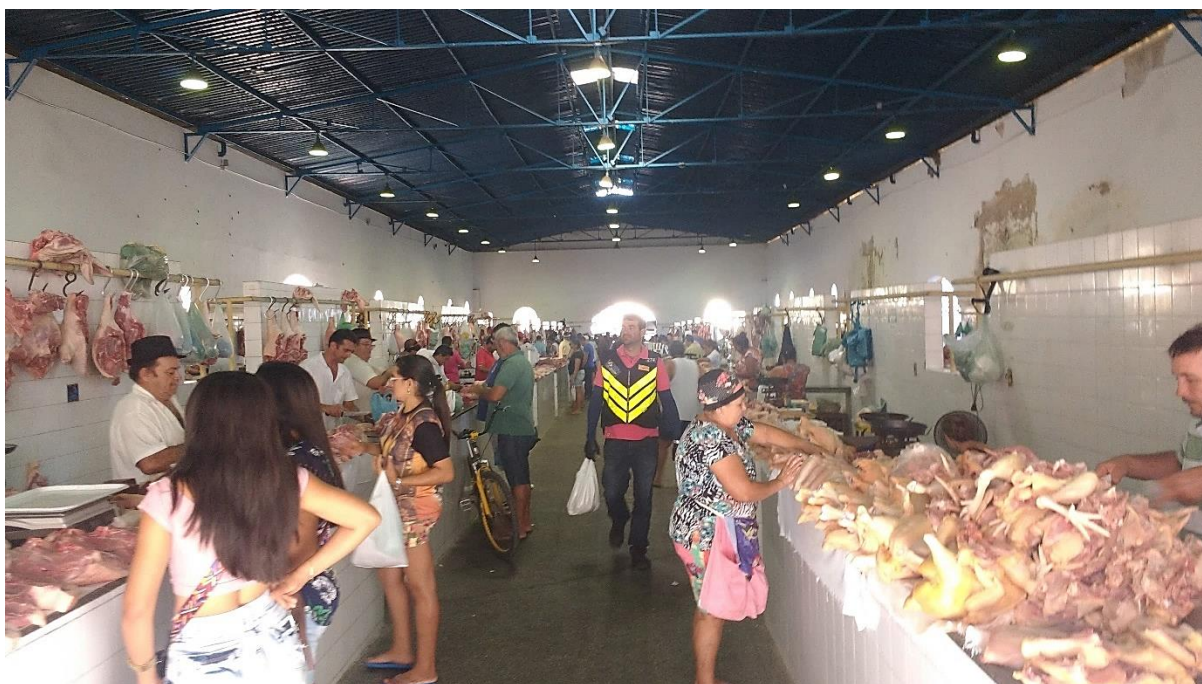


Figura 45. **Interior do Mercado de Carne João do Volta, Itabaiana-SE.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.

Segundo Decreto Nº 109/2017 que regulamenta o Art. 3º da Lei 1.606/2013 e dispõe sobre a Permissão de Uso para exploração a título oneroso, e sobre as normas para o funcionamento de bancas de feira instaladas na Feira Livre do Município de Itabaiana, em seu

Art. 7º “[...] O comércio de carnes, pescados e aves e derivados deverá obedecer às normas sanitárias em vigor e será exercido em locais especialmente destinados para essa finalidade, podendo ser utilizados veículos especiais dotados de sistema de refrigeração”.

No entanto, nota-se que não há esses equipamentos de refrigeração no local de comercialização das carnes, pescados e aves, sendo essa fiscalização de responsabilidade da Secretaria de Saúde municipal, a qual é responsável pela vigilância sanitária do município.

Na primeira semana de 2019, houve uma audiência pública sobre a padronização da feira realizada no auditório da Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana, conforme mostra notícia publicada no site Itnet (Figura 46). Na ocasião a gestão municipal reuniu feirantes e membros da sociedade civil para explanar acerca do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) emitido pelo Ministério Público (MP) determinando prazos para readequação da padronização das barracas dos feirantes.



The screenshot shows a news article on the Itnet website. The header includes the Itnet logo, a search bar, and social media icons. The main headline is "Comerciantes de Itabaiana participam de audiência pública sobre padronização de feira livre". Below the headline is a sub-headline: "A audiência pública, atende a determinação do Ministério Público através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)." and the author "por Redação do Portal Itnet". The article text states: "Com o objetivo de buscar melhores adequações para feirantes e comerciantes que frequentam o espaço onde está localizada a feira de Itabaiana, foi realizada na manhã da quarta-feira, 03, uma audiência pública para informar e esclarecer a população, as ações e benefícios que as mudanças irão proporcionar em curto, médio e longo prazo." Below the text is a photo of a public hearing. The sidebar on the right includes social media icons, a date "04/01/2019 09:21h", and a section titled "Mais sobre Cidade" with a link to a live broadcast of a lottery.

Figura 46. Audiência pública sobre padronização da feira livre.

Foto: Ascom Itabaiana

Fonte: disponível em <<https://itnet.com.br/noticia/37597/comerciantes-de-itabaiana-participam-de-audiencia-publica-sobre-padronizacao-de-feira-livre>>, acesso em 05 de janeiro de 2019.

Na audiência pública os feirantes foram informados que as mudanças determinadas pelo TAC teriam início no dia 08 de janeiro, tendo seu prazo final para readequação o dia 19 de janeiro, pois só seriam permitidos de comercializar os seus produtos aqueles que estivessem dentro dos padrões exigidos pelo MP. Como já ressaltado, a feira livre de Itabaiana é uma centralidade importante para o município, tanto no aspecto econômico, social e cultural. E por que não ambiental, razão pela qual a cidade possui uma dinâmica comercial intensa, com fluxos de pessoas que alteram a organização do espaço ocasionando um aumento de resíduos sólidos na cidade proveniente dessas relações comerciais e outros decorrente da dinâmica socioambiental.

Podemos afirmar que Itabaiana possui duas centralidades econômicas de desenvolvimento: no meio rural, a produção agrícola, quase sempre familiar, conforme registrado na Figura 47, enquanto no meio urbano, o comércio e, ainda segundo Dantas (1987):

Um elemento que desempenha papel destacado nesse comércio é o caminhão. De um lado pelas transações comerciais que os inúmeros veículos ensejam. De outro lado, como meio de transporte para os agricultores que vendem diretamente suas mercadorias nas feiras, evitando o atravessador (DANTAS, 1987, p. 50-51).



Figura 47. **Agricultura familiar praticada em Itabaiana-SE.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Assim, Itabaiana constitui sua economia voltada às vertentes: comércio, agricultura e transporte. Essas vertentes econômicas trouxeram, também, fama ao itabaianense de povo trabalhador e empreendedor, Mendonça (2016) versa sobre o povo itabaianense:

Eita Itabaiana velha
De gente trabalhadeira
Que acorda de madrugada
Seja ou não dia de feira
Um povo que dorme tarde
Tipo de sociedade
Que luta a semana inteira

[...]

Fosse de noite ou de dia
O povo se acostumou
As futuras gerações
Essa tradição herdou
E foi daí por diante
Que esse povo confiante
Trabalhar nunca parou
(MENDONÇA, 2016, p. 17)

Nos versos de Carlos Mendonça podemos ver que a relação do itabaianense com o campo sempre esteve interligada. Essa vivência com o campo ocorre sobretudo das relações familiares desenvolvendo o cultivo de produtos, em que estes serão comercializados na feira. A agricultura familiar, no entanto, sofre com uma desigualdade quando comparamos a agricultura executada nas grandes propriedades. Essas diferenças refletem em diversos aspectos, conforme destaca Diniz (1998):

o rótulo ‘agricultura familiar’ esconde uma profunda desigualdade, que é reflexo de diferenças de áreas, de ocupação da Terra, de técnicas e de orientação da agricultura, da composição e do número de membros da família e de estratégias de reprodução, níveis de eficiência e produtividade. E a diferenciação estrutural se reflete no espaço, constituindo áreas com predominância de certos tipos de agricultores familiares (DINIZ, 1998, p. 277).

No contexto da agricultura familiar, mais comumente executada em Itabaiana, existem esses desafios que fazem com que os produtores locais busquem alternativas para superar as desigualdades enfrentadas. Para tanto, o produtor familiar local diversifica a sua produção a fim de ter mais chances de negociar o preço do seu produto, além disso existe o fator subsistência, pois na agricultura familiar parte de sua produção também serve para satisfazer as necessidades da família, conforme Diniz afirma: “[...] a produção familiar de produtos vegetais é muito variada, não só para atender às necessidades de autoconsumo como para maior garantia de preços no mercado” (1998, p. 285).

Apesar de haver essa diversificação, existem aqueles produtos básicos que a agricultura familiar geralmente lida. No caso sergipano alguns desses produtos são destacados por Diniz: “[...] na produção agrícola familiar de Sergipe há um trinômio básico, que sempre aparece na maior parte das unidades produtoras: mandioca, milho e feijão. Outro conjunto bastante frequente é o das frutas, sobretudo banana, jaca, manga e goiaba” (1998, p. 286). Estes constituem a base da agricultura familiar itabaianense, além de contar com a produção de hortaliças que em grande parte são revendidas por meio de atravessadores para os supermercados.

Toda a produção hortifrutigranjeira deve ser tratada em conformidade com as determinações legais quanto ao uso de pesticidas, fertilizantes apropriados ao solo em relação aos produtos de cultivo no campo, de modo que gere menos impactos ambientais, mitigando práticas que sejam agressivas ao meio ambiente e a saúde pública.

Figura 48. Serra de Itabaiana. Foto: TripAdvisor



CAPÍTULO 4

O AMBIENTE EM DESTAQUE: VIVÊNCIAS E INFORMAÇÕES

CAPITULO 4 - O AMBIENTE EM DESTAQUE: VIVÊNCIAS E INFORMAÇÕES

Este capítulo aborda a cidade de Itabaiana, com base nas relações entre o meio ambiente urbano e o natural, com especial atenção ao crescimento urbano ocorrido pelas construções de espaços de lazer e moradias que impactaram no contexto social e as desarmonias geradas pela reação da população quanto sua interação homem - natureza.

1. O Parque Nacional Serra de Itabaiana

Criado por meio do Decreto s/n de 15 de junho de 2005, o Parque Nacional Serra de Itabaiana está localizado há 45 km a noroeste de Aracaju. Ele é composto pelas serras do Cajueiro, Comprida e Itabaiana, abrangendo uma área de 8.024,79 hectares de proteção integral inseridos nos municípios de Areia Branca/SE, Campo do Brito/SE, Itaporanga d'Ajuda/SE, Laranjeiras/SE e Itabaiana/SE, segundo dados do ICMBio e ilustrado na Figura 49.

Segundo o ICMBio (2016):

O processo de Criação do Parque Nacional (PN) é longo, tendo começado por volta de 1978, quando se iniciou a tentativa de se criar uma Estação Ecológica (EE) na região da Serra de Itabaiana. O processo nº 02001.001785/90-47, que se refere à Estação, apresenta documentos que remontam a esse ano, onde o então Governo do Estado de Sergipe, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CONDESE), apresentava uma proposta para a criação de uma EE, que contia [sic] estudos indicando que a área em questão apresentava baixa aptidão agrícola ou outros usos econômicos e era de interesse para conservação dado às suas características singulares quanto aos ecossistemas locais e brasileiros. O mesmo estudo afirmava que as áreas alteradas tinham possibilidade de regeneração e ainda era reconhecidamente uma área de convergência de interesses científicos na região. Essa proposta previa que a UC abrangeria uma área de 4.389,76 hectares (ha) (ICMBio, 2016, p. 7).

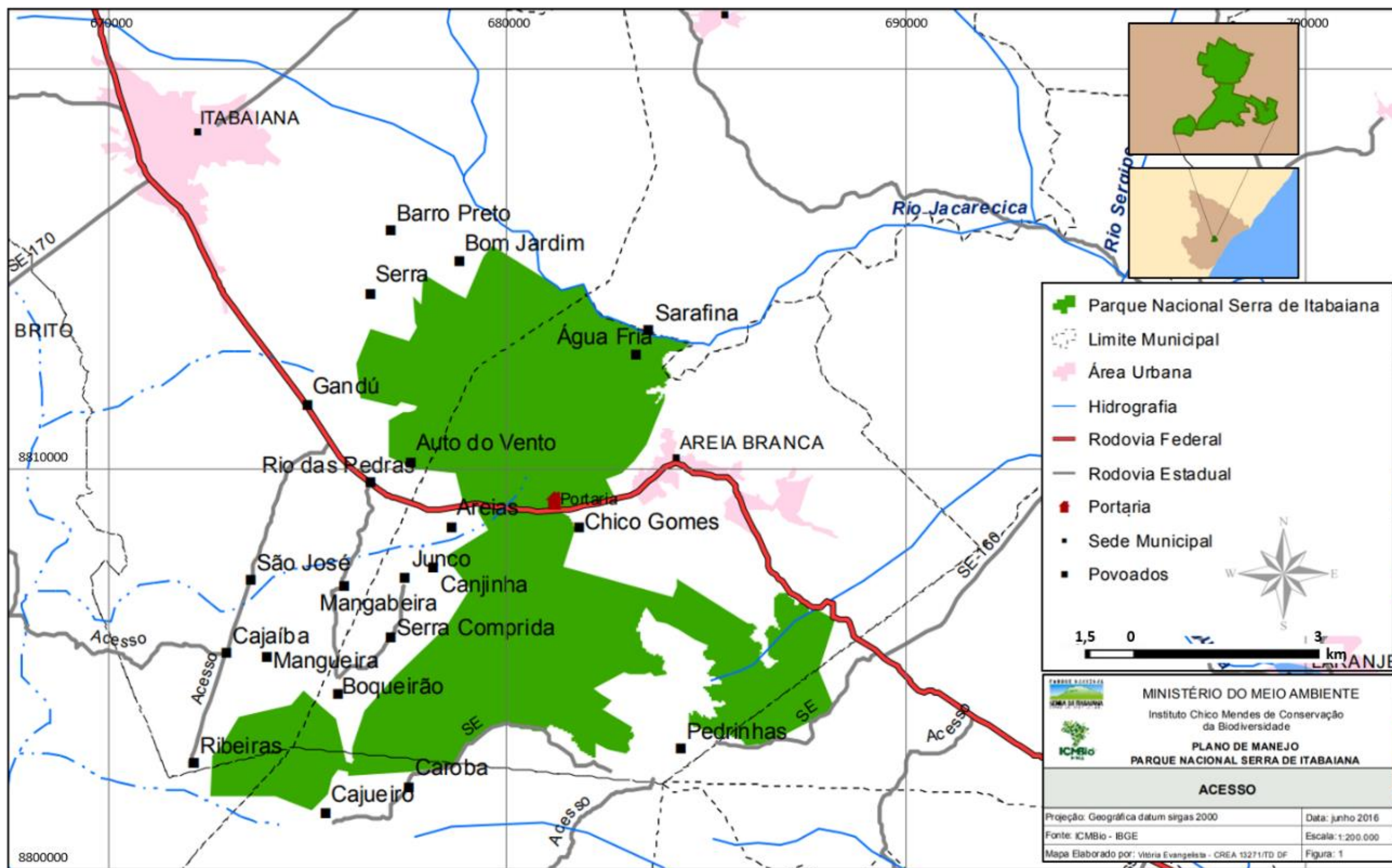


Figura 49. Área do Parque Nacional Serra de Itabaiana.
Fonte: ICMBio, 2016, p. 6. (Adaptado pelo autor)

A área tornou-se Estação Ecológica, no entanto houveram tentativas de diminuição da mesma e, portanto, como relatado no Plano de Manejo do Parque:

Em 1990, houve uma indicação documentada de que havia impedimento legal para isso, pois a Lei 6.902/1981, dizia que Estações Ecológicas só poderiam ser decretadas em terras de domínio público e que os trabalhos deveriam ser no sentido de se continuar a adquirir as terras (ICMBio, 2016, p. 7).

Houveram outras tentativas para que a preservação/conservação da área fosse assegurada. Em 1989 a Constituição do Estado de Sergipe, no artigo 233, considerava que a área da Serra de Itabaiana estaria sob proteção permanente. Morales (2011) traz em seu estudo um enfoque jornalístico acerca das primeiras discussões sobre a criação do PARNA Serra de Itabaiana destacando que:

em acervos jornalísticos foi possível observar que as discussões sobre a implantação de um Parque Nacional no município de Itabaiana somente ganhou notoriedade dos dois jornais locais de Aracaju, Correio de Sergipe e Jornal da Cidade, no ano de 2004, não tendo nenhum registro de matérias jornalísticas em 2003. Assim o ano de 2004 foi marcado por discussões sobre o interesse em implantar novas Unidades de Conservação em Sergipe, focando a mudança de categoria de Estação Ecológica Serra de Itabaiana para outra que promovesse o aproveitamento turístico na região (MORALES, 2011, p. 59).

Morales prossegue afirmando que “[...] nota-se durante a análise dos jornais pesquisados que a comunidade não teve nenhuma força no processo decisório da escolha da categoria para Parque Nacional” (2011, p. 61), portanto, a decisão já havia sido tomada.

O Decreto de criação descreve que o objetivo básico da criação do PARNA Serra de Itabaiana (Figura 50) é a preservação de “[...] ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico”.



Figura 50. **Entrada principal do Parque Nacional Serra de Itabaiana.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 12 de agosto de 2017.

Por estar em uma posição quase central no Estado de Sergipe, a Serra possui um clima de transição entre o litoral úmido e o sertão semiárido. O ICMBio insere o PARNA Serra de Itabaiana no bioma Mata Atlântica, possuindo a maior reserva deste no Estado de Sergipe. No entanto, a vegetação na Serra de Itabaiana é variada, constituída basicamente por quatro tipos fisionômicos: restingas, cerrado (com espécies arbustivas), campos rupestres e relíquias de Mata Atlântica, demonstrando a diversidade vegetal existente no agreste do Estado de Sergipe.

A respeito do uso público comercial dessas áreas, diversas unidades de conservação apresentam a exploração comercial do uso público por meio de guias, empresas de ecoturismo, pousadas e hotéis, lanchonetes e restaurantes. Costa ressalta que “[...] os parques

nacionais são mais frequentados pelos visitantes por apresentar diversidade de atrativos e ecossistemas naturais, sendo possível o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de forma a sensibilizar o visitante para as questões ambientais (2014a, p. 3934).

Porém, ações organizadas como essas, nesse nível de organização, ainda não são constatadas no PARNA Serra de Itabaiana, denotando por vezes uma falta de estrutura local no que concerne a utilização do parque e do seu potencial ambiental e turístico. Os usos comumente mais observados são grupos de trilheiros amadores aventurando-se na área do parque. Acerca de seu uso a partir da educação ambiental objetivando a sensibilização de ecoturistas, Santos e Silva (2014) descrevem que:

Seu uso de forma coerente e sustentável significa também o resgate dos valores essenciais da educação ambiental, aqui considerada como um processo transformador e consciente que vai interferir de forma direta na nossa qualidade de vida e, sobretudo, envolver os alunos, professores e as comunidades da região em futuros projetos e iniciativas ambientalmente sustentáveis que certamente poderão mudar para melhor a mentalidade de todos os envolvidos (SANTOS; SILVA, 2014, p. 128).

As normas que orientam a elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação brasileiras (IBAMA, 1997), tratam as atividades de recreação, educação ambiental e interpretação da natureza como subprogramas distintos, dentro dos programas de uso público definidos por planos de manejo das unidades e que sendo distintas essas definições e objetos de subprogramas, estas atividades estão bastante relacionadas e assumem grande importância no planejamento das áreas de visitação pública. Ferrari (2005) destaca que:

no caso de um parque, a exploração de recursos se limita à visitação pública e atividades de lazer não destrutivas. Apesar de bem-intencionado, é claro que a presença de visitantes leigos dentro de uma área protegida exige um cuidado enorme para evitar um conflito de interesses, e eventuais danos para o ecossistema, que podem ser irreparáveis. Obviamente, um plano de manejo adequado é fundamental (FERRARI, 2005, p. 121-122).

Na Figura 51 vê-se Serra de Itabaiana na década de 1910, sendo um dos registros mais antigos já publicados.



Figura 51. Serra de Itabaiana na década de 1910.

Foto: João Teixeira Lobo.

Fonte: CARVALHO; SANTOS, 2013.

O plano de manejo do parque demorou a ser elaborado, somente em 2016, por meio do processo ICMBio nº 02070.001471/2016-11 e portaria de aprovação nº 76 de 19 de julho de 2016 o qual determinou que “[...] A zona de amortecimento constante neste plano de manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico”. Acerca da importância do Plano de Manejo, Ferrari descreve que “[...] o plano de manejo de um parque visa garantir seu funcionamento no dia-a-dia, e ao mesmo tempo assegurar seu papel como unidade de conservação a longo prazo” (2005, p. 122).

O Conselho da Unidade de Conservação foi instituído em 1º de setembro de 2017 com caráter consultivo por meio da portaria de aprovação nº 566, o qual determina no Artigo 2º que o mesmo deve ser:

[...] composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:
I. ÓRGÃOS PÚBLICOS

- a) Órgãos Públicos ambientais dos três níveis da Federação; e
- b) Órgãos do Poder Público de áreas afins dos três níveis da Federação
- II. INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA
- III. USUÁRIOS DO TERRITÓRIO
 - a) Setor de turismo; e
 - b) Uso religioso.
- IV. COMUNIDADES DO ENTORNO
- V. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- VI. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Na Unidade de Conservação estão listadas nove espécies ameaçadas de extinção, elencadas no Quadro 1. Elas sofrem com a ação do homem no entorno, bem como na área do PARNA Serra de Itabaiana, pois a influência do ser humano na localidade é cada vez mais intensa, ocasionando impactos socioambientais, apesar dos esforços por meio do ICMBio no que concerne a proteção à essas espécies ameaçadas. O PARNA Serra de Itabaiana representa uma centralidade turística, além de representar uma fonte abundante de recursos naturais.

Categoria da ameaça	Classe	Espécie	Nome comum
Em perigo	Aves	<i>Pyriglena Atra</i>	Papa-taoca-da-Bahia
Em perigo	Aves	<i>Thaluranina Watertonii</i>	Beija-flor-das-costas-violeta
Em perigo	Mamíferos	<i>Sapajus Xanthostermos</i>	Macaco-prego-do-peito-amarelo
Em perigo	Répteis	<i>Ameivula Abaetensis</i>	Lagartinho-do-Abaeté
Vulnerável	Aves	<i>Penelope Jacucaca</i>	Jacucaca
Vulnerável	Aves	<i>Sporagra Yarellii</i>	Pintassilgo-do-nordeste
Vulnerável	Invertebrados terrestres	<i>Lachnomyrmex Nordestinus</i>	Formiga-trabalhadora-do-Brasil
Vulnerável	Mamíferos	<i>Natalus Macrourus</i>	Morcego-orelha-de-funil
Vulnerável	Répteis	<i>Tropidurus Hygomi</i>	Calango

Quadro 1. Espécies ameaçadas de extinção no PARNA Serra de Itabaiana

Fonte: ICMBio.

A Serra de Itabaiana possui uma diversidade faunística de vertebrados constituída principalmente por mamíferos de pequeno porte. No entanto, dentre as espécies listadas, o PARNA Serra de Itabaiana possui como espécie símbolo o Lagartinho-do-Abaeté (*Cnemidophorus abaetensis*), ilustrado na Figura 52, por este fazer da área do PARNA uma de suas principais moradas. A espécie é endêmica dos cordões litorâneos do norte da Bahia ao sul de Sergipe e foi descoberta em 2002 pelos biólogos Eduardo Dias, hoje docente da Universidade Federal de Sergipe, Frederico Rocha e Davor Vrcibradic, docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na APA das Lagoas e Dunas do Abaeté, segundo informa Rosário (2013).



Figura 52. **Lagartinho-do-Abaeté.**

Foto: Danilo Couto.

Fonte: Disponível em: <<https://goo.gl/ba7Yq1>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

Algumas áreas da Serra de Itabaiana apresentam influência humana que alteraram a fisionomia vegetal nativa. Localizam-se, em geral no sopé da Serra, apresentando plantações

de agricultura de subsistência. Pode-se destacar a relevante persistência de atividades socioeconômicas como as olarias (Figura 53), pedreiras e casas de farinha, que potencializam a pressão e degradação ao ecossistema local.



Figura 53. Olaria localizada no bairro Marianga.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Um dos fatores que colocam em risco essa diversidade da fauna e flora do PARNA Serra de Itabaiana é a ocorrência de incêndios. White realizou estudos acerca de incêndios florestais na área do parque e afirma que “[...] percebe-se, claramente, a maior incidência dos incêndios nos meses de verão (Dezembro, Janeiro, Fevereiro), em especial no último mês do verão, e uma menor ocorrência nos meses de Inverno (Junho, Julho e Agosto)” (2010, p. 106). Apesar de haver esta correlação climática com a incidência de incêndios, White (2010) conclui que:

As variáveis precipitação pluvial e quantidade de dias sem chuva tiveram uma correlação significativa com a quantidade de incêndios registrados no Parque Nacional Serra de Itabaiana, entretanto, percebe-se que os meses em que ocorreram uma menor quantidade de precipitação, ou que tiveram mais dias sem chuva, não são, necessariamente, os meses em que foram registrados uma maior quantidade de incêndios (WHITE, 2010, p. 107).

Contudo, o pesquisador conclui que apesar dos fatores climáticos, deve-se levar em consideração que a atividade antrópica é a principal responsável pela ocorrência dos incêndios no PARNA Serra de Itabaiana (WHITE, 2010). Teles, lembra que “[...] a fiscalização em regiões legalmente protegidas é deficitária e apresenta limitações com as populações do entorno travando assim um impasse entre lei e aplicabilidade para a conservação de bens naturais no país” (2012, p. 30).

É importante ressaltar que a interação do homem com a natureza modifica a dinâmica natural dos ecossistemas. O uso intensivo dos recursos pode desencadear a perda da biodiversidade, portanto é importante que haja em áreas protegidas e de visitação pública, como o PARNA Serra de Itabaiana, um monitoramento eficiente e a fiscalização dos usos dos recursos.

O referido parque abriga espécies da fauna e flora que compõem um rico endemismo de espécies. Configurando-se como uma área de transição com diferentes nichos ecológicos, os impactos da ação antrópica devem ser coibidos e mitigados, devido principalmente a fragilidade de algumas espécies já citadas anteriormente.

Para demonstrar parte dessas ações do homem na natureza, foi elaborado o Quadro 2 com informações acerca de alguns atores sociais envolvidos em atividades na área do PARNA Serra de Itabaiana, mostrando quais as principais atividades desenvolvidas e as possíveis problemáticas ocasionadas pelos consequentes impactos na área.

Atores Sociais	Atividades Desenvolvidas	Problemáticas e Impactos Consequentes
Empresas	Olarias	<ul style="list-style-type: none"> Retirada de argila e madeira, causando exposição e erosão do solo; Emissões de CO₂ ;
	Mineração (Pedreiras)	<ul style="list-style-type: none"> Retirada de calcário, basalto e granito causando exposição e erosão do solo; Explosões para mineração resultam em rachaduras nas habitações da população local;
Turistas e População Local	Trilhas Ecológicas	<ul style="list-style-type: none"> Falta de controle sobre as normas e restrições das visitas do Parque; Poluição por resíduos sólidos; Ocorrência de assaltos;
População Local	Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> Uso do solo;
	Casas de Farinha	<ul style="list-style-type: none"> Extração de madeira para lenha;
Parque dos Falcões	Conservação de aves	<ul style="list-style-type: none"> Propriedade privada;

Intenso
 Moderado
 Leve
 Muito leve / Neutro

Quadro 2. Detecção de conflitos na área do PARNA Serra de Itabaiana.

Fonte: organizado pelo autor.

Um dos instrumentos mais importantes da Administração Pública para prevenir danos ao meio ambiente é o licenciamento ambiental, obrigatório para que sejam desenvolvidas atividades econômicas que possam vir a causar significativo impacto ambiental.

Este importante instrumento é uma previsão constitucional (art. 225, §1º, IV), exige o estudo de impacto ambiental e seu relatório do meio ambiente (EIA/RIMA) como requisito para o licenciamento supracitado:

Art. 225, § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (BRASIL,1988)

Importante ressaltar, que quando a CF/88 versa também sobre a ordem econômica nacional, um dos pontos explicitados é a necessidade de se atrelar desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente (princípio do desenvolvimento sustentável):

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (BRASIL, 1988).

Outro ponto importante a ser colocado, é que, apesar do licenciamento ter se tornado previsão constitucional em 1988, desde 1981, com o advento da Lei 6938 (Política Nacional do Meio Ambiente), o licenciamento ambiental, o EIA/RIMA, já eram instrumentos previstos. Foi esta lei que também criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), formado por órgãos e entidades da União, estados, municípios e Distrito Federal, o qual tem a função de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, como parte dos deveres do Poder Público.

Toda legislação ambiental específica que tem como objetivo proteger o PARNA Serra de Itabaiana, deve amparar as decisões que visem a conservação do mesmo. O parque representa para o itabaianense a relação de aproximação do mesmo com a natureza e com todos os elementos que a compõe.

Neste sentido, a pressão humana sobre esses recursos, em vias de fato ocorrida atualmente pela forte expansão urbana da cidade e por atividades comerciais no seu entorno, exerce influência direta sobre os impactos socioambientais ocorridos na região.

2. O Parque dos Falcões

O Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico, Científico, Ambiental e Tecnológico, conhecido como Parque dos Falcões (Figura 54), é uma propriedade privada para conservação e recuperação de aves de rapina, cadastrada e regulamentada desde 2 de abril de 2004, sob CNPJ 06.180.843/0001-01. É uma das poucas instituições brasileiras que

possui certificado de Autorização de Empreendimentos Utilizadores de Fauna Silvestre, gerado pelo IBAMA para criação e recuperação de aves de rapina como: corujas, carcarás, gaviões e falcões, classificando o Instituto, a partir do Artigo 3º da Instrução Normativa nº 7, de 30 de abril de 2015 como:

II - centro de reabilitação da fauna silvestre nativa: empreendimento de pessoa jurídica de direito público ou privado, com finalidade de receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar espécimes da fauna silvestre nativa para fins de reintrodução no ambiente natural, sendo vedada a comercialização.



Figura 54. **Entrada do Parque dos Falcões.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.

Localizada no povoado Gandu II, município de Itabaiana, aos pés da Serra de Itabaiana e a cerca de 45km de Aracaju, o parque foi constituído a partir do trabalho desenvolvido por José Percílio e Alexandre Correia, segundo consta no site do Parque dos Falcões:

Alexandre tornou-se "cúmplice" de Percílio no ano de 1999, mas a história do Instituto começou ainda na infância do fundador. Aos 7 anos, Percílio

ganhou um ovo de Carcará (*Caracara plancus*) e depois de 28 dias sendo chocado por uma galinha, nasceu Tito, seu primeiro grande amigo. Hoje, Tito tem 27 anos e o Instituto cuida de mais de 300 aves, entre gaviões, falcões, corujas, socós-boi, pombos, etc (PARQUE DOS FALCÕES, 2019, s/p).

Diferentemente da prática da falcoaria²², o Parque dos Falcões treina suas aves a partir de vocalizações guturais²³, podendo ser possível haver um “diálogo” entre o homem e ave com o objetivo de:

Ensinar a população a ver as aves de rapina sem preconceito - menos como ‘assassinas sanguinárias’ e mais como predadoras com papel fundamental na cadeia alimentar - e utilizar as habilidades específicas de cada espécie para serviços práticos, como manter livres as proximidades de pistas de pouso para evitar acidentes com aviões e controlar o ataque de aves granívoras a lavouras (PARQUE DOS FALCÕES, 2019, s/p).

O trabalho desenvolvido no Parque possui reconhecimento de diversas áreas, inclusive pelo IBAMA, o qual possui parceria com o Parque dos Falcões em que “[...] técnicos do órgão enviam aves apreendidas e machucadas para o centro conservacionista, que se responsabiliza pelo processo de reabilitação” (PARQUE DOS FALCÕES, 2019, s/p).

Algumas aves do Parque são treinadas com a finalidade de controle de pragas com o objetivo de “[...] criar bruscas modificações na localidade habitada pelos animais, de modo que a torne menos agradável e mais insegura, eliminando aos poucos os indivíduos que constituem o problema, restabelecendo assim a interação entre o homem e o meio ambiente” (PARQUE DOS FALCÕES, 2019, s/p).

Além disso, há um trabalho ligado ao ecoturismo e educação ambiental a partir da abertura do parque para visitação de pessoas, em que há explanações presenciais e audiovisuais e, posteriormente, um passeio pelos viveiros de aves que, devido a deficiências física ou psicológicas ocasionados, principalmente pelo processo de contrabando que sofreram, não possuem mais condições de retornar à natureza e são mantidas no parque com a

²² Arte praticada, principalmente na Europa, para treinar falcões para a caça.

²³ Técnica vocal que utiliza a garganta para produzir som rouco, grave ou profundo, com o uso de técnica de respiração entre as pregas vocais e a laringe.

finalidade de poder ser desenvolvida práticas ligadas à educação ambiental para conservação/preservação dessas espécies, conforme ilustram as Figuras 55 e 56.



Figura 55. **Alexandre Correia (de camisa branca)** apresentando as aves nos viveiros do Parque dos Falcões.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.



Figura 56. **José Percílio (de camisa amarela)** orientando os visitantes no Parque dos Falcões.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.

assaltantes foi erguido nas proximidades da entrada do Parque dos Falcões, conforme ilustra a Figura 58.



Figura 58. **Monumento em homenagem ao urubu branco.**

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro.

Santos Junior (2014) entende a violência como:

Sendo uma forma de ação ou omissão que podem ser advindas do indivíduo ou grupo social, ou até mesmo de uma estrutura deficiente que não atende a função intrinsecamente imposta a ela, ou ainda quando essa estrutura, embora aparentemente atenda as funções necessárias ao seu funcionamento, não corresponde à relevância socioambiental prejudicando a coletividade, a economia, a política desenvolvimentista, e seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais (SANTOS JUNIOR, 2014, p. 43).

Essa violência sofrida pelos funcionários do Parque dos Falcões é fruto desse descaso frente as demandas mais urgentes da sociedade, é reflexo de anos de desatenção do poder público para com a população. Na ocasião da visita de campo, ocorrida em dezembro

do ano de 2018, notou-se a presença da Polícia Militar nas dependências do Parque, fazendo trajeto ostensivo de segurança ao local, conforme pode-se observar na Figura 59.



Figura 59. Visita ostensiva da polícia militar nas dependências do Parque dos Falcões.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.

A presença da Polícia Militar visa coibir a aproximação de meliantes, visto que já ocorreu situação que pôs em risco a vida dos funcionários do parque. As atividades desenvolvidas no Parque dos Falcões visam, além de proteger as aves de rapina, fomentar a educação ambiental. A população da cidade de Itabaiana-SE por si só já vive num contexto de envolvimento direto e indireto com as questões relacionadas à natureza em virtude da proximidade com a Serra de Itabaiana que é considerada o cartão postal da cidade e motivo de orgulho para os itabaianenses.

Contudo, o trabalho executado pelo Parque dos Falcões é de grande valia para promover esta interação entre seres humanos e natureza, no sentido de sensibilizar não só a população do entorno do parque como também os diversos turistas que chegam de diversos

estados do país como também visitantes de outros países, tendo assim um papel fundamental em contribuir com a mitigação dos impactos socioambientais ocasionados pelos seres humanos.

3. Ações e reações: a expansão urbana e o meio ambiente em foco na cidade de Itabaiana-SE.

A expansão imobiliária de Itabaiana nos últimos anos ocorreu por meio do investimento da incorporadora Ethos, pois, a mesma constrói diversos empreendimentos na cidade serrana, como a apresentação de projetos novos aos seus moradores, além dos que já foram concluídos e entregues à população pela demanda crescente. Com destaque, citamos abaixo os respectivos empreendimentos realizados na cidade:

- a) Jardim Marcela Loteamento;
- b) Jardim Universitário Loteamento;
- c) Loteamento Chiara Lubich;
- d) Condomínio Residencial Chiara Lubich;
- e) Loteamento Le Corbusier;
- f) Loteamento Irmã Dulce;
- g) Loteamento Luiz Gonzaga;
- h) Loteamento Zilda Arns;
- i) Condomínio Residencial Zilda Arns;
- j) Loteamento Heitor Villa Lobos;
- k) Residencial Oscar Niemeyer;
- l) Villa Lobos Condomínio Clube;
- m) Residencial Chiara;
- n) Leonardo Da Vinci Condomínio Residencial.

Esses empreendimentos demonstram o uso dos espaços vazios, impactando diretamente a vida das pessoas envolvidas seja na econômica, nos anseios sociais e sobretudo,

nas questões ambientais, a título de ilustração no anexo 1 lista de empreendimentos da empresa Ethos²⁴.

Ao todo já são 7 loteamentos, 2 residenciais e 5 condomínios residenciais fechados, totalizando uma área de 2.006.519,47 m², o que corresponde a 21,7% dos atuais 9.187.500 m² do perímetro urbano de Itabaiana. Para visualizar alguns desses empreendimentos, seguem Figuras 60, 61, 62 e 63 com a entrada principal (pórtico) de alguns deles.



Figura 60. Estátua de Chiara Lubich na praça de mesmo nome, em primeiro plano, e pórtico do Condomínio Chiara Lubich, em segundo plano.

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

O condomínio Chiara Lubich representa na cidade de Itabaiana um local de moradias de alto padrão, como também outros condomínios inaugurados nos últimos anos. A localização do mesmo é conhecida como “Chiara” e os demais que estão surgindo nas proximidades tem como referência de localização do Condomínio Chiara Lubich. É atualmente, a área de maior expansão da cidade.

²⁴ A Ethos é uma empresa criada em 2008 pelo arquiteto e urbanista Edson Passos, hoje é tida como a mais importante em investimento urbanístico na cidade de Itabaiana.



Figura 61. **Pórtico do Condomínio Zilda Arns.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

O condomínio residencial Zilda Arns localiza-se próximo ao condomínio Chiara Lubich e segue o padrão de construção e alto padrão dos empreendimentos sob responsabilidade da Incorporadora Ethos. O mesmo faz parte da série de condomínios e loteamentos entregues à população itabaianense nos últimos anos, seguindo a proposta de morar em área mais nobre da cidade e também nas proximidades da Serra de Itabaiana.

A vista para a Serra de Itabaiana e a proximidade com a mesma é valor agregador nos empreendimentos realizados nesta localidade. Desse modo, evidencia-se como a natureza é fator de mercado no ramo imobiliário em Itabaiana, porém, nota-se como consequência disso uma expansão imobiliária cada vez mais intensa no sentido da Serra de Itabaiana, ou seja, em direção a Unidade de Conservação.

Os impactos socioambientais são variados, e a expansão urbana é um deles, frente as demandas de mercado e os anseios da população local no sentido de adquirir imóveis em localidades que ressaltam as características colocadas anteriormente.



Figura 62. **Pórtico do Condomínio Heitor Villa Lobos.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Um dos últimos empreendimentos entregues foi o Condomínio Clube Heitor Villa Lobos. Atualmente, é o condomínio mais próximo da Serra de Itabaiana, com uma estrutura muito completa, contendo: salão de festas, piscina, salão gourmet, parque infantil, cinema, spa, academia, campo de futebol, quadra poliesportiva, pista de skate etc, conforme informações contidas na página oficial da Incorporadora Ethos.



Figura 63. **Pórtico do condomínio residencial Jardim Santo Antônio.**

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

O condomínio residencial Jardim Santo Antônio foi o primeiro de grande porte a ser construído na cidade. A obra do mesmo foi executada pela Japiáçu Empreendimentos, representando à época um marco para a expansão do tipo de construção e consequentemente estilo de moradia na cidade de Itabaiana.

Nos últimos anos, foram criados 4.770 lotes pela cidade, principalmente na grande área denominada de Chiara Lubich e devido à exigência dada pela lei nº 415 de 20 de dezembro de 1972, os loteamentos seguem padrões de área e equipamentos urbanos já entregues, assim como redes de água, esgoto e energia elétrica, conforme estabelece a referida legislação:

Art. 7º - Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I. As áreas destinadas a sistema de circulação, equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público, serão no mínimo,

de 35% (trinta e cinco por cento) e, no máximo de 50% (cinquenta por cento) do total da gleba;

II. À margem de águas correntes e dormentes e de faixa de domínio público de rodovias e ferrovias, serão reservadas faixas com largura estabelecida na legislação competente;

III. As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes e harmonizar-se com a topografia local;

IV. As quadras terão comprimento máximo de quatrocentos metros;

V. As quadras com extensão superior a duzentos metros terão, a cada cem, pelas vias de passagem para pedestres, com largura mínima de 3 (três) metros. As edificações dos lotes lindeiros a essas vias deverão ter recuos laterais de 4,00 (quatro metros) no mínimo.

VI. Todo loteamento deverá ter acesso através de via pública pré-existente.
Parágrafo Único - Considera-se comunitários os equipamentos de educação, saúde, administração e equivalentes.

Averigua-se nessa época da homologação da lei, uma preocupação em relação às questões ambientais como expressam no Art. 9º e Art. 12:

Art. 9º - Não se admitirão loteamentos em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações e onde as condições geológicas não sejam propícias à edificação. Também não poderão ser loteados terrenos cujo loteamento prejudique reservas florestais.

[...]

Art. 12 - Os loteamentos para usos industriais e outros capazes de poluir as águas ou a atmosfera, deverão obedecer às normas de prevenção da poluição, editadas pelos órgãos competentes.

A cidade de Itabaiana passou nos últimos anos por uma transformação, no sentido de infraestrutura urbana bem como no aumento populacional. A cidade cresceu e se desenvolveu aliada aos incentivos do poder público e da iniciativa privada, conforme ilustração na Figura 64 que se destaca pelos loteamentos que foram construídos nos últimos anos, a exemplo alguns empreendimentos localizados no bairro Marianga. Além deste, outros bairros passam por uma forte expansão, como o bairro Anísio Amâncio de Oliveira com loteamentos e condomínios fechados, considerados de alto padrão para a realidade da cidade serrana.

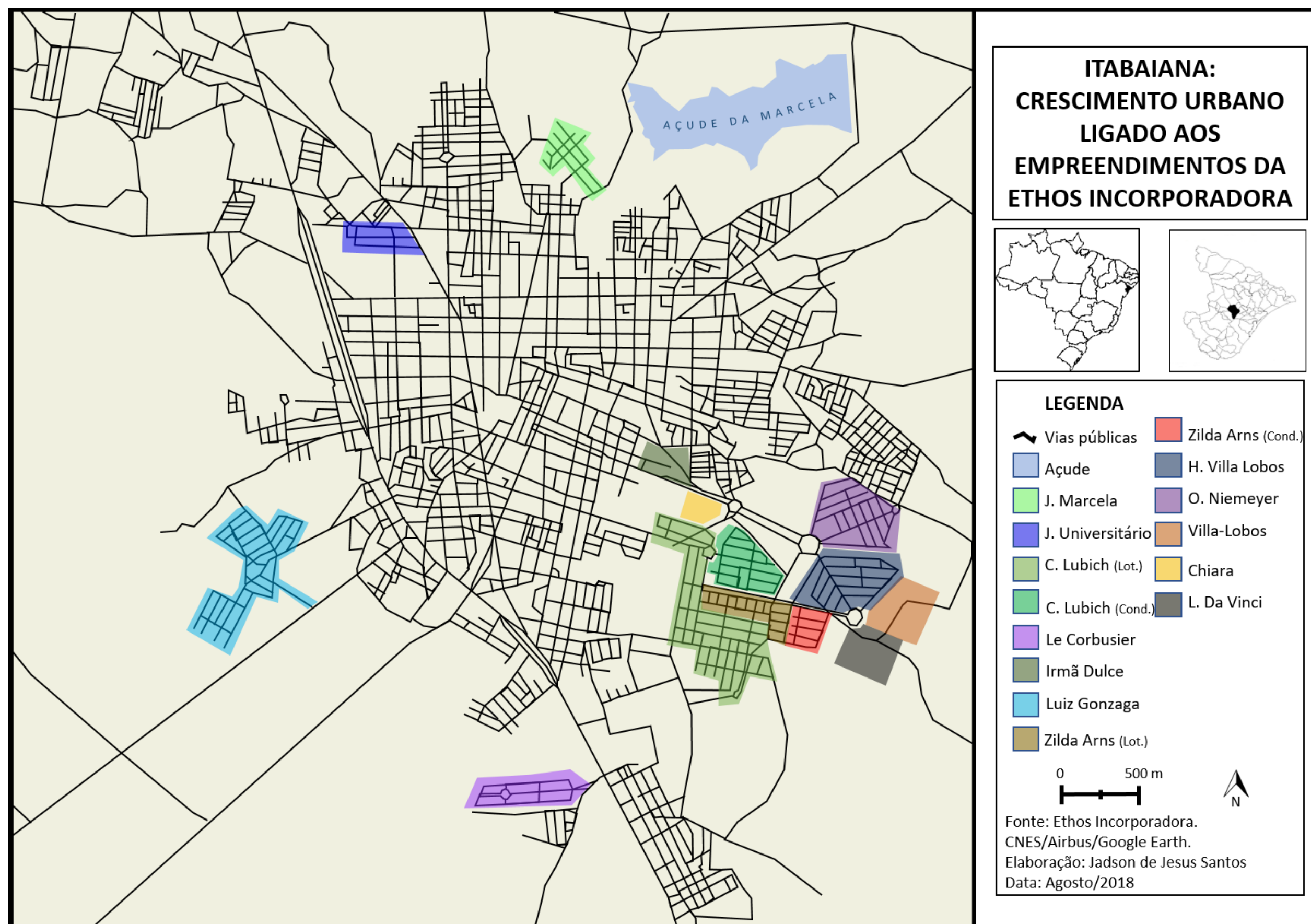


Figura 64. Crescimento urbano ligado aos empreendimentos da ETHOS.
Fonte: CNES/Airbus/Google Earth.

Os loteamentos, residenciais e condomínios são entregues, cumprindo a legislação referente à infraestrutura adequada dada por leis específicas, conforme ilustrado nas Figuras 65 e 66, mesmo que isto seja feito por força da exigência por parte de bancos financiadores de imóveis como a CAIXA e o Banco do Brasil.



Figura 65. **Loteamentos e condomínios fechados.**
Fonte: Phellipe C. Silva, em janeiro de 2016.



Figura 66. **Loteamento Oscar Niemeyer, Itabaiana-Se.**
Fonte: Phellipe C. Silva, em janeiro de 2016.

Para ilustrar o crescimento urbano da cidade de Itabaiana, observa-se na Figura 67, mesmo local referente a figura anterior, em um intervalo de 3 (três) anos, pode-se notar a transformação na paisagem ocorrida no Loteamento Oscar Niemeyer, localizado numa das áreas de maior expansão urbana da cidade.

Apesar da crise econômica atravessada nos últimos anos, as construções na cidade de Itabaiana não pararam. O crescimento da cidade ocorre de modo que é notável na paisagem da cidade serrana o surgimento de novos condomínios e loteamentos. A análise de paisagem que podemos fazer ao observar as duas fotografias denota que nem mesmo a crise econômica conteve este avanço do crescimento da cidade. Dezenas de casas, no caso específico observado, foram construídas.



Figura 67. **Expansão urbana no Loteamento Oscar Niemeyer, Itabaiana-Se.**
Fonte: Phellipe C. Silva, em dezembro de 2018.

Isso também nos chama a atenção para a pressão sobre os recursos naturais que a expansão da cidade ocasiona, pois, a ampliação do número de moradias tem relação direta com os usos variados dos recursos naturais disponíveis na natureza. Uma expansão urbana como ocorre na cidade de Itabaiana precisa estar atrelada ao respeito a natureza, o que por vezes isto não ocorre, ressaltando ainda mais os impactos socioambientais ocasionados pela interação entre o homem e a natureza, conforme Figuras 68 e 69 que ilustram um riacho que teve seu curso modificado para atender as demandas da construção civil por meio do seu planejamento urbano para o devido loteamento.



Figura 68. Vista aérea da canalização do córrego nas obras do loteamento Oscar Niemeyr.

Foto: Ethos Incorporadora.

Fonte: disponível em: <<http://ethosincorporadora.com.br/empreendimento/41/lot-residencial-oscar-niemeyer>>, acesso em 04 de janeiro de 2019.



Figura 69. **Riacho sob influência da antropização em loteamento na cidade de Itabaiana.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018

No trabalho de campo notou-se que a influência antrópica no riacho por meio do forte cheiro de esgoto proveniente do esgotamento provavelmente das residências recém construídas no entorno do mesmo. A pressão humana sobre os recursos está presente por diversas partes da cidade de Itabaiana.

O projeto inicial do loteamento previa o que eles chamavam de “parque” ao longo do córrego, no entanto, mais recentemente eles denominaram de “área verde”, com projeto estimando que área fique conforme ilustra a Figura 70.



Figura 70. Área verde prevista em projeto ao longo de riacho localizado no loteamento Oscar Niemeyer, em Itabaiana-SE.

Foto: Ethos Incorporadora.

Fonte: disponível em: <<http://ethosincorporadora.com.br/empreendimento/41/lot-residencial-oscar-niemeyer>>, acesso em 04 de janeiro de 2019.

Além dos empreendimentos destacados anteriormente, outro investimento na cidade foi a construção do Shopping Peixoto, a qual abordaremos mais a diante, conforme ilustração na Figura 71, trazendo para a cidade opções de lazer e serviços que atrai pessoas das cidades circunvizinhas e outras localidades. Sendo assim, Itabaiana acaba sendo atrativa em relação aos empreendimentos com base no comércio local, bem como com a polarização de serviços oferecidos aos seus munícipes e visitantes.



Figura 71. **Shopping Peixoto em primeiro plano, em segundo plano a principal área de expansão de Itabaiana.**

Foto: Shopping Peixoto

Fonte: disponível em <<https://shoppingpeixoto.com.br/o-shopping/>>, acesso em 14 de fevereiro de 2018.

O meio ambiente tem ganhado notoriedade nas discussões entre os populares e a mídia especializada nos últimos anos na cidade de Itabaiana-SE, ao notificar mudanças ocorridas na cidade mediante notícias a respeito de que a população tem demonstrado descontentamento com algumas ações da gestão municipal, quanto à degradação do meio ambiente, em que populares ficaram indignados com a derrubada de árvores por várias partes da cidade, fato comum que vem ocorrendo e ganhado notoriedade por parte da população.

Na Figura 72, ilustra uma matéria no site da Agência Jornal de Notícias, publicada no dia 29/08/2015, que aborda um caso que gerou maior repercussão na cidade nos últimos anos.



Figura 72. Corte de árvores em Itabaiana.

Fonte: <http://ajn1.com.br/noticia/prefeitura-de-itabaiana-corta-arvores-de-avenida-e-deixa-populacao-revoltada>. Acesso em 22/12/2016.

A população sensibilizada pela supressão das árvores da Avenida Otoniel Dórea, localizada no centro comercial da cidade de Itabaiana, ficou indignada pela retirada de Algarobeiras antigas (que já faziam parte do cenário local), compondo a paisagem e oferecendo sombra para a avenida e passantes que circulavam pela localidade. As árvores, além de sua beleza natural, representavam um maior conforto climático na localidade para as pessoas que delas necessitavam.

Na época do ocorrido, a notícia circulou com bastante intensidade nas redes sociais, causando comoção e mobilização da população, que não concordava com a atitude tomada pela gestão municipal, inclusive pelo fato de ações semelhantes já terem ocorrido em algumas praças da cidade durante algumas obras de reestruturação e paisagismo.

No entanto, a Prefeitura Municipal de Itabaiana, se defendeu sobre o caso das árvores da avenida Otoniel Dórea, publicando no seu site, conforme Figura 73, no dia 08/12/2015, em que explica a população os motivos pelas quais foram retirada as árvores.



Figura 73. **Prefeitura de Itabaiana diz não cometer crime ambiental.**

Fonte: <http://www.itabaiana.se.gov.br/prefeitura-de-itabaiana-nao-cometeu-nenhum-crime-ambiental-na-reurbanizacao-de-avenida.html>. Acesso em 22/12/2016.

No referido site, o subprocurador, em nome da Prefeitura de Itabaiana, explica que a supressão das árvores foi necessária devido a uma infestação de cupim. Ressalta ainda que as árvores não são de espécie nativa, o que não configuraria um crime ambiental e que o fato decorre de um objetivo maior e não provocar acidentes que atingissem a população pela queda de galhos ou da árvore por completa, devido ao estado em que as mesmas se encontravam. Algumas estavam em estado avançado de comprometimento da estrutura, portanto, foi necessário fazer a retirada. Além disso, o subprocurador afirma que já existiam laudos produzidos por órgãos do meio ambiente atestando os danos que as árvores estavam causando as avenidas e a rede de esgoto.

Após a supressão das árvores, o canteiro central da avenida Otoniel Dórea passou por obras de reestruturação, além disso, houve o plantio de outras espécies vegetais em

substituição das árvores cortadas no ano de 2015, a exemplo das palmeiras imperiais, espécie amplamente difundida pela cidade, levando em conta tanto as obras da iniciativa pública como da iniciativa privada, conforme ilustrado na Figura 74. Vale ressaltar que sua beleza cênica para a cidade é evidente, mas não beneficia a população em relação ao sombreamento da calçadas, ruas e canteiros centrais.



Figura 74. Reestruturação do canteiro central da avenida Otoniel Dórea.

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018

Outro fato marcante em 2015, a Prefeitura de Itabaiana divulgava um projeto de coleta seletiva no bairro Chiara Lubich, na época foi executado pela prefeitura em parceria com o Consórcio Público do Agreste Central em que a gestão municipal disponibilizou um caminhão, que foi devidamente plotado para identificar o veículo responsável pela coleta seletiva, para que este pudesse transitar todas as quintas-feiras no bairro fazendo a coleta dos resíduos.

Em 2017, a Câmara Municipal de Vereadores de Itabaiana, realizou uma solenidade com o objetivo de divulgar o Programa de Coleta Seletiva e Conscientização do Meio Ambiente, conforme Figura 75 e que na ocasião, as secretarias municipais envolvidas foram

convidadas a apresentar as ações que estavam sendo tomadas para que o projeto fosse implementado.



Figura 75. Projeto Coleta Seletiva em Itabaiana-SE.

Fonte: <http://www.infonet.com.br/noticias/politica/ler.asp?id=202295>. Acesso em 27/01/2018.

Apesar da ampla divulgação do projeto, durante as pesquisas de campo e das incursões na cidade, não foram percebidas ações de efetividade das atividades do projeto. Não foi percebido durante as visitas a cidade de Itabaiana a realização de coleta seletiva

regularmente, pois, a ausência dessas ações compromete o compromisso do município com a gestão do resíduo sólido. Entretanto, a coleta seletiva poderia começar com a população e não ficar restrito apenas a grupos de catadores de materiais recicláveis.

Um evento de grande relevância para fomentar as discussões acerca das cidades, ocorreu no dia 05 de julho de 2016, na cidade de Itabaiana intitulada a “6ª Conferência Municipal das Cidades, conforme ilustração na Figura 76, que foi realizado no espaço de uma universidade privada da cidade que convidou a população em geral; empresários ligados à construção civil e ao desenvolvimento urbano; membros de movimentos populares e organizações não governamentais ligadas ao desenvolvimento urbano, para participar do evento e dos debates.



Figura 76. 6ª conferência municipal das cidades.

Fonte: <http://www.itabaiana.se.gov.br/6a-conferencia-municipal-das-cidades-com-o-tema-funcao-social-da-cidade-e-da-propriedade-cidades-inclusivas-participativas-e-socialmente-justas.html>. Acesso em 27/01/2018.

A promoção do referido evento com o tema “Função social da cidade e da propriedade: Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas”, teve como conferência de abertura discutir acerca do desenvolvimento urbano, plano diretor, a questão habitacional,

o saneamento básico, a mobilidade urbana na possibilidade de que os participantes do evento pudessem socializar ideias inovadoras sobre a cidade que desejam para o futuro.

Dando prosseguimento às ações e o aproveitando do calendário ambiental, a gestão pública municipal realiza anualmente a Semana do Meio Ambiente, conforme a Figura 77, com vista a promover ações voltadas ao meio ambiente. Assim podemos reforçar que várias ações são realizadas para chamar a atenção da população itabaianense no que concerne ao desenvolvimento sustentável, à coleta seletiva do lixo e a conservação ambiental.

ITABAIANA TERÁ SEMANA DEDICADA À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE PLANEJAMEN...

© 31/05/2017 por Batanga e atualizada em 31/05/2017 11:39:49 por Batanga



Figura 77. **Semana do Meio Ambiente em Itabaiana-SE.**

Fonte: <http://www.itabaiana.se.gov.br/itabaiana-tera-semana-dedicada-a-preservacao-do-meio-ambiente.html>.
Acesso em 27/01/2018.

Todas as ações promovidas são reveladoras de que se faz necessário ampliar os níveis de sensibilidade durante a Semana do Meio Ambiente realizada no ano de 2017 ocorreram algumas ações, como: divulgação nas emissoras de rádios sobre a coleta seletiva; sensibilização da população acerca da importância da coleta seletiva; palestras em escolas municipais com os temas “Biodiversidade no município de Itabaiana”; palestras em escolas

sobre a “Reciclagem” e ainda a distribuição de copos em algumas secretarias municipais com a finalidade de reduzir a geração de resíduos de copos descartáveis nestes órgãos.

Vale ressaltar que essas ações pontuais não são mitigadoras das questões ambientais em virtude da necessidade de investimentos socioambientais de esclarecimentos sobre a responsabilidade de cada um.

A relevância de que os acontecimentos ligados ao meio ambiente têm tomado frente às demandas da sociedade, no caso da cidade de Itabaiana, a população apresentou indícios e desejo em estar mais próximas do meio ambiente natural. Pois, a infraestrutura urbana de uma cidade precisa considerar o respeito ao meio ambiente, uma vez que a população quer estar em contato direto com a natureza cotidianamente. Assim, as obras de reestruturação urbana devem levar em consideração os anseios da sociedade de modo a acatar as sugestões advindas das palestras e debates ocorridos durante as ações promovidas pelos setores.

4. Centralidades urbanas de Itabaiana

O centro da cidade de Itabaiana exerce forte influência na dinâmica econômica da cidade. Muitos consideram um verdadeiro “shopping a céu aberto”. Firmino (2016) afirma que “[...] Itabaiana serve a uma determinada área de abrangência, atraindo para si diversas funções, que por sua vez são vistas como fatores de desenvolvimento, refletindo na organização do seu espaço” (2015, p. 152). O comércio varejista e atacadista na cidade de Itabaiana é bastante intenso, atraindo para ela consumidores dos mais diversos municípios e povoados localizados no seu entorno, além de atrair comerciantes de outros estados, conforme ilustrado na Figura 78.

MENU

G1

SERGIPE

BUSCAR

27/08/2015 12h20 - Atualizado em 27/08/2015 16h28

Comércio de joias e semijoias atrai vendedores para Itabaiana

'Capital dos Caminhoneiros' ostenta título de maior comércio do estado.
Cidade também se destaca com comércio da castanha.

Fredson Navarro
De G1 SE

FACEBOOK



Itabaiana ganhou fama de 'Cidade do Ouro' (Foto: Reprodução TV Sergipe)

O comércio de Itabaiana se destaca como um dos maiores de Sergipe. Além do título de 'Capital do Caminhoneiro', o município tem uma das principais feiras livres do estado, indústrias de pequeno porte, grande produção de castanha e atrai moradores de outros estados pelo baixo preço da venda de joias e semijoias.

Quer investir em bitcoins com segurança e rentabilidade?

Sergipe

veja tudo sobre >

Encontro Cultural de Laranjeiras começa neste domingo

05/01/2019

VIDEOS: SE2 deste sábado, 5 de janeiro

05/01/2019

Conselho Regional de Medicina de Sergipe determina a interdição ética de UPAs em Aracaju

05/01/2019

Gabriel Diniz e Psirico estão na programação do Carnaforró...

05/01/2019

CHEVROLET

Ad +

Figura 78. Comércio de joias e semijoias atrai vendedores para Itabaiana.

Foto: G1 Sergipe

Fonte: disponível em <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/08/comercio-de-joias-e-semijoias-atravendadores-para-itabaiana.html>>. acesso em 06 de janeiro de 2019.

Santana (2016) descreve que “[...] nos jornais, revistas e livros tanto locais quanto nacionais são criadas diversas imagens discursivas desse município, a saber: Cidade dos Caminhoneiros, da Cebola, do Ouro, além de Cidade Violenta, dentre outras” (2016, p. 117). A fama de cidade do ouro começou no início da década de 80 com a comercialização desses produtos. Santos (2014) ressalta que:

O comércio possui destaque para a economia do município. É ele que movimenta a cidade, gera a maior parte dos empregos e serve de atratividade para pessoas residentes em cidades vizinhas. A feira livre realizada, principalmente, às quartas-feiras e aos sábados reafirma ainda mais a importância econômica do comércio para a cidade, seguida da venda de bijuterias, folheados e joias em ouro, este com fama que ultrapassa os limites do estado, dando à Itabaiana o título de ‘Terra do ouro’ (SANTOS, 2014, p. 51).

Com isso a fama se espalhou e vários comerciantes de diversas localidades foram em busca desses produtos na cidade de Itabaiana. Hoje, o comércio de joias e semijoias gera centenas de empregos na cidade, tendo como uma das maiores lojas no ramo “O Garimpo” (Figura 79), localizada no centro da cidade.



Figura 79. Loja do ramo de joias e semijoias “O Garimpo”.
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.

Nas quartas-feiras e aos sábados, o comércio varejista convive e divide o mesmo espaço com a feira livre de Itabaiana, uma das maiores do estado de Sergipe, promovendo essa intensificação das relações comerciais entre clientes e empresários locais com suas lojas na região central da cidade, conforme ilustram Figuras 80, 81, e 82.



Figura 80. **Feira livre e lojas no centro de Itabaiana.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.



Figura 81. **Rua comercial na cidade de Itabaiana em dia de feira livre.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.



Figura 82. **Rua no centro de Itabaiana dividindo espaço com a feira livre.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de dezembro de 2018.

Uma nova centralidade urbana surgida nos últimos anos em Itabaiana foi a construção e inauguração do Shopping Peixoto, conforme ilustram as Figuras 83 e 84, primeiro Shopping Center da cidade serrana. O empreendimento foi inaugurado no dia 08 de junho de 2017. Segundo dados do site oficial o local conta com uma área bruta locável de de 16 mil metros quadrados, com uma área construída de 23.800 mil metros quadrados. São 76 (setenta e seis) lojas em operação e estacionamento gratuito para cerca de 900 veículos.



Figura 83. **Construção do Shopping Peixoto.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 22 de janeiro de 2016.



Figura 84. **Shopping Peixoto em funcionamento, Natal de 2018.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Segundo informações do site da Câmara Municipal de Itabaiana, divulgada no dia 13 de novembro de 2013, “[...] a ideia do empresário é que o shopping atenda não apenas os itabainenses, mas os consumidores de Macambira, Ribeirópolis, Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Aparecida, Malhador, Pinhão, entre outros, todos localizados num raio de até 30 quilômetros” (CÂMARA MUNICIPAL DE ITABAIANA, 2013, s/p), demonstrando à época a pretensão do empresário em alcançar um grande público e polarizar para a cidade de Itabaiana serviços que atraíssem mais pessoas.

Uma grande novidade trazida pelo shopping e aguardada pelos itabaianense e moradores das cidades circunvizinhas é a presença de um cinema de grande porte dentro do empreendimento que centralizaria para essa região do estado um serviço que antes só teriam acesso aqueles que se deslocassem até a capital Aracaju. Este fato foi bastante aguardado por todos, a fim de obterem mais uma opção de lazer na cidade.

Tratando-se ainda sobre lazer, não podemos esquecer da centralidade que as praças exercem na rede urbana de uma cidade. Elas são responsáveis além de embelezar a cidade com seus projetos paisagísticos também exercer funções específicas no entrelaçado de uma cidade, como por exemplo fomentar a socialização entre as pessoas. A praça Fausto Cardoso (Figura 85) foi a primeira da cidade, localizada em frente a Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.



Figura 85. **Praça Fausto Cardoso.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva

Cruz e Vieira (2013) abordando sobre a importância das áreas verdes presentes nas praças afirma que:

As áreas verdes presentes nas cidades reproduzem uma diversidade de benefícios à população local, como inexistência ou diminuição de formação de ilhas de calor, redução da poluição do ar, proximidade com aspectos da paisagem natural, resultando numa melhora da saúde física e psíquica, ou seja, da qualidade de vida dos moradores dessa localidade (CRUZ; VIEIRA, 2013, p. 189).

Houve um episódio polêmico sobre a revitalização de uma das principais praças da cidade, a Praça João Pessoa (Figura 86), localizada no centro da cidade de Itabaiana. Árvores antigas de grande porte e copas largas foram retiradas durante as obras e árvores da espécie *Ficus* foram plantadas no local o que gerou bastante polêmica na época. Grande parte dos

itabaianense acharam desnecessário retirar as árvores que possuíam grandes copas, atraindo aves para o local em substituição pelas da espécie *Ficus*, inclusive sem as grandes sombras que as árvores forneciam muitos acharam que a praça perdeu o acolhimento e a atratividade que exercia antes da reforma.



Figura 86. **Praça João Pessoa.**

Foto: Master Drones

Fonte: disponível em < <https://professorjosecosta.blogspot.com/2014/12/praca-joao-pessoa-lembrancas-historia-e.html>>, acesso em 06 de janeiro de 2019.

Novas centralidades, se tratando acerca das praças, surgem em Itabaiana nos últimos anos. Mensalmente, todos os dias 14 de cada mês, a Praça do Chiara Lubich recebe o evento “Cultura na Praça” realizado pela incorporadora Ethos a fim de fortalecer e disseminar a cultura do município de Itabaiana, conforme pode-se observar na Figura 87.



Figura 87. **Praça Chiara Lubich.**

Fonte: disponível em < <http://itnet.com.br/noticia/25666/espet-culo-dirce-a-nordestina-arretada-destaque-na-pra-a-chiara-lubich>>, acesso em 06 de janeiro de 2018.

Outra praça que vem exercendo sua influência de centralidade é a praça do loteamento Luiz Gonzaga, que possui o mesmo nome do loteamento contruído pela incorporadora Ethos. O local além de homenagear o rei do baião, dará os nomes de suas ruas as canções de Luiz Gonzaga. A praça aos domingos tem uma programação bastante animada. Além da tradicional feira, tem um forró, montado com o apoio da Ethos, o qual atrai diversas pessoas a fim de se obter no local mais uma opção de lazer, conforme ilustra a Figura 88.



Figura 88. **Praça Luiz Gonzaga.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 23 de dezembro de 2018.

A Ethos tem contribuído para fomentar essas novas centralidades em Itabaiana. Uma praça em frente ao condomínio Heitor Villa-Lobos com excelente estrutura foi contruída e colocada na mesma o totem “Eu Amo Itabaiana”, tendo o cuidado de posicionar o mesmo de modo que contemple nas fotografias a Serra de Itabaiana. Mesmo localizado numa área mais distante do centro da cidade, atrai pessoas para fazer o registro fotográfico com o referido letreiro, conforme ilustra Figura 89.



Figura 89. **Totem “Eu Amo Itabaiana”.**

Foto: Ethos Incorporadora.

Fonte: disponível em < <http://ethosincorporadora.com.br/empreendimento/40/lot-heitor-villa-lobos>>, acesso em 06 de janeiro de 2018.

A cidade de Itabaiana apresenta centralidades na sua rede urbana que atrai para si investimentos ocorridos pelo empreendedorismo local. A chegada das faculdades e universidades na cidade de Itabaiana trouxe uma outra perspectiva para a população local, capacitando e habilitando os itabaianenses, bem como a população das cidades circunvizinhas. Tal fato, corrobora para fomentar ainda mais o espírito empreendedor natural do itabaianense, conhecido amplamente pelos sergipanos. O papel das instituições de ensino superior representa centralidade para o desenvolvimento de Itabaiana-SE.

Em 13 (treze) de dezembro de 2001, sob a Lei Nº 987, foi autorizada a doação de um terreno por parte da prefeitura municipal para a instalação do campus da UNIT em Itabaiana-SE (Figura 90). Esta foi a primeira universidade de grande porte a chegar à cidade.



Figura 90. **Campus da Universidade Tiradentes – UNIT em Itabaiana-SE.**
Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Segundo o disposto na referida Lei:

Art. 2º - A área de terra a ser doada, na forma desta Lei, destina-se à implantação de uma Unidade Educacional da Universidade Tiradentes, com

a construção e instalação das dependências e espaços físicos necessários ao seu funcionamento.

§ 1º – A destinação referida no “caput” deste artigo deve constar da respectiva escritura de doação, como obrigação a ser cumprida pelo donatário, com previsão de início dentro do prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da mesma escritura, sendo que a referida área de terra não poderá ser transferida sob qualquer forma de alienação a terceiros.

§ 2º - Feita a doação, a área de terra somente pode vir a ser utilizada de acordo com o disposto no “caput” deste artigo, em razão do que, se não for cumprida a destinação ou obrigação legal, ou não for obedecido o prazo previsto para o seu início, ou, ainda, se ocorrer desvio na utilização, a referida área de terra, ou mesmo a possível parte cuja destinação venha a ser desviada, deve reverter à propriedade ou patrimônio do Município de Itabaiana, sem ônus algum para o doador e ser que caiba qualquer indenização ao donatário.

A inauguração do campus da UNIT em Itabaiana ocorreu em 13 de agosto de 2004, dando a possibilidade aos jovens, bem como a população em geral, a ingressar no ensino superior, sem a necessidade de se deslocar para a capital sergipana ou para o município de São Cristóvão-SE, onde se localizava o único campus até então da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

A Universidade Federal de Sergipe, campus Prof. Alberto Carvalho (Figura 91) foi inaugurada no dia 14 de agosto de 2006. Fruto de uma política de expansão das universidades, realizada principalmente durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, a UFS trouxe a possibilidade de acesso ao ensino superior público aos habitantes do interior sergipano, trazendo uma nova perspectiva na vida de milhares de pessoas.



Figura 91. **Campus Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe-UFS.**

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

A doação do espaço para funcionamento do campus ocorreu no dia 08 de novembro de 2005, a partir da Lei Nº 1184 que autorizava o Poder Executivo Municipal a doar um bem imóvel à Universidade Federal de Sergipe para implantação da UFS. Este bem imóvel era o Centro Integral de Assistência à Infância e Adolescente – CAIC, conforme consta no Art. 1º da referida Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à Universidade Federal de Sergipe o imóvel localizado na Av. Felisbello Machado Menezes, esquina com a Rua Percílio Andrade, Bairro Sítio Porto, Município de Itabaiana e as benfeitorias neles edificadas, onde funciona o CAIC – Centro Integral de Assistência à Infância e Adolescente.

A implantação do campus Alberto Carvalho foi um marco para a cidade de Itabaiana, pois, contribuiu com o desenvolvimento local através dos cursos de ensino superior implantados no campus. Deste modo, vale destacar a relevância do mesmo para a cidade e

para a região. Outra importante instituição de ensino que chegou em terras itabaianenses foi o campus do Instituto Federal de Sergipe – IFS (Figura 92), no ano de 2011.



Figura 92. **Campus do Instituto Federal de Sergipe – IFS em Itabaiana.**

Foto: Phellipe Cunha da Silva, em 21 de dezembro de 2018.

Até o ano de 2018, a sede do IFS de Itabaiana funcionava em prédios cedidos, reduzindo a capacidade do quantitativo de alunos que podiam ser atendidos pela instituição, cerca de 600 (seiscentos). Porém, com a inauguração da nova sede do campus, ocorrida em 28 de março de 2018, há a previsão de que o quantitativo de vagas seja dobrado para 1.200 (mil e duzentos) alunos, além de oferecer novos cursos para a população de Itabaiana e região.

A presença dessas instituições e das demais que já passaram pela cidade, a exemplo da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e das que ainda se fazem presente principalmente na modalidade da Educação a Distância – EaD, Universidade Paulista – UNIP e Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, contribuíram e contribuem para a qualificação profissional de muitos cidadãos da cidade e do seu entorno.

Figura 93. Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Foto: Phellipe C. Silva



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Itabaiana por ter sido considerada por muitos anos como uma cidade de características rurais, em que a população residia no meio rural para o desenvolvimento de atividades ligadas ao campo, demorou bastante tempo a ter uma característica urbana. Hoje, a cidade de Itabaiana, tem uma repercussão de caráter nacional pelo seu crescimento e desenvolvimento em relação aos aspectos econômico, social e urbano. Sendo assim, desenvolvemos uma Tese dentro desses parâmetros em que uma cidade foi erguida, estruturada e reorganizada, desde a sua condição de vila até a elevação a categoria de cidade, destacando alguns aspectos da sua trajetória.

Ao abordarmos as questões teóricas que nortearam a Tese, dentre outras questões, destacamos os aspectos da expansão urbana e da mobilidade populacional. Com isso, percebemos as nuances da cidade de Itabaiana e ressaltamos o potencial de desenvolvimento que a mesma representa. Por ser uma cidade no interior do estado de Sergipe, menor estado da federação, muitos não se dão conta do tamanho da importância que a cidade representa no eixo regional, inclusive resvalando esse destaque no cenário nacional.

A localização geográfica da cidade de Itabaiana é privilegiada, no sentido que ela localiza-se no centro do estado de Sergipe, mais precisamente no agreste central, oportunizando deslocamentos e trocas comerciais fomentadas pela sua posição geográfica. As cidades circunvizinhas interagem intensamente com a mesma e promovem dentro dessa rede urbana relações sociais, econômicas, ambientais, entre outras que fazem de Itabaiana um centro regional que polariza para si serviços essenciais dentro da esfera urbana e interage de modo bastante intenso também com a capital Aracaju, muito embora seja facilitada pela proximidade (54 km) e pela boa condição da rodovia (BR-235) que liga a cidade serrana até a capital.

As leituras de clássicos da literatura na temática urbana, bem como, produções locais foram fundamentais para compreendermos algumas especificidades locais. Para tanto, fez-se necessário realizar uma bibliometria dos trabalhos acerca da cidade de Itabaiana e da temática expansão urbana. Dentre os trabalhos que contribuíram para as nossas análises estão: artigos em periódicos, capítulos de livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses entre outros. Estes foram fundamentais para a fundamentação teórica desta Tese.

Ao nos debruçarmos nas leituras acerca da relação do homem com a natureza, pudemos observar como essa interação é imbricada de conflitos socioambientais e desarmonias, principalmente frente as novas demandas da sociedade, tão imbuída pelo capitalismo que nos tira cada vez mais recursos naturais e não respeita a capacidade e velocidade de reposição desses recursos pela natureza. Esse mesmo sistema econômico em que estamos inseridos nos expropria, a partir do momento em que o espaço urbano, influenciado por suas centralidades, torna a partir da precificação dos espaços insustentável de permanecermos nessas localidades, a não ser que o poder econômico nos possibilite ficar.

Nesta Tese fizemos uma análise histórica acerca de como a expansão urbana se iniciou e tomou força, trazendo esta investigação do contexto global para o local, e percebemos que a especialização das cidades as tornam atrativas, pois cada uma apresenta características que as fazem peculiares, podendo esta especificidade ser desenvolvida ou não a depender dos interesses político-econômicos. Além disso, debatemos acerca dos desafios da governança urbana frente as demandas mais atuais da sociedade, como: acesso a moradia e a serviços. Para nos auxiliar nisso, abordamos o Estatuto da Cidade e Leis específicas que tratam do uso do solo urbano, o que deu para concluir que muitos pontos das Leis não são contemplados na prática nas cidades, e especificamente na cidade de Itabaiana, resvalando nos impactos socioambientais.

Para esta compreensão local, foi importante traçarmos um panorama histórico e geográfico da cidade de Itabaiana, para entendermos como se deu a sua gênese e os poderes que influenciaram a chegarmos a configuração de cidade que temos hoje, poderes estes expressados em suas territorialidades e que estão relacionadas a sua cultura. Os traços culturais da cidade de Itabaiana revelam um povo que tem o dom para os negócios e que o empreendedorismo está presente nas suas relações sociais.

Com relação aos aspectos econômicos destacamos duas centralidades básicas em Itabaiana: no meio rural a agricultura e no meio urbano o comércio. No entanto, percebemos que as ruralidades estão presentes no espaço urbano, do mesmo modo em que as urbanidades chegam ao campo com aspecto de novidade, por isso, existe essa mescla de relações entre campo e cidade, uma complementando a outra e interagindo simultaneamente, pois o homem da cidade precisa do homem do campo e vice-versa.

Nesse entrelaçado de interações não poderíamos deixar de abordar os aspectos ambientais relacionados a cidade de Itabaiana, bem como aqueles que exercem influência na

dinâmica da cidade e da vida das pessoas. Portanto, vimos que o Parque Nacional Serra de Itabaiana, e mais especificamente a Serra de Itabaiana, influenciam na contemporaneidade no ramo imobiliário da cidade como fator que valoriza o bem imóvel quando se tem a vista para Serra. Não coincidentemente, hoje a maior área de expansão da cidade encontra-se sentido a proximidade com a Serra de Itabaiana.

Além de abordar a questão do Parque relacionado ao ramo imobiliário, tratamos do mesmo destacando o seu potencial no sentido de sensibilizar a população acerca das suas fragilidades, riquezas e urgência no sentido de conservá-lo, ressaltando os impactos socioambientais provenientes dessa relação por vezes conflituosa entre os seres humanos e a natureza. Neste mesmo sentido, abordamos um outro espaço, o Parque dos Falcões, que fica dentro do Parque Nacional Serra de Itabaiana, e que possui importância fundamental no papel de sensibilizar e alertar a população para os riscos impostos pelo ser humano quando o mesmo não possui um mínimo de sensibilização ambiental, agravando os problemas socioambientais.

A expansão urbana ganhou notoriedade principalmente pelas recentes construções nos últimos anos de condomínios de alto padrão e loteamentos na cidade de Itabaiana. Fizemos esta abordagem pois tínhamos como Tese de que a expansão urbana influenciada pelo empreendedorismo itabaianense gerava impactos socioambientais, o que pudemos concluir que nossa Tese foi confirmada, pois as atividades relacionadas com a expansão urbana da cidade, apesar de estarem balizadas por Leis específicas que tratam do uso do solo, de políticas ambientais, entre outros, geram impactos sociais por menores que sejam, desde a expropriação dos espaços mais nobres da área urbana, até mesmo impactos ambientais, como a supressão da cobertura vegetal, impermeabilização do solo ou mesmo a poluição dos mananciais.

Por fim, desvelamos as centralidades da cidade de Itabaiana, bem como suas novas centralidades, identificando-as e destacando o porquê de as mesmas representarem polos de atratividades e relevância na teia urbana da Capital Nacional do Caminhão.

Figura 94. Frutas da Feira de Itabaiana. Foto: Phellipe C. Silva



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE NOTÍCIAS. **Prefeitura de Itabaiana corta árvores de avenida e deixa população revoltada**, 2015. Disponível em: <<http://ajn1.com.br/noticia/prefeitura-de-itabaiana-corta-arvores-de-avenida-e-deixa-populacao-revoltada>>. Acesso em 22/12/2016.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O coletivo do ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade**. Recife, PE: Universitária UFPE, 1985.

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). **Aristóteles: volume 1**. Coleção pensadores. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo**. In DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio (Orgs.). Salvador: SEI, 2012, pp. 81-102.

BRANDÃO, Carlos. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação ambiental e dá outras providências.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

_____. **LEI Nº 13.044, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014. Confere ao Município de Itabaiana no Estado de Sergipe o título de Capital Nacional do Caminhão**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13044.htm>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

_____. **Decreto de 15 de junho de 2005. Cria o Parque Nacional Serra de Itabaiana, localizado nos Municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda e Campo do Brito, no Estado de Sergipe, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10557.htm>. Acesso em 5 de janeiro de 2019.

_____. **PORTARIA Nº 566, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017. Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra de Itabaiana, no estado de Sergipe (Processo nº 02124.011531/2016-22)**. In: **Diário Oficial da União. Seção 1, nº 172, 6 de setembro de 2017**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/portaria_566_01set2017_parna_serra_de_itabaiana_cria_conselho.pdf>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

CAMPOS, Neio; KRAHL, Mara Flora Lottici. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Parelo 15 e LGE Editora, 2006. p. 83-100

CARVALHO, Diana Mendonça de. COSTA, José Eloízio da. A questão da centralidade urbana em Itabaiana/SE: uma abordagem preliminar. In: **Revista Scientia Plena**. v. 5. nº 9. 2009. p. 1-12. Disponível em: <<https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/674>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

_____. Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana-SE. In: **Anais. NPGeo: "30 anos de contribuição à Geografia"**. São Cristóvão, Sergipe: 28 a 30 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/68341362-Comercializacao-de-hortifrutigranjeiros-em-itabaiana-sergipe-brasil.html>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

CARVALHO, Diana Mendonça de. ALCÂNTARA, Fernanda Vieira de. COSTA, José Eloízio da. Comercialização de hortifrutigranjeiros no seguimento atacadista de Itabaiana/Sergipe/Brasil. In: **Egal 2015**. Anais. p. 1-13. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/38.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Vila de Santo Antônio de Itabaiana**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2009. 288p.

_____. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana-SE: Edições O Serrano, 1963.

CARVALHO, Vladimir Souza; SANTOS, Robério Barreto (Org.). **Álbum de Itabaiana**. Itabaiana, SE: [s.n.], 2013. 172 p.

_____. **A república Velha em Itabaiana**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

_____. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Aracaju: Edições O Serrano, 1973.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro v.4, n.6, p.43-53, jan-jun. 1999.

COSTA, Cristiano Cunha. Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE: Realidade e Gestão. In: **Revista Monografias Ambientais - REMOA** v.13, n.5, dez. 2014a, p.3933-3951. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa/article/viewFile/15005/pdf>>. Acesso em 2 de janeiro de 2019.

_____. Potencial Ecoturístico do Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE. In: **Revista Científica MONFRAGÜE DESARROLLO RESILIENTE**. Volumen III, Nº 2, octubre de 2014b, p. 32-39. Disponível em: <<https://www.eweb.unex.es/eweb/monfragueresiliente/numero6/inv2.pdf>>. Acesso em 2 de janeiro de 2019.

COSTA, Marco Aurélio. Quarenta anos de regiões metropolitanas no Brasil: um breve balanço exploratório. In: TSUKUMO, Isadora Tami Lemos; COSTA, Marco Aurélio (Org.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2013.

CRUZ, Lucielma Oliveira; VIEIRA, Lício Valério Lima. Biogeografia e Bioecologia nas praças públicas da cidade de Itabaiana-SE. In: **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano VI. Março, 2013. p. 186-199. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/33795809-Biogeografia-e-bioecologia-nas-pracas-publicas-da-cidade-de-itabaiana-se.html>>. Acesso em 5 de janeiro de 2019.

CURTIT, Guilherme. **Ciudad, gestión local y nuevos desafíos ambientales**: reflexiones en torno a las políticas neoliberales y sus efectos sobre nuestros territorios. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2003.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: UFS/PROEX/CECAC/Programa Editorial, 1987.

DÉDA, José de Carvalho. **Simão Dias**: fragmentos de sua história. Aracaju: Editora J. Andrade, 2008.

DIAS, Jéssica Andrade. **Turismo para valorizar e conservar**: o sítio arqueológico da Igreja Velha – Itabaiana, Sergipe. TCC. UFS. Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2018

DINIZ, José Alexandre Felizola. Trajetórias da agricultura familiar sergipana. In: DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves (Org.). **Capítulos de geografia nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998. p. 277-305.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Enciclopédia dos municípios sergipanos. Aracaju: Observatório de Sergipe. 2014.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 11-31.

FERRARI, Stephen Francis. Parque Nacional Serra de Itabaiana: o futuro. In: CARVALHO, Celso Morato de; VILAR, Jeane Carvalho. **Parque Nacional Serra de Itabaiana**: Levantamento da Biota. São Cristóvão, Sergipe: UFS; Aracaju: Ibama, 2005. p. 121-131

FIRMINO, Clívilan Santos; LIRBÓRIO, Lúcia Ferreira. Arapiraca/AL e Itabaiana/SE, Brasil: apontamentos acerca do processo de industrialização em dois centros regionais. In: **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 68, p.201-222, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n68p201/37349>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE**: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro. Dissertação de Mestrado. USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://pos.fflch.usp.br/node/53458>>. Acesso em 16 de agosto de 2018.

FIRMINO, Paulo. **Arapiraca/SE e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. Dissertação. (mestrado em geografia humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLHC/USP. 2016. 318 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23032016-133946/en.php>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

FISCHER, André. Tempo e ordenamento do território: algumas reflexões. Tradução de Antonio Elísio Garcia Sobreira. In: FIRKOWSKI, Lúcia Castreghini de Freitas; SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP. 2008. p. 79-86.

GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne: o homem na idade da técnica**. São Paulo: Paulus, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

_____. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola. 3ª ed. 2009.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade. Ideologias e práticas na história**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Autorização de empreendimentos utilizadores de fauna silvestre**. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/fauna-silvestre/empreendimentos-utilizadores-de-fauna-silvestre/autorizacao-de-empreendimentos-utilizadores-de-fauna-silvestre>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 07, DE 30 DE ABRIL DE 2015 Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e define, no âmbito do IBAMA, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2015/in_ibama_07_2015_institui_categorias_uso_manejo_fauna_silvestre_cativeiro.pdf>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa Populacional 2017**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_2017_dou.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

_____. **Cidades: Itabaiana, Sergipe**. Disponível em: <>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

_____. **Produto interno bruto dos municípios 2006-2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/200_2010/>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

ICMBio, Instituto Chico Mendes. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana.** Brasília: julho de 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Parna_Serra_de_Itabaiana.pdf>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **Resumo das Unidades de Conservação.** Disponível em: <http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **Parna Serra de Itabaiana.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2211>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **PORTARIA Nº 76, DE 19 DE JULHO DE 2016** Aprova o Plano de Manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana, estado de Sergipe (Processo Administrativo nº 02070.001471/2016-11). In: **Diário Oficial da União. Seção 1, nº 140, 22 de julho de 2016.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Portaria-plano-de-manejo/dcom_portaria_76_de_19jun2016_aprova_plano_de_manejo_Parna_Serra_de_Itabaiana.pdf>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

INFONET. **Projeto de coleta seletiva será divulgado em Itabaiana, 2017.** Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/politica/ler.asp?id=202295>>. Acesso em 27/01/2018.

ITABAIANA. **Lei nº 415, de 20 de dezembro de 1972. Dispõe sobre Loteamento Urbano e dá outras providências.** Disponível em: <<https://cmitabaiana.se.gov.br/lei/1149/disp-e-sobre-loteamento-urbano-e-d-outras-provid-ncias>>. Acesso em 6 de agosto de 2018.

_____. **DECRETO Nº 109/2017 de 04 de agosto de 2017. Regulamenta o Art. 3º da Lei 1.606/2013 e dispõe sobre a Permissão de Uso para exploração a título oneroso, e sobre as normas para o funcionamento de bancas de feira instaladas na Feira Livre do Município de Itabaiana, Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.** Disponível em: <<http://itabaiana.se.gov.br/download/17113-k3u6n3v7v1x8r1n1.docx>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **LEI Nº 1.208, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006. Plano Diretor de Itabaiana-SE.** Disponível em: <https://itabaiana.se.gov.br/download/17134-u8g6t4r7p2e3u3w6_f45585a231802a7229a5.pdf>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **LEI N.º987. De 13 de Dezembro de 2001. Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar à Associação Sergipana de Administração S/C Ltda., mantenedora da Universidade Tiradentes, uma área de terra para implantação de Unidade Educacional de Ensino Superior.** Disponível em: <<https://cmitabaiana.se.gov.br/lei/410/implanta-o-da-unit>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **LEI Nº 1184. De 08 de novembro de 2005. Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar a Universidade Federal de Sergipe bem imóvel destinado a**

implantação do Campus Universitário de Itabaiana. Disponível em:
<<https://cmitabaiana.se.gov.br/lei/585/doa-o-do-caic>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

_____. **LEI Nº 1267. De 13 de dezembro de 2007. Institui a política municipal de meio ambiente e dá outras providências.** Disponível em:
<https://itabaiana.se.gov.br/download/17136-v6x3t8k3i8e7u7t7_7f26c9ae7d05d2edebe12b46e.pdf>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

ITNET. **Chegança Santa Cruz de Itabaiana completa 63 anos de existência.** Publicado em 10 de abril de 2010. Disponível em: <<http://itnet.com.br/noticia/13846/chegan-a-santa-cruz-de-itabaiana-completa-63-anos-de-existencia>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

JORNAL DE SERGIPE. **Edição de 6 de julho de 1937.** Disponível em:
<<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/64>>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008.

LEITE, Daniele Thais Barros de Souza. **Indicadores de sustentabilidade:** subsídios para o gerenciamento da logística reversa de pós-consumo de pneus inservíveis no município de Aracaju-SE. Tese de Doutorado. UFS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). São Cristóvão, Sergipe: 2017.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações.** Belo Horizonte, MG: PUC Minas, São Paulo, SP: EDUSP, 2006.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Revista Katál.** Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007.

MACHADO, Ana Mercedes Corrêa. **Potencial das biomassas disponíveis no nordeste brasileiro como fontes alternativas de geração de energia.** Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). São Cristóvão, Sergipe: 2010.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **História Econômica.** 4ª ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1977.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEL, 2010. p. 16-20.

MARCON, M. J. A.; AVANCINI, S. R. P.; AMANTE, E. R. **Propriedades químicas e tecnológicas do amido de mandioca e do povinho azedo.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. In: **Revista Univap** – revista.univap.br. São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. A cidade sustentável. In: **9º Congresso Nacional De Sindicatos De Engenheiros**. Anais. Porto Velho, 07 a 10 de setembro de 2011. Disponível em: <livrozilla.com/doc/705374/a-cidade-sustentável---erminia-maricato>. Acesso em 25 de novembro de 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Vol I. 13a edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Leo; MAZLISH, Bruce. **Progress: Facto or Illusion?** Michigan: The Univertity of Michigan Press, 1996.

MENDONÇA, Carlos. **Na Feira de Itabaiana Tem?**. Literatura de Cordel. 2010.

_____. **Na feira de Itabaiana tem?** Itabaiana-SE: Info Graphics, 2011.

_____. Itabaiana grande em literatura de cordel. In: MENDONÇA, Carlos; OLIVEIRA, Maria da Conceição Andrade. **Elizeu de Oliveira: um empreendedor futurista, íntegro, solidário e arrojado**. Aracaju: Info Graphics, 2016. p. 17-19.

MENDONÇA, Manoel Messias de. **(Des/re)territorialização e questão ambiental: olarias e cerâmicas no contexto da criação do Parque Nacional “Serra de Itabaiana”/SE**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). São Cristóvão, Sergipe: 2013.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. A intervenção do Estado na agricultura sergipana. In: DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves (Org.). **Capítulos de geografia nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998. p. 307-322.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**. – 8. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2013.

MILOVIC, Miroslav. **Comunidade da diferença**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ijuí, RS: Unijuí, 2004 – (Conexões; 21)

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Parametrizado - Unidade de Conservação**. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=147>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

MORALES, Sheyla Pink Díaz. **Conflitos ambientais em unidades de conservação: uma abordagem sobre as relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE – Brasil**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). São Cristóvão, Sergipe: 2011.

NASCIMENTO, João Ernandes Barreto. MENDES, Marcelo Alves. Os desafios da juventude rural do agreste de Itabaiana. In: **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. Anais. São Luís, Maranhão. p. 1-11. ISBN 978-85-99907-07-8. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1464817617_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2018.

NENOTÍCIAS. **Filarmonica Nossa Senhora da Conceição tem reconhecimento público federal**. Publicado em 8 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.nenoticias.com.br/55855_filarmonica-nossa-senhora-da-conceicao-tem-reconhecimento-publico-federal.html>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

OLIVAL, Cid. Do povamento ao empresariamento: reflexões acerca do urbano em Sergipe. In: **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, Vol. 21, nº 1-2. p. 147-184, jan/dez, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1354/0>>. Acesso em 18 de julho de 2017.

OLIVEIRA, Cláudia Alves de. **Meio ambiente cotidiano: a qualidade de vida na cidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

OLIVEIRA, Ludmilla Silva de; O patrimônio do Agreste Sergipano e seu processo de musealização. In: **IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**. Anais. Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Disponível em: <http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424131868_ARQUIVO_LudmillaSilvadeOliveira.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

PACHECO, Agenor Sarraf. Religiosidade afroindígena e natureza na Amazônia. In: **Revista Horizonte**. Dossiê: Religião, Biodiversidade e Território. vol. 11, n. 30, abr./jun. 2013. ISSN 2175-5841.

PARQUE DOS FALCÕES. **História, treinamento, reprodução, ecoturismo, controle de pragas e educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.parquedosalcoes.com.br/>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

PORTUGAL. **Statitics Portugal**. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE>. Acesso em 6 de agosto de 2018.

PLATAFORMA S.I.L.B. **O sistema sesmarial**. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>>. Acesso em 12 de novembro de 2018.

PREFEITURA DE ITABAIANA. **6ª conferência municipal das cidades**, 2016. Disponível em: <<http://www.itabaiana.se.gov.br/6a-conferencia-municipal-das-cidades-com-o-tema-funcao-social-da-cidade-e-da-propriedade-cidades-inclusivas-participativas-e-socialmente-justas.html>>. Acesso em 27/01/2018.

PREFEITURA DE ITABAIANA. **Itabaiana terá semana dedicada à preservação do meio ambiente, 2017.** Disponível em: <<http://www.itabaiana.se.gov.br/itabaiana-tera-semana-dedicada-a-preservacao-do-meio-ambiente.html>>. Acesso em 27/01/2018.

PREFEITURA DE ITABAIANA. **Prefeitura de Itabaiana não cometeu nenhum crime ambiental na reurbanização da avenida,** 2015. Disponível em: <<http://www.itabaiana.se.gov.br/prefeitura-de-itabaiana-nao-cometeu-nenhum-crime-ambiental-na-reurbanizacao-de-avenida.html>>. Acesso em 22/12/2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: BLAY, Eva Alterman et al. (orgs). **A luta pelo espaço:** textos de sociologia urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 21-74.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE; José Lima de. MENEZES; Sônia de Souza Mendonça. A tradição das iguarias derivadas da mandioca no território de Itabaiana(SE): cultura e geração de renda. In: **Revista Ateliê Geográfico.** Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p. 283-302, ago/2013. ISSN: 1982-1956. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/15476/15108>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

ROSÁRIO, Igor Rios do. **Ameivula abaetensis.** Publicado em 14 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://unidunas.com.br/ameivula-abaetensis/>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

ROSENTAL, Claude; FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. **Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais.** Tradução: José Luís Godinho. Editora Instituto Piaget. Lisboa – Portugal, 2002.

SACK, Robert David. **Progress:** geographical essays. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002.

SANTANA, Flávio Passos. Argumentação e retórica: a construção das imagens discursivas da cidade de Itabaiana/SE em *Os Tabaréus do Sítio Saracura*. In: MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira; SANTANA, Flávio Passos. **Diversas faces de Itabaiana:** análises de imagens discursivas da Cidade dos Caminhoneiros. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2016.

SANTOS, Antônio Carlos dos. **Poder Local e Relação de Dominação:** Itabaiana 1945-1963. Porto Alegre: Redes Editora, 2015.

SANTOS, Clêane Oliveira dos. Território e espaços vividos no município de Itabaiana/SE. In: **Ateliê Geográfico.** Goiânia-GO. v. 3, n. 3, dez/2009. p.152-174. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/8600>>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

SANTOS, Clêane Oliveira dos; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. Percepção da qualidade socioambiental da área urbana de Itabaiana/SE. In: Mercator - volume 9, número 18, 2010: jan./abr. p. 93-104. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/296/276>>. Acesso em 5 de janeiro de 2018.

SANTOS; Fábio Ferreira. SANTOS; Ana Rocha dos. Os processos espaciais na cidade de Itabaiana-SE: o estudo de caso do bairro Porto. In: **Revista Caminhos de Geografia.**

Uberlândia v. 12, n. 40 dez/2011 p. 271 – 277. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/16092/9065>>.
Acesso em 29 de novembro de 2018.

SANTOS; Jadson de Jesus. **Visões cartográficas de Itabaiana-SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe. 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4097/1/JADSON_JESUS_SANTOS.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

SANTOS, Jadson de Jesus; SILVA, Phellipe Cunha da. Alternativas metodológicas para o ensino de geografia no âmbito do parque nacional serra de Itabaiana. In: **REVISEA - Revista Sergipana de Educação Ambiental**. V. 1. Nº 1. São Cristóvão-SE, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revisea/article/download/3212/2816>>. Acesso em 7 de setembro de 2018.

SANTOS, Márcia Maria de Jesus. **Interações espaciais da cidade de Itabaiana no subsistema urbano de Aracaju**. Tese de doutorado. UFS. Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), São Cristóvão, Sergipe: 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SANTOS, Walderfrankly Rolim de Almeida; VARGAS, Maria Augusta Mudim. Usos da cidade e problemas sócio-ambientais em Aracaju: algumas considerações históricas. In: SOUZA, Rosemeri Melo e; SOARES, Maria José Nascimento (Orgs.). **Sustentabilidade, cidadania e estratégias ambientais: a experiência sergipana**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2008. p. 65-89.

SANTOS JUNIOR, Eduardo Honório dos. **Aspectos da violência estrutural urbana**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). São Cristóvão, Sergipe: 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe Guindani. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. ISSN: 2175-3423

SERGIPE. **Constituição do Estado de Sergipe**. Disponível em: <<http://pm.se.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/2-Constitui%C3%A7%C3%A3o-Estadual-de-Sergipe.pdf>>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

SFNSC. **Filarmônica Nossa Senhora da Conceição**: a instituição. Disponível em: <<https://www.filarmonicansc.art.br>>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. In: **Revista Geoingá**, nº 1, v. 5, p. 58-76, 2013. ISSN 2175-862X

SILVA, José Borzacchiello da. O paraíso perdido: uma discussão sobre o discurso da crise da cidade. In: DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves (Org.). **Capítulos de geografia nordestina**. Aracaju: NPGEU/UFES, 1998. p. 89-102.

SOARES, Maria José Nascimento. Uma reflexão sobre o reconhecimento do direito de ser cidadão. In: SOUZA, Rosemeri Melo e; SOARES, Maria José Nascimento (Orgs.). **Sustentabilidade, cidadania e estratégias ambientais: a experiência sergipana**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2008.

SOARES FILHO, Britaldo Silveira. **Análise de Paisagem: Fragmentação e Mudanças**. Belo Horizonte: Departamento de Cartografia, Centro de Sensoriamento Remoto, Instituto de Geociências, 1998. Disponível em: <https://csr.ufmg.br/dinamica_utils/download/files/publications/apostila.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

SOUZA, Eliane Santana; SILVA, Patrícia da. **Perfil socioeducacional e identidade do feirante de Itabaiana-SE**. In: Psicologia & foco, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009. p. 66-78. Disponível em: <http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_115606_ARTIGO7-PERFILSOCIOEDUCACIONALEIDENTIDADEDOFEIRANTEDE.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

SOUZA, Júlio César Oliveira de; MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. Reestruturação urbana e a dinâmica socioeconômicas em cidades médias: o caso de Arapiraca, Alagoas. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, vol.1, 2009, pp. 55-75.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Desafios para o estudo das cidades médias In: **Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalización y Territorio**, 11, 2010, Mendoza: UNCuyo - Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

TEIXEIRA, Maria Cristina Santos. **A perspectiva pluralista como estratégia de reprodução da agricultura familiar na microrregião do agreste de Itabaiana-SE**. Dissertação de mestrado. UFS. Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), São Cristóvão, Sergipe: 2017.

TELES, Taciana Andrade; REIS, Cléverton Machado; Jesus, Michele Santana de. Produção da Dinâmica Espacial Urbana e Valorização Imobiliária na Cidade de Itabaiana-SE. In: **Anais**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES: 10 a 16 de agosto de 2014. Disponível em: <http://cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404097967_ARQUIVO_TrabalhoFinalItarev2.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2017.

TELES, Herlânia Ferreira. **Bioindicadores e parâmetros abióticos dos recursos hídricos da serra de Itabaiana-Sergipe**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). São Cristóvão, Sergipe: 2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, Ijuí: Unijuí, 2007.

TEODOSIO, Taiana Santos Jung, SILVA, Rui Marcos Teodosio da. A produção do espaço: relação urbano/cidade e campo/rural: uma perspectiva conceitual e seu desdobramento no Brasil atualmente. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e**

Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR – XI, Anais. Salvador, maio-2005. Disponível em: <<http://anpur.org.br/public/publicacoes/anais/ena11.zip>>. Acesso em 31 de julho de 2018.

WHITE, Benjamin Leonardo Alves. **Incêndios florestais no Parque Nacional Serra de Itabaiana – Sergipe**. Dissertação de Mestrado. UFS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). São Cristóvão, Sergipe: 2010.

ZOROWICH; Ana Clara. **Taipa de mão ou Pau a Pique**. Publicação online em Escritório de arquitetura especializado em Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.ecoeficientes.com.br/taipa-de-mao-ou-pau-a-pique>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

Figura 95. Parque dos Falcões. Foto: Phellipe C. Silva



Anexos

			home cine, brinquedoteca, academia fechada, academia ao ar livre, duas piscinas								
Heitor Villa Lobos	Loteamento	Praça e canteiro central da avenida principal	Praça de Eventos com 100 vagas de estacionamento, passeio de caminhada e ciclo faixa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (95% em ago. 2018)	440	210.145,54m²
Oscar Niemeyer	Residencial	22.500m²	Praças, passeio de caminhada e ciclovía	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (96% em ago. 2018)	Sim	528	308.550,00m²
Villa-Lobos	Condomínio Residencial	Praça e canteiro central da avenida principal	Salão de festas, piscina, salão gourmet, parque infantil, cinema, SPA, academia, campo de futebol, quadra poliesportiva e pista de skate.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	214	150,000 m²
Chiara	Residencial	Praça	Passeio de caminhada	Sim	Sim (95% em ago. de 2018)	Sim (95% em ago. De 2018)	Sim (6% em ago. De 2018)	Sim (5% em ago. de 2018)	Sim (85% em ago. de 2018)	109	65.624,98 m²

Leonardo Da Vinci	Condomínio Residencial	9.973,64 m²	Piscina com deck, salão de jogos, academia, cinema, brinquedoteca, bar, espaço gourmet, campo Society, quadra poliesportiva, playground, academia ao ar livre, pista de caminhada e ciclovia	Sim	Sim (5% em ago. de 2018)	Sim (5% em ago. de 2018)	Sim (1% em ago. De 2018)	Sim (0% em ago. de 2018)	Sim (0% em ago. de 2018)	286	78.195,82 m²
TOTAL										4.770	2.006.519,47 m²

Fonte: Ethos Incorporadora. Agosto de 2018.